



A CONSTRUÇÃO DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

Durango Duarte
2025

Copyright Instituto Durango Duarte
Edição, 2025 – Ed. Instituto Durango Duarte

PESQUISA HISTÓRICA

Marlucia Bentes Costa

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Anderson Mercês

REVISÃO

Marlucia Bentes Costa

Ivan Gerassimov

NORMATIZAÇÃO

Giselle Azevedo

D812c Duarte, Durango Martins.

A construção da Província do Amazonas/Durango Duarte. –
Manaus: Instituto Durango Duarte, 2025c.

175 p. : il. color. ; 24,4 Mb.

Ebook (PDF).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-01-66526-9.

1. História do Amazonas. 2. Província do Amazonas – Criação
e organização. 3. História política e social – Amazonas. 4. Amazonas
– História – Séc. XIX. I. Título.

CDU 94(811.3-924.2) “18”

CDD 981.61

2025

Instituto Durango Duarte

Rua Prof. Samuel Benchimol, 477 – Parque Dez de Novembro

Cep: 69055-705 - Manaus-Am

Tel: (92) 98455-6826

SUMÁRIO

Apresentação — Pág.
II

Sobre o autor — Pág.
13

Introdução — Pág.
14

Capítulo I — 1851 — Pág.
Entre isolamento e esperança
16

O Nascimento da Província do Amazonas
nas Fronteiras do Império

1.1. Contexto e transição administrativa — Pág.
17

1.2. Administração pública e segurança — Pág.
18

1.3. Economia e finanças — Pág.
20

1.4. Infraestrutura e obras públicas — Pág.
21

1.5. Educação e cultura — Pág.
23

1.6. Saúde e assistência — Pág.
24

1.7. Comunicações e transporte — Pág.
26

1.8. Relações indígenas e colonização — Pág.
27

1.9. Desafios e perspectivas — Pág.
28

1.10. Dados demográficos e sociais de 1851	Pág. 30
---	--------------------

Capítulo 2	1852	Pág. 33
-------------------	-------------	--------------------

A Província em construção

Desafios e horizontes do Amazonas no Segundo Reinado

2.1. Contexto geral e segurança pública	Pág. 35
--	--------------------

2.2. Administração pública e segurança	Pág. 36
---	--------------------

2.3. Infraestrutura e obras públicas	Pág. 37
---	--------------------

2.4. Educação e cultura	Pág. 39
--------------------------------	--------------------

2.5. Saúde e assistência	Pág. 40
---------------------------------	--------------------

2.6. Comunicações e transporte	Pág. 41
---------------------------------------	--------------------

2.7. Relações indígenas e colonização	Pág. 43
--	--------------------

2.8. Desafios e perspectivas	Pág. 44
-------------------------------------	--------------------

2.9. Indicadores do ano (1852)	Pág. 46
---------------------------------------	--------------------

Capítulo 3	1853	Pág. 48
-------------------	-------------	--------------------

Entre relatórios e realidade

A Província como projeto em construção

3.1. Contexto geral e segurança pública	Pág. 49
--	--------------------

3.2. Administração pública e segurança	<i>Pág.</i> 50
3.3. Infraestrutura e obras públicas	<i>Pág.</i> 51
3.4. Educação e cultura	<i>Pág.</i> 52
3.5. Saúde e assistência	<i>Pág.</i> 53
3.6. Segurança e justiça	<i>Pág.</i> 54
3.7. Comunicações e transporte	<i>Pág.</i> 55
3.8. Relações indígenas e colonização	<i>Pág.</i> 56
3.9. Desafios e perspectivas	<i>Pág.</i> 58
3.10. Indicadores do ano (1853)	<i>Pág.</i> 59

Capítulo 4 <i>A Província em busca de estrutura</i> Limites institucionais e expectativas de progresso	<i>Pág.</i> 62
---	--------------------------

4.1. Contexto geral e segurança pública	<i>Pág.</i> 63
4.2. Administração pública e finanças	<i>Pág.</i> 64
4.3. Infraestrutura e obras públicas	<i>Pág.</i> 65
4.4. Educação e cultura	<i>Pág.</i> 66

4.5. Saúde e assistência	Pág. 67
4.6. Segurança e justiça	Pág. 68
4.7. Comunicações e transporte	Pág. 69
4.8. Relações indígenas e colonização	Pág. 70
4.9. Desafios e perspectivas	Pág. 71
4.10. Indicadores do ano (1854)	Pág. 72

Capítulo 5 — **1855** **Pág.** *Consolidação frágil* **75**

Ordem aparente e desafios de uma província em formação

5.1. Contexto geral e segurança pública	Pág. 76
5.2. Administração pública e finanças	Pág. 78
5.3. Infraestrutura e obras públicas	Pág. 79
5.4. Educação e cultura	Pág. 80
5.5. Saúde e assistência	Pág. 82
5.6. Segurança e justiça	Pág. 83
5.7. Comunicações e transporte	Pág. 84

5.8. Relações indígenas e colonização	Pág. 85
5.9. Desafios e perspectivas	Pág. 86
5.10. Indicadores do ano (1855)	Pág. 87

Capítulo 6	1856	Pág. 90
<i>Ô Amazonas em busca de Solidez</i>		
Avanços Formais e Fragilidades Persistentes		

6.1. Contexto geral e segurança pública	Pág. 92
6.2. Administração pública e finanças	Pág. 93
6.3. Infraestrutura e obras públicas	Pág. 94
6.4. Educação e cultura	Pág. 95
6.5. Desafios e perspectivas	Pág. 96
6.6. Indicadores do ano (1856)	Pág. 97

Capítulo 7	1857	Pág. 100
<i>Entre a retórica da civilização e a fragilidade das instituições</i>		
O Amazonas no Esforço de Consolidação		

7.1. Contexto geral e saúde pública	Pág. 101
--	---------------------------

7.2. Administração pública e finanças	<i>Pág.</i> 103
7.3. Infraestrutura e obras públicas	<i>Pág.</i> 104
7.4. Educação e cultura	<i>Pág.</i> 105
7.5. Segurança e justiça	<i>Pág.</i> 106
7.6. Comunicações e transporte	<i>Pág.</i> 108
7.7. Relações indígenas e colonização	<i>Pág.</i> 109
7.8. Desafios e perspectivas	<i>Pág.</i> 110
7.9. Indicadores do ano (1857)	<i>Pág.</i> 112

Capítulo 8 <i>O Amazonas entre expectativas de progresso e persistentes fragilidades</i>	1858 <i>Pág.</i> 114
--	--

8.1. Contexto geral e saúde pública	<i>Pág.</i> 115
8.2. Administração pública e finanças	<i>Pág.</i> 116
8.3. Infraestrutura e obras públicas	<i>Pág.</i> 117
8.4. Educação e cultura	<i>Pág.</i> 119
8.5. Segurança e justiça	<i>Pág.</i> 120

8.6. Comunicações e transporte	Pág. 121
8.7. Relações indígenas e colonização	Pág. 122
8.8. Desafios e perspectivas	Pág. 124
8.9. Indicadores do ano (1858)	Pág. 125

Capítulo 9 <i>Consolidação administrativa e persistência das fragilidades amazônicas</i>	1859 Pág. 128
--	----------------------------

9.1. Contexto geral e saúde pública	Pág. 129
9.2. Administração pública e finanças	Pág. 130
9.3. Infraestrutura e obras públicas	Pág. 132
9.4. Educação e cultura	Pág. 133
9.5. Segurança e justiça	Pág. 134
9.6. Comunicações e transporte	Pág. 136
9.7. Relações indígenas e colonização	Pág. 137
9.8. Desafios e perspectivas	Pág. 138
9.9. Indicadores do ano (1859)	Pág. 140

Referências Bibliográficas — Pág.
143

Informações adicionais — Pág.
149

Documento histórico — Pág.
159

*Auto da instalação da Província
do Amazonas 1852* — Pág.
160

*Lista de nações e tribos indígenas da
Província do Amazonas 1853* — Pág.
164

— Apresentação —

A obra ***A Construção da Província do Amazonas*** é um registro fundamental para compreender a formação política, social e econômica da região no século XIX. O período analisado abrange os dez primeiros anos após a criação da província, em 1850, quando o território se separa do Grão-Pará e passa a estruturar sua identidade administrativa e cultural. Mais que uma mudança formal, representou um esforço coletivo de organização em meio a dificuldades geográficas, sociais e institucionais.

Mas a criação da província não surgiu de súbito. Desde a década de 1820, elites locais e lideranças políticas buscavam afirmar maior autonomia em relação ao Pará. A Junta governativa instalada em 1823, os debates parlamentares de 1826 e as iniciativas de deputados como Romualdo Seixas são marcos dessa luta, que se arrastou por décadas. Arthur Cézar Ferreira Reis chegou a dizer que o Amazonas foi, por muito tempo, tratado como “enteado” do Pará, aguardando o reconhecimento de sua singularidade. Assim, a lei de 5 de setembro de 1850 não foi apenas um decreto isolado, mas a culminância de uma longa aspiração.

No plano nacional, a criação da Província do Amazonas coincidiu com um momento decisivo do Segundo Reinado. O Império buscava consolidar sua autoridade em territórios distantes, garantir a segurança de fronteiras e regulamentar a posse da terra — daí a importância da Lei nº 586, que instituiu a província, e da Lei de Terras de 1850, que procurou ordenar juridicamente o acesso à propriedade. A Amazônia, com sua posição geopolítica e seus rios navegáveis, assumia um papel estratégico dentro desse projeto de centralização e integração.

O texto evidencia os principais obstáculos enfrentados, como comunicações precárias, falta de infraestrutura e escassez de mão de obra. Mostra também o papel do poder imperial no fornecimento de apoio político e financeiro, em contraste com as tensões locais por maior autonomia. Nesse cenário, os governadores da primeira década se revezaram em esforços para instalar instituições, consolidar a ordem e criar as condições mínimas de funcionamento de uma nova província.

A economia, centrada na exploração de recursos naturais, estruturou-se no uso dos rios como vias de transporte e comércio. Nos primeiros anos, destacavam-se três atividades principais — agricultura, criação de gado e extrativismo —, que sustentavam a vida material da província. Progressivamente, a navegação a vapor e a diversificação tributária impulsionaram a receita, que saltou de modestos

três contos de réis em 1851 para mais de sessenta contos em 1859. Esse crescimento ilustra tanto a vitalidade das atividades produtivas quanto a adaptação administrativa a uma realidade desafiadora.

Do ponto de vista social, o estudo ressalta a diversidade da população, formada por indígenas, mestiços, migrantes nordestinos e colonos europeus, que originaram uma sociedade plural e complexa. Apesar das tensões, houve tentativas de integração e criação de soluções próprias para a convivência. Nesse campo, merece destaque o esforço em torno da educação: a multiplicação de escolas primárias ao longo da década e a fundação da Casa dos Educandos Artífices, em 1858, revelam o início de uma preocupação com a formação de mão de obra local e a educação técnica, decisiva para o futuro da província.

Outro aspecto de destaque é o esforço de organização institucional: a instalação da Assembleia Provincial, a criação de cargos administrativos, escolas, hospitais e tribunais, mesmo diante das limitações financeiras e do isolamento em relação ao centro do Império. Os primeiros presidentes lidaram com crises de abastecimento, carências estruturais e as demandas por colonização e catequese indígena, em meio a projetos ambiciosos de infraestrutura e integração territorial.

Mais do que relato cronológico, a obra mostra como a primeira década lançou as bases para o futuro da província, equilibrando tradição e inovação, dependência imperial e busca por autonomia, economia extrativista e tentativas de diversificação. Muitos dos dilemas inaugurais — a dependência de recursos naturais, a centralidade do transporte fluvial, as tensões nas relações interétnicas e a constante necessidade de políticas públicas adaptadas às especificidades regionais — tornaram-se marcas permanentes da história amazônica.

Este livro, portanto, não se limita a narrar documentos: ele convida o leitor a compreender como a Província do Amazonas nasceu em meio a contradições e esperanças. A década de 1851 a 1859 foi mais que um tempo inaugural: foi um laboratório de Estado, onde se experimentaram caminhos para governar o imenso e o diverso. Revisitar esses anos é revisitar, também, os dilemas do próprio Brasil em sua luta por integração, soberania e identidade.

Sobre o autor



Durango Martins Duarte nasceu em 11 de novembro de 1963, em Cachoeira do Sul/RS, e reside em Manaus desde 1975. É Consultor em marketing político, empresário, publicitário, escritor e pesquisador.

Atualmente, Durango é diretor-presidente do **Instituto Durango Duarte**, centro dedicado à preservação e difusão do patrimônio histórico amazonense, e CEO da **DMD Holding**, holding que integra as empresas **Perspectiva Mercado e Opinião**, **The Voice Mídias Integradas** e **Red Agency**. Também lidera as empresas **Kinari** e **Arthemé**, é cofundador da **Wit Tecnologia** e sócio da **Zenie**.

Como escritor, é autor de **27 livros** que abordam temas como a história da imprensa, efemérides diárias, movimentos sociais, cultura popular, economia regional (como o ciclo da borracha e a Zona Franca de Manaus), além de biografias e guias históricos e fotográficos da cidade. Suas obras são reconhecidas pela profundidade da pesquisa, reunindo documentos, reportagens, registros de época e relatos que ajudam a contar a trajetória de Manaus e do Amazonas com autenticidade.

Durango tornou-se referência em iniciativas de recuperação cultural e construção de memória coletiva, com uma abordagem que valoriza tanto os grandes marcos históricos quanto os pequenos acontecimentos do cotidiano. Sua produção intelectual serve de fonte para acadêmicos, pesquisadores, jornalistas e entusiastas da história regional.

Ao longo de sua carreira, contribuiu para projetos acadêmicos, publicações, exposições e produções audiovisuais, sempre com o compromisso de valorizar a identidade amazonense e democratizar o acesso à informação histórica. Sua atuação multifacetada — no empreendedorismo, na pesquisa, na comunicação e na cultura — reflete uma missão clara: transformar conhecimento em ferramenta de preservação e desenvolvimento regional.

— Introdução —

A criação da Província do Amazonas, formalizada pela Lei n.º 586 de 5 de setembro de 1850, representou um marco fundamental na história do Brasil Imperial e, em particular, na configuração geopolítica e socioeconômica da vasta região amazônica. Desmembrada da Província do Grão-Pará, essa nova unidade administrativa não apenas redefiniu fronteiras, mas também inaugurou um período de intensas transformações e desafios para um território caracterizado por sua imensidão geográfica, diversidade cultural e riquezas naturais ainda inexploradas em sua plenitude. O cenário político da época era marcado pela consolidação do Segundo Reinado, que buscava fortalecer a unidade nacional e expandir a presença do Estado em áreas remotas, visando ao desenvolvimento econômico e à segurança das fronteiras. Nesse contexto, a Amazônia, com seus rios navegáveis e recursos estratégicos, assumia uma importância crescente para os desígnios imperiais, especialmente após a promulgação da Lei de Terras (Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850), que visava regularizar a posse e propriedade da terra no Império.

Este livro, intitulado **“A Construção da Província do Amazonas”**, propõe-se a mergulhar nos anos inaugurais dessa nova entidade federativa, abrangendo o período de 1851 a 1859. O objetivo central é registrar e analisar, com rigor acadêmico e narrativa fluida, os eventos, as políticas e as dinâmicas que moldaram a província em seus primeiros dez anos de existência. A relevância de tal empreendimento reside na compreensão de como os alicerces administrativos, econômicos, sociais e culturais foram lançados, e como as expectativas e os desafios iniciais se manifestaram na prática. Ao examinar essa década fundacional, é possível não apenas traçar um panorama detalhado da história regional, mas também iluminar aspectos cruciais para a compreensão da formação do Estado brasileiro e de suas relações com os vastos e complexos territórios do Norte, considerando as particularidades da aplicação da Lei de Terras e o papel do extrativismo na região, conforme abordado por Paulo de Oliveira Nascimento.

Para tanto, a presente obra baseia-se exclusivamente em fontes primárias, com destaque para as mensagens governamentais dos presidentes da província, que oferecem um olhar privilegiado sobre as condições e as prioridades da administração imperial na Amazônia. A narrativa será estruturada cronologicamente, ano a ano, permitindo ao leitor acompanhar a evolução dos acontecimentos e a implementação das políticas públicas. Serão eliminadas repetições desnecessárias e unidas informações complementares, buscando sempre a clareza e a concisão. Além disso, quando pertinente, serão incluídos comentários, interpretações e citações de outros autores e historiadores que se debruçaram

sobre temas correlatos, enriquecendo a análise e oferecendo diferentes perspectivas. Notas explicativas serão utilizadas para elucidar termos, contextos ou eventos que possam não ser familiares ao leitor contemporâneo, garantindo a acessibilidade do conteúdo sem comprometer o rigor histórico.

Em suma, **“A Construção da Província do Amazonas”** almeja ser uma contribuição significativa para a historiografia amazônica, servindo como ferramenta de pesquisa para acadêmicos e estudantes, e como fonte de conhecimento para todos aqueles interessados em desvendar os primeiros passos de uma das mais singulares e estratégicas regiões do Brasil.

Capítulo I

1851: Entre isolamento e esperança

O Nascimento da Província do Amazonas
nas Fronteiras do Império

1.1. Contexto e transição administrativa

No ano de 1851, o Amazonas ainda respirava sob a sombra do Grão-Pará. À frente da administração estava Fausto Augusto d'Aguiar, que, em mensagem enviada de Belém, não apenas prestava contas, mas entregava ao futuro presidente do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, uma espécie de roteiro para a construção de uma nova Província. Ali se anunciava que, a partir de janeiro do ano seguinte, se cumpriria a Lei de 5 de setembro de 1850, a mesma que definira a criação e os limites do Amazonas, coincidindo com os contornos da antiga Comarca do Rio Negro.

A transição vinha acompanhada de rearranjos militares e administrativos. O tenente-coronel Albino dos Santos Pereira, comandante militar da região, fora transferido para o Mato Grosso, por decreto de outubro. A substituição revelava a intenção de reorganizar a autoridade antes que o Amazonas alcançasse sua autonomia plena — sinal claro de que a Corte não queria inaugurar uma Província sem alinhar previamente seus pilares de poder.

No relatório, d'Aguiar descrevia um quadro de “completa tranquilidade”. A criminalidade, dizia ele, era diminuta, reflexo da índole pacífica dos habitantes. De fato, o judiciário registrara apenas duas sessões do júri em todo o ano: uma em Manaus, que terminou sem julgamentos, e outra em Maués, onde apenas dois réus foram processados por crimes de ameaça. Essa narrativa de serenidade, cuidadosamente elaborada, pretendia mostrar ao Imperador que a região — marcada não muito antes pela violência da Cabanagem (1835–1840) — estava finalmente pacificada e pronta para assumir seu novo estatuto.

Havia também sinais de futuro. Entre os decretos e avisos do governo imperial, destacavam-se a Lei n.º 586, de 6 de setembro de 1850, que autorizava a navegação a vapor no rio Amazonas, e o artigo 13 da Lei n.º 555, permitindo a admissão de produtos dos países vizinhos. Eram medidas que revelavam o olhar estratégico do Império: transformar o grande rio em via de integração, abrindo-o à economia e ao comércio internacional.

Mas a história não se resume ao discurso oficial. Reis (1931) lembra que a criação do Amazonas foi resultado de um longo processo de reivindicações das elites locais contra a subordinação a Belém. Nesse mesmo sentido, Carvalho (1980) mostra que, durante o Segundo Reinado, a centralização política buscava também reforçar a autoridade do Estado e limitar a autonomia das províncias periféricas. Assim, a nova província surgia não apenas como expressão de demandas regionais, mas também

como parte de um movimento imperial mais amplo, que incluiu medidas como a Lei de Terras de 1850, destinada a controlar a ocupação do território e disciplinar os posseiros.

Nesse contexto, Holanda (1945) interpreta a Amazônia como um espaço de fronteira a ser domesticado. Para ele, as zonas de expansão do Brasil funcionavam como áreas de encontro e tensão, fundamentais para a formação nacional. No caso amazônico, tratava-se de um território de proporções imensas, onde a resistência das populações indígenas à integração e a fluidez das fronteiras se somavam às dificuldades de controle sobre rios que conduziam, indistintamente, ao Peru, à Colômbia, à Bolívia, à Venezuela e às Guianas.

A criação da província, portanto, deve ser entendida como um gesto duplo: por um lado, respondia às pressões locais por autonomia; por outro, reforçava o poder imperial em uma região estratégica. Barcelos Neto (2008) observa que esse processo implicava enquadrar populações diversas em uma lógica uniforme de civilização e catequese, ainda que marcado por tensões e resistências.

O ano de 1851 deve ser visto, assim, como o prenúncio de uma nova era. O Amazonas surgia prometendo grandeza e integração, mas carregando em si as marcas de um destino incerto: a distância quase intransponível, a carência de infraestrutura, a fragilidade das finanças e o desafio de incorporar povos indígenas à lógica imperial. Era o alvorecer de uma Província — um alvorecer feito tanto de esperança quanto de sombra.

1.2. Administração pública e segurança

Quando a Província do Amazonas começou a se organizar, em 1851, herdou da antiga Comarca do Rio Negro uma estrutura administrativa marcada pela precariedade e pelo imprevisto. Em termos jurídicos, o território constituía apenas uma Comarca, com dois termos judiciais, quatro municípios e vinte freguesias — das quais metade estava vaga, sem párocos, juízes ou autoridades estáveis. A vastidão amazônica parecia maior do que a capacidade do Estado em governá-la, e o novo presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, logo registraria em seus relatórios que muitos cargos estavam sem ocupantes e que os processos de justiça demoravam semanas, quando não meses, para circular.

A vida militar e policial não era menos frágil. O Comando Geral Militar, estabelecido por Portaria de 1837, abrangia toda a região, mas dos 22 comandos parciais existentes, apenas seis estavam providos. O presidente d'Aguiar chegou a sugerir que esses comandos fossem restringidos às fronteiras, pois, em outras localidades, serviam mais para fomentar conflitos entre civis e militares do que para manter

a ordem. A força de linha era mínima: uma Companhia Provisória de Caçadores de 1ª linha, composta de 84 praças e 13 aditas, além de 39 praças destacadas do 3º Batalhão de Artilharia a pé, espalhadas em postos de vigilância. Uma medida importante, tomada no ato de criação da Província, foi desligar essas forças da autoridade do Pará e subordiná-las diretamente ao governo do Amazonas — um gesto que dava à nova unidade política um mínimo de autonomia militar.

A Guarda Policial, criada em 1837 para substituir a Guarda Nacional dissolvida após a rebelião da Cabanagem, possuía dois batalhões com pouco mais de 1.300 praças. Era uma força respeitável em números, mas mal distribuída, frequentemente mal equipada e, sobretudo, sujeita a rivalidades com autoridades civis. Não por acaso, uma das primeiras preocupações de Tenreiro Aranha foi reorganizar a Guarda Nacional conforme a lei de 1850, tentando criar uma base estável para a defesa e a manutenção da ordem pública.

Apesar da imagem de serenidade descrita por Fausto Augusto d'Aguiar em 1851 — segundo a qual o Amazonas era terra de “índole pacífica” e quase sem crimes —, a realidade era menos harmoniosa. O novo presidente encontraria relatos de conflitos entre delegados e oficiais, ataques de grupos Mura no rio Madeira e até desordens urbanas em Manaus, onde espancamentos e vinganças perturbavam a tranquilidade. A pacificação, portanto, não era uma condição natural, mas fruto de constante vigilância e de ordens severas expedidas às autoridades locais.

A historiografia contribui para esclarecer esse quadro ambíguo. Reis (1931) interpreta que a nova Província do Amazonas nasceu marcada pela fragilidade administrativa, sustentada mais em ambições políticas do que em uma infraestrutura humana e institucional capaz de garantir sua estabilidade. Carvalho (1980) aponta que, no Segundo Reinado, o poder imperial se apoiava em um sistema de juízes de paz, polícias e guardas locais para assegurar a ordem, sobretudo nas áreas periféricas; no caso amazônico, porém, essa rede de sustentação era escassa e ainda mais fragilizada pela distância em relação à Corte. Holanda (1945) acrescenta que as fronteiras do Brasil imperial constituíam zonas vulneráveis, nas quais a autoridade central se enfraquecia, situação que se tornava evidente no Amazonas, onde a ligação fluvial com países vizinhos como Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela revelava uma presença estatal mais simbólica do que efetiva.

Em suma, a administração pública e a segurança da nova Província nasceram frágeis. Entre estatísticas modestas de praças e batalhões e uma justiça rarefeita, o que se tinha era mais promessa do que realidade. O Amazonas inaugurava sua trajetória sob um duplo signo: a afirmação política de sua

criação e a confissão de debilidade de um Estado imperial que, para governar, precisava improvisar estruturas locais em meio a um território de dimensões continentais.

1.3. Economia e finanças

As finanças da nova Província do Amazonas nasceram frágeis e quase simbólicas. Em 1851, a arrecadação anual não ultrapassava 3 contos de réis, e a Coletoria da Capital recolhera pouco mais de 1:229\$211 em todo o ano. A situação começou a dar sinais de melhora apenas nos dois primeiros meses de 1852, quando a arrecadação chegou a 1:914\$116, mas o contraste revelava mais a oscilação do que a solidez das rendas. A Coletoria de Vila Nova, no mesmo período, registrava cifras ainda mais modestas: 109\$640 de receita, 21\$928 de despesa e um saldo de apenas 87\$712. Para efeito de comparação, o balanço consolidado de 1850–1851 apontava receita e despesa praticamente equivalentes: 3:657\$255 contra 3:656\$391 — números que evidenciam a fragilidade do caixa provincial e a ausência de superávits estruturais.

A economia amazônica apoiava-se em três pilares: agricultura, criação de gado e indústria extrativa. Como observa Paulo de Oliveira Nascimento, cada uma dessas atividades possuía idiossincrasias próprias, exigindo do poder público estratégias diferenciadas de estímulo e fiscalização. Mas era o extrativismo que assumia, pouco a pouco, o papel de motor principal. Se no período colonial ele se associara às célebres “drogas do sertão”, no século XIX começava a ganhar novas feições, sobretudo com a exploração da borracha, que exigia posse da terra e reorganização das relações de trabalho em consonância com a recém-promulgada Lei de Terras de 1850.

Reis (1931) aponta que a economia da região permanecia vinculada a um modelo de caráter pré-capitalista, sustentado no escambo e na coleta, o que a tornava incapaz de gerar excedentes consistentes para manter um aparato estatal moderno. Nesse contexto, a província surgia não apenas limitada em termos fiscais, mas também fortemente dependente das transferências do governo central.

Do ponto de vista social e fiscal, a precariedade era visível. Com menos de 800 escravizados em todo o território, a mão de obra era essencialmente livre, formada por indígenas, caboclos e pequenos posseiros. A base tributária era estreita, e a arrecadação se concentrava em taxas sobre a circulação de gêneros e no comércio miúdo. O peso da economia recaía sobre os regatões, intermediários que percorriam os rios em troca de produtos do interior por aguardente, tecidos baratos e utensílios. Esse sistema, longe de dinamizar a economia, reforçava a dependência e o endividamento das comunidades ribeirinhas. Holanda (1945) descreve a economia amazônica do século XIX como marcada por

práticas de caráter predatório, baseadas na sazonalidade e no esgotamento de recursos naturais. Essa lógica se expressava na exploração de tartarugas para a produção de manteiga, na coleta de pirarucu, nas colheitas de cacau silvestre e na ainda incipiente extração da borracha — atividades que mobilizavam grande contingente de trabalhadores em períodos curtos, mas deixavam poucos resultados permanentes para a sociedade.

Carvalho (1980) destaca que, diante dessa fragilidade estrutural, a política fiscal do Segundo Reinado tinha como objetivo reduzir a vulnerabilidade das províncias periféricas, centralizando a arrecadação e subordinando-a ao controle do governo imperial. O Amazonas configurava-se como um exemplo dessa lógica: um território vasto e estratégico, mas sem condições de autossustento, dependente da intervenção financeira e política da Corte.

Os efeitos sociais dessa fragilidade foram significativos. A ausência de uma economia de mercado consolidada estimulava a dispersão populacional ao longo dos rios, com poucas vilas estabelecidas e grandes extensões desocupadas. Barcelos Neto (2008) observa que a participação indígena nesse circuito econômico era frequentemente forçada, mais pela coerção do que por incentivos, o que mantinha grande parte dessas populações à margem da economia monetária

Em síntese, a economia e as finanças do Amazonas em 1851 revelam um paradoxo: uma Província sonhada como promissora, mas fundada em uma base fiscal e produtiva precária. A abundância de recursos naturais alimentava expectativas de futuro, mas o presente era de improviso, dependência e vulnerabilidade — uma Província que nascia rica de promessas, mas pobre de meios.

1.4. Infraestrutura e obras públicas

Ao nascer, a Província do Amazonas herdava mais ruínas do que edifícios. As referências oficiais de 1851 registravam a existência de algumas fortificações estratégicas: o Forte de São Joaquim, no Rio Branco; o de São Gabriel da Cachoeira e o de Marabitanas, no alto Rio Negro; o de Tabatinga, no Solimões; além dos vestígios do antigo forte da capital, já reduzido a ruínas. Para a manutenção desses pontos, vitais na vigilância das fronteiras, o governo local solicitava 8 contos de réis e a presença de engenheiros — mas a escassez de recursos e de profissionais tornava as obras quase sempre protegidas.

Entre os prédios administrativos, a capital contava com pouco: a antiga casa do Hospital Militar, adaptada como armazém; um quartel; a tesouraria; a recebedoria; e o correio. Havia ainda a provisão de

madeira para levantar duas casas de destacamento, uma em Parintins e outra em local não especificado, o que mostra a improvisação que marcava a organização da segurança provincial.

A precariedade não se restringia às construções militares ou civis, pois grande parte das edificações herdadas da época da Capitania encontrava-se abandonada ou em ruínas. Não havia estradas, e pontes, oficinas e templos estavam em estado de degradação. Reis (1931) interpreta essa situação como resultado de um processo histórico em que a Amazônia fora concebida em mapas como um espaço de cidades planejadas, mas cuja materialização efetiva era quase inexistente. O impacto da Cabanagem (1835–1840) permanecia evidente nesse cenário, com vilas despovoadas, casas abandonadas e igrejas destruídas. As primeiras medidas de Tenreiro Aranha, nesse contexto, voltaram-se mais para a reorganização de recursos e reparo do que restava do que para a construção de novas obras.

O problema era estrutural. Apesar da abundância de pedreiras, não havia canteiros especializados em corte de pedra; cercada por extensas florestas, a província carecia de carpinteiros capacitados para a construção de embarcações; e, diante de ruínas de templos, faltavam pedreiros e oleiros aptos a produzir tijolos e telhas. O contraste entre a riqueza natural e a escassez de mão de obra qualificada revelava um paradoxo: tratava-se de uma província com abundância de matérias-primas, mas carente de condições humanas e técnicas para transformá-las em infraestrutura.

A historiografia ajuda a compreender essa contradição. Carvalho (1980) observa que, no Império, as obras públicas funcionavam como instrumentos de integração política, mas os recursos destinados às províncias distantes eram insuficientes, e, no caso amazônico, essa limitação era agravada pelo isolamento geográfico, que impunha dependência da Corte ou de Belém para a chegada de engenheiros e verbas. Holanda (1945) acrescenta que as frentes de expansão no interior do Brasil se apoiavam mais na mobilidade e no imprevisto do que em obras permanentes, lógica que se aplicava à Amazônia, onde os rios garantiam a circulação, mas a falta de portos, cais e armazéns impedia que essa mobilidade se consolidasse em uma base estrutural de progresso.

Além disso, a ausência de obras públicas assumia também uma dimensão simbólica. Para Reis (1931), a incapacidade do governo provincial de dispor de edifícios adequados comprometia sua autoridade, de modo que, em 1851, o poder do Amazonas se apresentava mais como uma construção ideal do que como uma realidade materializada.

Assim, no alvorecer de sua autonomia, o Amazonas apresentava o cenário de um território prometido à grandeza, mas cujo chão era de imprevisto e carência. A exuberância natural contrastava com

quartéis inacabados, fortes em ruínas e prédios adaptados às pressas. Esse descompasso entre riqueza potencial e pobreza de obras seria um traço recorrente de sua trajetória ao longo do século XIX, transformando a questão da infraestrutura em um dos eixos centrais da história política e econômica da Província.

1.5. Educação e cultura

No campo da instrução, o retrato da Província do Amazonas em 1851 era tão precário quanto o de sua administração e infraestrutura. Havia apenas oito escolas de instrução primária, das quais sete em funcionamento, atendendo a 107 alunos — todos meninos. O número era ínfimo diante de uma população próxima a 30 mil habitantes e ilustrava, de forma contundente, o atraso estrutural em matéria de educação.

No ensino secundário, a Província contava apenas com o Seminário da Capital, fundado em 1848, que abrigava 17 alunos, sendo 13 internos. Ali se ensinava gramática latina, língua francesa, música e canto — disciplinas que revelam tanto o esforço de formação clerical quanto a limitação do alcance social da educação. A lei provincial de 27 de outubro de 1851, que previa a reforma do ensino elementar, e a criação de uma cadeira de Língua Francesa em Manaus, mostram a preocupação oficial com o tema; mas, na prática, tais medidas eram letra morta: a cadeira não fora provida, por absoluta falta de interessados dispostos a assumir o cargo.

A escassez de professores qualificados agravava ainda mais a situação educacional da província. Diversas cadeiras permaneciam vagas por ausência de candidatos, e o próprio Tenreiro Aranha, em relatório, reconheceu o atraso e destacou a necessidade urgente de uma reforma no ensino primário. Reis (1931) interpreta que a instrução pública no Amazonas oitocentista foi caracterizada pela falta de profissionais, pela descontinuidade e pelo abandono por parte do poder público, o que resultou na manutenção de altos índices de analfabetismo ao longo de gerações.

Do ponto de vista cultural, a realidade era igualmente restrita. Manaus ainda se configurava como uma pequena vila fluvial, carente de bibliotecas, liceus ou academias. A vida intelectual estava limitada ao espaço das igrejas, a alguns jornais de circulação intermitente e a pequenos círculos de leitura. Carvalho (2001) destaca que a educação e o letramento constituíam instrumentos fundamentais de legitimação do poder imperial e que a ausência dessas práticas no Amazonas evidenciava a inserção precária da região no projeto nacional de construção da cidadania.

Holanda (1936) observa que, em grande parte do território brasileiro, a vida cultural era sustentada mais por iniciativas religiosas do que pelo Estado, e esse padrão se repetia no Amazonas, onde, até a década de 1850, o Seminário se configurava como praticamente a única instituição cultural estruturada, funcionando simultaneamente como escola, espaço de formação clerical e centro de uma vida intelectual incipiente.

No que diz respeito às populações indígenas, a educação formal praticamente não existia. Quando havia algum esforço nesse campo, ele se orientava muito mais pela catequese e pela assimilação cultural do que pela instrução sistemática. Barcelos Neto (2008) interpreta que a escolarização indígena no século XIX funcionava menos como um direito e mais como uma estratégia de controle e disciplinamento, reforçando a lógica de dominação.

Assim, no alvorecer de 1851, a educação e a cultura no Amazonas apresentavam-se como espaços incipientes, sustentados por esforços isolados e dependentes da Igreja. A distância entre o discurso oficial de progresso e a realidade concreta era abissal. Mais do que atraso circunstancial, tratava-se de um desafio estrutural que acompanharia a Província por todo o século XIX: educar uma sociedade dispersa, sem quadros docentes, sem instituições estáveis e em permanente tensão entre tradição e modernidade.

1.6. Saúde e assistência

No que dizia respeito à saúde, a jovem Província do Amazonas nasceu praticamente desassistida. O antigo Hospital Militar da capital, em vez de cumprir sua função original, havia sido convertido em armazém, símbolo eloquente da ausência de uma estrutura hospitalar efetiva. Havia, é verdade, dados oficiais de óbitos e de vacinados anexados ao expediente do governo, mas nenhum relatório sanitário analítico foi produzido em 1851 — sinal de que a saúde pública ainda não figurava entre as prioridades da administração provincial.

Na prática, os serviços de saúde restringiam-se a pequenas enfermarias improvisadas em quartéis ou residências particulares, voltadas prioritariamente ao atendimento de militares e trabalhadores, mais do que à população em geral. Havia alguns cirurgiões práticos e boticários em Manaus e em certas vilas, mas sua atuação era insuficiente diante da vastidão do território. A medicina combinava práticas rudimentares com saberes tradicionais, sobretudo indígenas, baseados no uso de plantas e remédios naturais. Barcelos Neto (2008) interpreta essa situação como expressão de uma ambivalência entre

integração e resistência: ao mesmo tempo em que o Império tentava impor padrões médicos centralizados, a população recorria continuamente aos conhecimentos ancestrais.

Do ponto de vista administrativo, a assistência pública era praticamente inexistente. Não havia Santas Casas de Misericórdia ou instituições de caridade estáveis, como em outras províncias, que serviam de amparo mínimo aos pobres. O Estado limitava-se a contratar alguns “facultativos” em casos de epidemias ou para atender às tropas. O resultado era uma população extremamente vulnerável, sobretudo nas cheias e vazantes, quando proliferavam malária, febres intermitentes, doenças tropicais e surtos de varíola.

A precariedade não resultava apenas da escassez de recursos, mas também da negligência política. Reis (1931) interpreta essa situação como reflexo da indiferença do poder central em estruturar uma política sanitária consistente para a região, o que acabou por condenar grande parte da população ao abandono. Nesse contexto, as famílias dependiam de seus próprios meios, da solidariedade comunitária ou, em menor escala, da atuação da Igreja, que mantinha missionários voltados a práticas de assistência básica.

Do ponto de vista social e político, a ausência de serviços de saúde reforçava processos de exclusão. Carvalho (2001) assinala que, no Brasil imperial, os direitos sociais praticamente não existiam e que a saúde era concebida mais como uma questão militar do que como um serviço público. Isso ajuda a compreender por que, no Amazonas, os recursos médicos eram prioritariamente destinados às tropas, deixando a população civil em situação de vulnerabilidade.

Essa ausência institucional possuía também uma dimensão simbólica. Holanda (1936) destaca que as sociedades coloniais brasileiras se formaram sobre frágeis redes públicas de apoio, nas quais prevalecia o patrimonialismo em detrimento do bem comum. No caso amazônico, essa característica se acentuava, já que a ausência efetiva do Estado fazia com que a assistência recaísse sobre a caridade religiosa e a iniciativa privada, ambas incapazes de atender de forma satisfatória às necessidades coletivas.

Assim, em 1851, a saúde e a assistência no Amazonas eram menos um serviço público do que um mosaico de improvisos: casas adaptadas, práticas tradicionais e pequenos esforços eclesiásticos. A nova Província nascia, portanto, diante de um de seus maiores desafios — garantir cuidados básicos a uma população dispersa, vulnerável às doenças tropicais e distante das promessas de civilização do Império.

1.7. Comunicações e transporte

Em 1851, a Província do Amazonas nascia com um sistema de comunicações e transportes frágil, quase inexistente fora dos rios. As vias terrestres eram raras — algumas picadas rudimentares ligavam povoados vizinhos, mas não havia estradas consolidadas que permitissem ligações regulares entre vilas e cidades. Na prática, a circulação de pessoas, mercadorias e informações dependia exclusivamente da navegação fluvial.

Mesmo essa navegação, porém, estava longe de garantir integração plena. Canoas e batelões, movidos a remo ou vela, dominavam os rios, lentos e sujeitos às cheias e vazantes que alteravam constantemente o curso das águas. Portos estruturados inexistiam, armazéns eram improvisados, e os vapores da Marinha Imperial surgiam apenas ocasionalmente, em viagens esparsas, insuficientes para atender às necessidades de comunicação da região.

Foi nesse contexto que a viagem do vapor Guapiassú, em dezembro de 1851, adquiriu caráter quase épico. Vindo de Belém até a Barra do Rio Negro, percorreu o trajeto em 17 dias e meio, dos quais 9 dias e 18 horas de navegação efetiva, registrando paradas e encalhes ao longo do percurso. Essa experiência pioneira demonstrava, de forma concreta, o potencial da navegação a vapor para encurtar distâncias e integrar a Província ao restante do Império. Mais do que uma façanha técnica, a viagem simbolizava uma promessa: a de que o Amazonas poderia, finalmente, vencer seu isolamento secular. Mas a realidade ainda era de quase completo isolamento. Notícias da Corte levavam meses para chegar a Manaus. Ordens administrativas e mercadorias básicas demoravam semanas ou meses, atravessando primeiro o mar até Belém e depois o curso do grande rio. A instalação de uma linha regular de vapores viria apenas anos depois, resultado de pressões políticas e comerciais. Até então, a Província vivia num tempo suspenso, entre a retórica de integração e a dura realidade da distância.

A historiografia oferece elementos importantes para compreender essa precariedade. Reis (1931) aponta que a lentidão das comunicações foi determinante para o processo de integração tardia do Amazonas ao projeto nacional, já que as ordens emitidas pelo governo central perdiam eficácia diante dos longos atrasos. Carvalho (1980) acrescenta que, durante o Segundo Reinado, a consolidação da autoridade estatal dependia de correios, estradas e telégrafos, inexistentes na região amazônica, o que conferia maior autonomia prática a missionários e autoridades locais. Holanda (1945) destaca que a mobilidade fluvial, sem o apoio de uma infraestrutura sólida, resultava em fluxos frágeis e descontínuos, constantemente sujeitos a interrupções. No caso do Amazonas, o rio funcionava ao mesmo tempo como via de integração e como barreira ao pleno exercício do poder.

A ausência de correios regulares, estradas e portos também possuía uma dimensão simbólica. Barcelos Neto (2008) interpreta que a lentidão e a incerteza das comunicações reforçavam a imagem do Amazonas como um território mais idealizado do que efetivamente governado. Dessa forma, a precariedade dos transportes não se limitava a uma deficiência logística, mas refletia de modo mais profundo a fragilidade da presença estatal na região.

Assim, em 1851, o Amazonas encontrava-se entre dois mundos: de um lado, o espetáculo da viagem pioneira do Guapiassú, prenúncio de progresso e integração; de outro, a persistência de um isolamento quase absoluto, sustentado por canoas e batelões, que mantinha a Província distante do corpo do Império. O desafio de estabelecer redes de transporte e comunicação estáveis seria, desde então, uma das chaves para sua sobrevivência política, econômica e cultural.

1.8. Relações indígenas e colonização

Em 1851, a Província do Amazonas era, antes de tudo, um território indígena. A instalação da nova unidade administrativa deu-se em uma região majoritariamente habitada por povos nativos, muitos deles vivendo fora da esfera colonial. O Império herdava uma tradição de políticas contraditórias — ora integracionistas, ora repressivas — que ganhavam novo fôlego com o Regulamento de 1845 (Decreto nº 426), destinado a reorganizar os diretórios e aldeamentos, substituindo a lógica pombalina e reforçando a presença de diretores e missionários.

Na prática, entretanto, os avanços foram escassos. Em 1851, havia apenas três missões em funcionamento — no Japurá/Içá-Tonantins, no Andirá e em Porto Alegre, no Rio Branco. Os próprios relatórios oficiais descrevem seus resultados como “acanhados”, atribuídos à carência de missionários preparados, à falta de recursos pecuniários e à ausência de um sistema de educação apropriado para os povos indígenas. O presidente Tenreiro Aranha reconhecia que, sem professores, padres ou diretores capazes, a catequese ficava no papel.

A convivência com os povos nativos tampouco era pacífica. Em 1851, chegaram notícias de agressões de grupos Macús no rio Negro e de delitos praticados por Muras no rio Madeira, o que levou à emissão de portarias para captura de salteadores. A fronteira entre aldeamentos, comunidades autônomas e frentes extrativistas era palco de tensões constantes, em que se alternavam negociação e violência. Nesse cenário, o Estado imperial via a colonização como estratégia de ocupação e defesa. Projetava-se, por exemplo, a criação de uma Colônia Militar no Alto Rio Branco, no sítio Uariurú, a cerca de dez

léguas além do Forte de São Joaquim. A medida buscava ao mesmo tempo proteger as fronteiras e promover a “civilização” dos indígenas, convertendo-os em súditos e trabalhadores disciplinados.

A historiografia contribui para evidenciar essas contradições. Reis (1931) assinala que o Amazonas surgiu com abundância de recursos naturais, mas carente de mão de obra, o que tornava a integração dos povos indígenas uma necessidade prática, ainda que conduzida de forma improvisada e marcada por contradições. Carvalho (1980) interpreta que o processo de centralização política no Segundo Reinado tinha entre seus objetivos o disciplinamento de populações consideradas incontrolláveis, transformando as fronteiras em espaços mais submissos ao poder do Estado. Holanda (1945) acrescenta que as frentes de expansão representavam áreas de conquista e adaptação, nas quais o contato entre colonizadores e povos indígenas resultava tanto em processos de miscigenação quanto em episódios de violência.

Pesquisas mais recentes, como as de Barcelos Neto (2008), reforçam essa análise ao apontar que a relação missionária com os povos do rio Negro e do Uaupés oscilava entre a retórica civilizatória e a dependência prática de seus saberes e de sua força de trabalho. Essa ambivalência marcou o cotidiano da província, em que coexistiam, de um lado, o ideal de catequese e integração e, de outro, práticas de exploração econômica e militar.

Assim, em 1851, a política indigenista do Amazonas encontrava-se em impasse. De um lado, missionários e autoridades prometiam integrar milhares de indígenas ao corpo do Império; de outro, prevaleciam violência, abandono e improviso. O paradoxo era evidente: uma Província “rica em homens e terras”, mas incapaz de mobilizar seus próprios habitantes em favor de um projeto de desenvolvimento. Desde o princípio, o Amazonas carregava o estigma de uma política indigenista incompleta — marcada mais pela retórica de civilização do que pela efetiva integração.

1.9. Desafios e perspectivas

A mensagem de Fausto Augusto d’Aguiar, último presidente do Pará a administrar o território do Rio Negro, delineava com clareza os principais desafios que aguardavam a nova Província do Amazonas. Havia carências em todos os setores: na defesa, a urgência de engenheiros e verbas para reparar as fortificações, revisar os comandos parciais e fortalecer as guarnições de fronteira; nas finanças, a necessidade de reorganizar a arrecadação fiscal, já que as coletorias do interior exibiam receitas ínfimas em 1851; na educação, o desafio de aplicar a Lei de 27 de outubro de 1851, reformando o ensino ele-

mentar e finalmente providenciando a cadeira de francês; nas relações com os povos indígenas, a falta de missionários e recursos, que resultava em catequeses acanhadas e missões quase inoperantes.

Essa agenda pragmática contrastava com a grandiosidade das expectativas. D'Aguiar, ao se despedir, felicitava Tenreiro Aranha pela “glória que lhe caberá, de dar à Província do Amazonas o impulso que deve acelerá-la na carreira do progresso”, depositando sobre os ombros do novo presidente o peso da esperança coletiva.

Mas a realidade era menos luminosa. O Amazonas inaugurava sua autonomia em um quadro de isolamento geográfico extremo: as comunicações com a Corte eram lentas e incertas, e mesmo com Belém a ligação se fazia por longas viagens fluviais, sujeitas a encalhes e atrasos. Essa distância reforçava a sensação de abandono e obrigava a administração local a improvisar soluções diante da ausência do Estado central.

Outro desafio estrutural da nova província era a fragilidade administrativa e fiscal. Com um quadro reduzido de funcionários, termos judiciais vagos e metade das freguesias sem párocos, o Amazonas dependia das transferências financeiras da Corte e da lealdade de autoridades improvisadas. A justiça funcionava de forma lenta, enquanto a segurança era garantida apenas por pequenos destacamentos e guardas dispersos. A economia, sustentada pela coleta de tartarugas, pirarucu, cacau silvestre e por uma extração ainda incipiente da borracha, apresentava caráter predatório e instável. Reis (1931) interpreta esse quadro como expressão de uma economia de rapina, capaz de gerar ganhos imediatos, mas carente de bases sólidas para o desenvolvimento.

As relações com os povos indígenas constituíam outro impasse. As missões eram escassas, mal apoiadas e incapazes de responder às demandas da região, enquanto os conflitos com grupos como Muras e Macús evidenciavam os limites da política de “civilização”. O Regulamento de 1845 era aplicado de maneira irregular, e as tentativas de disciplinar as populações nativas esbarravam tanto na falta de missionários quanto na resistência das comunidades. Carvalho (1980) destaca que, no contexto do Segundo Reinado, o Império buscava disciplinar as margens para afirmar sua soberania, o que, no caso amazônico, significava transformar populações dispersas em cidadãos submetidos ao Estado — projeto que permanecia mais no plano ideal do que na prática.

Também os desafios internacionais se impunham. A província fazia fronteira com Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Guianas, mas a ausência de guarnições consistentes deixava a região vulnerável a pressões externas. Holanda (1945) analisa que as fronteiras brasileiras funcionavam como zonas de

contato instável, onde a fragilidade do poder central se tornava mais evidente. No Amazonas, essa vulnerabilidade era intensificada pelos grandes rios que cruzavam fronteiras sem barreiras, tornando o controle estatal mais simbólico do que efetivo.

No campo social, o quadro era igualmente dramático: menos de 200 alunos matriculados em toda a Província, ausência de hospitais estruturados, assistência limitada à caridade religiosa e aos saberes tradicionais. A promessa de civilização esbarrava em índices de analfabetismo quase totais e em uma população dispersa, dependente de improvisos.

Apesar de tantas limitações, havia também perspectivas. A abundância de recursos naturais, a posição estratégica nas fronteiras e a possibilidade de integração fluvial despertavam expectativas de futuro. O próprio Tenreiro Aranha, ecoando o otimismo de seu antecessor, via na Província a chance de “acompanhar as mais florescentes do Império”.

A historiografia, contudo, relativiza o entusiasmo presente no discurso oficial. Reis (1931) avalia que o nascimento da Província representou mais uma expressão de esperança retórica do que uma realidade efetiva de consolidação institucional. Carvalho (1980) interpreta a criação do Amazonas como parte de um processo centralizador, voltado prioritariamente para reforçar a autoridade imperial, em vez de promover um desenvolvimento concreto da região. Barcelos Neto (2008), por sua vez, enfatiza que, para as populações indígenas, a instalação da Província significou menos um projeto de integração e mais a abertura de um novo ciclo de coerção e controle.

Em síntese, os desafios e perspectivas de 1851 revelam o paradoxo essencial do Amazonas: criado como símbolo de integração nacional, mas nascido frágil, dependente e distante. Entre promessas de grandeza e a dura realidade da sobrevivência no coração da floresta, a Província começava a escrever sua história no século XIX.

1.10. Dados demográficos e sociais de 1851

O primeiro recenseamento da Província do Amazonas, realizado em 1851, registrou uma população de 29.798 habitantes — em algumas cópias, aparece o número de 29.795. A discriminação por sexo e condição apontava 7.815 homens livres, 8.772 mulheres livres, 6.776 menores masculinos livres, 5.685 menores femininos livres, 225 escravos homens e 136 escravas mulheres. A soma desses valores resultava em 29.409, ligeiramente inferior ao total geral, discrepância atribuída a arredondamentos ou inconsistências nas cópias originais.

O aspecto mais revelador do recenseamento era a reduzida presença de escravizados — menos de 800 em todo o território —, em nítido contraste com as províncias do Sudeste, cuja economia se estruturava na mão de obra cativa. No Amazonas, a força de trabalho era predominantemente composta por indígenas, caboclos e ribeirinhos, inseridos em atividades de extrativismo, agricultura de subsistência e serviços ocasionais. Reis (1931) ressalta que, embora numerosa, a população indígena permanecia invisível nas estatísticas oficiais, que registravam apenas os aldeados ou batizados, ocultando a existência de inúmeros grupos dispersos pelos rios e florestas.

Sob a ótica urbana, o quadro era igualmente modesto. A província contava apenas com uma cidade — Manaus, então chamada Barra do Rio Negro —, três vilas e uma rede de freguesias rurais e povoados informais. Essa dispersão populacional dificultava a administração, a circulação de mercadorias e o acesso a serviços básicos. Holanda (1936) observa que a formação social brasileira foi historicamente marcada pela fragmentação e pela dificuldade de consolidar vínculos comunitários estáveis; no caso amazônico, essa característica era ainda mais acentuada, já que os rios funcionavam simultaneamente como elementos de conexão e de isolamento das comunidades.

A baixa densidade demográfica era outro fator crítico: menos de 30 mil habitantes em um território que representava quase um terço do Império. Essa rarefação humana tornava a Província vulnerável a pressões externas e de difícil controle. Não por acaso, o governo imperial estimulava colônias militares e projetos de povoamento, na tentativa de assegurar presença efetiva em áreas fronteiriças.

O quadro social revelava precariedade generalizada. O número de analfabetos era esmagador, quase toda a população; não havia hospitais estruturados; e a assistência dependia de caridade religiosa, improviso e saberes tradicionais. A própria documentação policial de 1851–1852 registrava a designação de “tuxauas” como chefes indígenas em relatos oficiais, sinal de que o poder local ainda reconhecia, ainda que parcialmente, formas de autoridade nativa. A Guarda Policial, por sua vez, reunia 1.339 praças distribuídas em dois batalhões, distinta da força militar de linha, e o sistema judiciário registrara apenas duas sessões do júri em todo o ano — uma em Manaus, sem julgamentos, e outra em Maués, com dois réus.

Sob a perspectiva da cidadania, a realidade amazônica apresentava-se como de quase completa exclusão. Carvalho (2001) aponta que, no Brasil imperial, os direitos políticos eram limitados e os direitos sociais praticamente inexistentes, o que no caso do Amazonas se agravava em razão da distância da Corte e da fragilidade administrativa, fatores que restringiam a presença efetiva do Estado junto à população. Barcelos Neto (2008) acrescenta que as políticas voltadas à integração dos povos indíge-

nas funcionavam mais como mecanismos de disciplinamento do que de inclusão, perpetuando uma lógica de exclusão que se prolongaria por todo o século XIX.

Em síntese, os dados demográficos e sociais de 1851 revelam uma Província paradoxal: imensa em território, estratégica para o Império, mas com população reduzida, dispersa e pobre em serviços básicos. O Amazonas nascia como uma terra de futuro, mas o presente era de carências e imprevistos — um espaço humano rarefeito, sustentado por promessas imperiais de integração que, na prática, se realizariam lentamente e de forma incompleta.

Capítulo 2

1852: A Província em construção

Desafios e horizontes do Amazonas no
Segundo Reinado

O ano de 1852 marcou o primeiro exercício pleno de governo da recém-instalada Província do Amazonas, agora sob a presidência de Manoel Gomes Corrêa de Miranda. Se 1851 havia sido o tempo da expectativa e da formalização jurídica da nova unidade, 1852 foi o momento de testar a realidade prática da administração. O discurso do progresso encontrava, enfim, o peso das carências materiais.

Corrêa de Miranda herdava uma Província vasta, com quase um terço do território do Império, mas rarefeita em população, isolada geograficamente e sustentada por uma economia extrativista frágil. Os relatórios oficiais e os indicadores do ano revelavam uma administração incipiente, sustentada por improvisos: prédios públicos em ruínas, fortificações degradadas, arrecadação modesta, poucas escolas e quase nenhuma estrutura de saúde. O Estado imperial era mais promessa que presença, e a vida cotidiana continuava marcada por improvisos, caridade religiosa e saberes tradicionais.

A segurança pública era mantida por uma Guarda Policial numerosa no papel, mas dispersa e mal equipada; a justiça, lenta e rarefeita, funcionava mais como ideal do que como prática efetiva. As comunicações permaneciam lentas e incertas, dependentes da navegação fluvial, ainda que a viagem inaugural do vapor *Guapiassú* houvesse acenado com promessas de integração futura. Já as relações indígenas expunham contradições: poucas missões em funcionamento, resultados acanhados na catequese, conflitos entre as nações indígenas da região, e a tentativa de criar colônias militares para ocupar as fronteiras e disciplinar populações nativas.

Do ponto de vista político mais amplo, a Província inseria-se no movimento de centralização do Segundo Reinado, marcado pela busca do Império em disciplinar as margens e transformar fronteiras em espaços dóceis à autoridade central. A aprovação da Lei de Terras de 1850, ainda recente, refletia esse esforço: controlar a ocupação, reduzir a autonomia dos posseiros e reforçar o domínio estatal. No Amazonas, esse projeto traduzia-se em tentativas de transformar a vastidão da floresta em território governável — tarefa que se revelava monumental.

A historiografia é consistente em ressaltar esse paradoxo. Reis (1931) descreve a Província do Amazonas como um território vasto e populoso, mas carente de mão de obra disciplinada para sustentar um projeto de desenvolvimento. Carvalho (1980) interpreta que a centralização do Segundo Reinado esteve mais voltada à afirmação da autoridade imperial do que à promoção de melhorias efetivas nas províncias. Holanda (1945) enfatiza que as fronteiras constituíam zonas de contato instável, marcadas por negociação, miscigenação e também violência. Em uma perspectiva mais recente, Barcelos Neto (2008) reforça que as políticas indigenistas implementadas significaram muito mais coerção do que inclusão, perpetuando relações de subordinação.

Assim, a leitura do ano de 1852 mostra que o Amazonas se consolidava como uma Província paradoxal: formalmente integrada ao Império, mas ainda distante de sua materialidade; carregada de discursos de progresso, mas sustentada em improvisos e carências. Era uma terra de promessas e limites, onde a presença do Estado imperial se media mais em relatórios e expectativas do que em obras concretas.

2.1. Contexto geral e segurança pública

O ano de 1852 abriu-se para o Amazonas com a posse de seu segundo presidente, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, que assumiu em meio às expectativas criadas pela instalação da nova Província e às tensões herdadas de sua fase inaugural. Se 1851 fora o tempo da formalização legal e dos discursos de esperança, 1852 revelou-se o momento de enfrentar a realidade prática de governar um território imenso, rarefeito em população e carente de meios administrativos.

O quadro de segurança refletia esse desafio. A mensagem presidencial fazia questão de sublinhar que, de modo geral, reinava tranquilidade, mas as ocorrências relatadas demonstravam a fragilidade dessa paz. Em regiões de fronteira e nas rotas fluviais, multiplicavam-se relatos de ataques e delitos. Grupos indígenas como os Caripunas e os Araras foram acusados de assaltos em áreas do rio Madeira, enquanto em Manaus e em vilas próximas registravam-se episódios de violência urbana e conflitos entre autoridades locais. Tais incidentes contradiziam a imagem oficial de uma população pacífica, lembrando que a consolidação da ordem dependia menos da índole da população e mais da capacidade do Estado em exercer presença real.

O aparato de defesa, entretanto, era limitado. A Província contava com poucos destacamentos militares dispersos e com uma Guarda Policial que, embora numerosa no papel, sofria com dispersão, carência de equipamentos e frequentes tensões com as autoridades civis. O presidente reconhecia que a segurança pública era sustentada mais por imprevisto e vigilância constante do que por uma estrutura sólida.

A historiografia oferece importantes interpretações para esse cenário. Reis (1931) destaca que a Província do Amazonas nasceu com escassez de mão de obra, embora fosse rica em território, o que a levou a depender de alianças locais e do apoio improvisado de guardas e missionários. Carvalho (1980) aponta que, no Segundo Reinado, a autoridade imperial sustentava-se em uma rede capilar de juízes de paz, polícias e pequenos destacamentos, mas essa estrutura enfraquecia-se nas áreas de fronteira, diminuindo a eficácia do poder central. Holanda (1945) acrescenta que as fronteiras funcionavam

como zonas de contato instável, nas quais negociação e violência se alternavam de forma constante. No Amazonas, essa instabilidade se manifestava em conflitos com populações indígenas, disputas por recursos e tensões recorrentes entre civis e militares.

O governo provincial buscava responder a esse quadro com medidas simbólicas e pragmáticas. Corrêa de Miranda insistia na necessidade de reforçar guarnições em pontos estratégicos e de prover recursos para a vigilância das rotas fluviais. No entanto, os poucos meios disponíveis tornavam tais providências mais projetos do que realizações efetivas.

Assim, o contexto geral de 1852 era o de uma Província formalmente em paz, mas cuja tranquilidade se sustentava sobre uma base frágil. As margens do grande rio revelavam tanto a promessa de integração quanto a ameaça da desordem. Para um governo que ainda buscava consolidar sua legitimidade, a segurança pública não era apenas questão administrativa: era símbolo da presença — ou da ausência — do Estado imperial no coração da floresta.

2.2. Administração pública e segurança

A administração do Amazonas em 1852 revelava o peso do imprevisto que marcava a jovem Província. Corrêa de Miranda assumiu um território vasto, com apenas uma comarca, quatro municípios e vinte freguesias — das quais várias estavam sem párocos ou autoridades estáveis. A ausência de quadros administrativos qualificados impunha limites severos: juízes, delegados, escrivães e professores eram escassos, e a burocracia nascente enfrentava dificuldades até para garantir o funcionamento regular da justiça ou do fisco.

Essa fragilidade administrativa não era circunstancial, mas de caráter estrutural. A Província do Amazonas surgiu com carência de recursos humanos e dependia do envio de funcionários de outras regiões, que muitas vezes não aceitavam enfrentar o isolamento da região. Diversas cadeiras criadas por lei, como já havia ocorrido com a de francês em Manaus, permaneciam vagas, e a estrutura estatal parecia mais projetada em documentos do que efetivamente instalada no território. Reis (1931) interpreta que a administração provincial nos primeiros anos foi marcada pelo abandono e pelo imprevisto, reflexo direto da indiferença do poder central em relação à região.

No campo da segurança, a situação não era melhor. O Comando Geral Militar, criado ainda em 1837, seguia existindo, mas com grande parte de seus comandos parciais desocupados. O Exército regular dispunha apenas de uma companhia de caçadores e de pequenos destacamentos de artilharia,

mal distribuídos e com pouca capacidade de ação. A Guarda Policial, com dois batalhões e mais de mil praças, era numerosa no papel, mas dispersa, mal equipada e frequentemente em conflito com autoridades civis e locais. Corrêa de Miranda reiterava a necessidade de reorganizar a Guarda Nacional conforme a lei de 1850, mas o esforço esbarrava na falta de oficiais e de recursos para efetivar a reforma.

As tensões entre civis e militares eram recorrentes e refletiam a fragilidade de um Estado cuja autoridade se mantinha por equilíbrios instáveis. Eram frequentes os relatos de abusos cometidos por comandantes locais, conflitos com delegados e disputas de jurisdição. Carvalho (1980) interpreta essa realidade como expressão de um sistema capilar de poder, baseado em juizes de paz, forças policiais e pequenos destacamentos, mas que, nas regiões periféricas, se apresentava de forma rarefeita, comprometendo a legitimidade do governo imperial.

No contexto amazônico, essa vulnerabilidade era intensificada pela condição de fronteira. Holanda (1945) destaca que as frentes de expansão constituíam zonas de contato instável, caracterizadas pela coexistência de negociação e violência. No caso da Província do Amazonas, com rios que se estendiam até o Peru, a Colômbia e a Venezuela, a ausência de meios materiais impedia que a soberania imperial se traduzisse em presença efetiva.

Assim, em 1852, a administração e a segurança do Amazonas seguiam frágeis, mais dependentes da improvisação e da lealdade de autoridades locais do que de estruturas sólidas do Estado. O poder provincial buscava afirmar-se, mas sua presença era, na prática, intermitente e desigual. A nova Província aprendia cedo que governar a Amazônia era um exercício constante de administrar ausências: de funcionários, de recursos, de meios militares e, sobretudo, de tempo, sempre corroído pela lentidão das comunicações e pela distância da Corte.

2.3. Infraestrutura e obras públicas

Se a administração e a segurança já revelavam fragilidades, a situação da infraestrutura no Amazonas em 1852 era ainda mais dramática. Corrêa de Miranda registrava que os poucos prédios públicos existentes eram insuficientes e precários: a antiga casa do Hospital Militar continuava sendo utilizada como armazém; havia um quartel de reduzida capacidade; a tesouraria, a recebedoria e o correio funcionavam em instalações adaptadas. As fortificações coloniais — como as de São Joaquim, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas e Tabatinga — encontravam-se em mau estado de conservação, exigindo reparos urgentes, para os quais se solicitavam verbas e engenheiros.

A escassez de mão de obra especializada era um obstáculo permanente. O presidente lamentava que, em meio a pedreiras abundantes, não havia canteiros que soubessem cortar pedra; cercado por florestas imensas, faltavam carpinteiros aptos a erguer embarcações; diante das ruínas de templos, não havia pedreiros ou oleiros para fabricar tijolos e telhas. O contraste entre a exuberância da natureza e a carência de trabalhadores qualificados traduzia o dilema da Província: riqueza potencial imensa, mas ausência dos meios técnicos e humanos para convertê-la em progresso material.

A rede urbana era rarefeita. Manaus — ainda a modesta Barra do Rio Negro — era a única cidade, acompanhada de três vilas e algumas freguesias esparsas. Estradas terrestres praticamente inexistiam, e a circulação dependia exclusivamente dos rios. Essa carência impedia a consolidação de uma infraestrutura mínima de integração regional: não havia cais adequados, pontes ou armazéns que pudessem dar suporte a uma economia em expansão.

A precariedade não resultava apenas da escassez de recursos locais. Reis (1931) observa que a herança colonial havia deixado para a região cidades que existiam mais nos mapas do que na realidade, já que grande parte dos povoados permanecia em ruínas após a Cabanagem (1835–1840). Vilas destruídas, templos arruinados e comunidades esvaziadas demonstravam que pouco havia sido reconstruído até a criação da Província, de modo que o novo governo empregava mais esforços na reparação de estruturas antigas do que na construção de novas.

O abandono imperial era igualmente evidente. Carvalho (1980) interpreta que o Estado central concebida as obras públicas como instrumentos de integração política, mas destinava recursos de forma insuficiente às províncias distantes. No Amazonas, essa limitação era agravada pelo isolamento geográfico e pela dependência em relação ao Pará, o que tornava qualquer iniciativa dependente do envio de verbas, engenheiros e técnicos externos.

A análise de Holanda (1945) contribui para explicar esse paradoxo ao apontar que as frentes de expansão no Brasil se sustentavam mais na mobilidade improvisada das rotas fluviais do que em obras permanentes. No caso amazônico, os rios funcionavam como grandes vias de circulação, mas a ausência de infraestrutura sólida — como portos, cais e pontes — impedia que essa mobilidade se transformasse em verdadeira integração econômica e política.

Dessa forma, em 1852, o Amazonas permanecia como uma província marcada por promessas grandiosas, mas construída sobre ruínas e improvisos. A falta de prédios públicos adequados e a incapacidade de converter a abundância natural em obras permanentes fragilizavam a legitimidade do poder

provincial. Reis (1931) acrescenta que a autoridade de um governo se via comprometida quando este não dispunha sequer de edifícios para instalar-se, o que evidencia que o problema da infraestrutura não era apenas material, mas também simbólico, refletindo a distância entre a retórica imperial de progresso e a realidade concreta de uma província ainda sem bases sólidas para sustentar sua história.

2.4. Educação e cultura

Em 1852, a educação no Amazonas permanecia em estado incipiente, reflexo da fragilidade estrutural da jovem Província. O número de escolas primárias era mínimo: oito no total, das quais apenas sete estavam providas. O contingente de alunos era reduzido e quase todo masculino, sinal da exclusão feminina e do alcance restrito da instrução pública. O ensino secundário limitava-se ao Seminário de Manaus, fundado em 1848 pelo bispo do Pará, que reunia apenas 17 estudantes, sendo 13 internos. Ali se ensinava gramática latina, francês, música e canto — disciplinas voltadas mais à formação clerical do que a uma educação ampla.

Apesar da criação legal de novas cadeiras, como a de Língua Francesa, estas permaneciam vagas por falta de professores dispostos a enfrentar o isolamento da região. Esse vazio educacional traduzia uma carência de quadros humanos que o poder público não conseguia suprir. Como reconheceu o próprio Corrêa de Miranda, a Lei de 27 de outubro de 1851, que pretendia reformar o ensino elementar, pouco surtira efeito, limitada ao papel.

A escassez de professores qualificados agravava ainda mais a precariedade do ensino. Diversas cadeiras permaneciam vagas e, quando ocupadas, apresentavam alta rotatividade. Reis (1931) aponta que a instrução pública no Amazonas do século XIX foi caracterizada pela descontinuidade e pelo abandono por parte do poder público, o que resultou na manutenção do analfabetismo por várias gerações. A dispersão populacional intensificava o problema, já que famílias ribeirinhas raramente enviavam seus filhos às escolas, enquanto o Estado não possuía condições de levar educação às áreas mais distantes.

No campo cultural, o quadro também se mostrava limitado. Manaus ainda era uma pequena vila fluvial, sem bibliotecas, liceus ou teatros, e a vida intelectual restringia-se a pequenos círculos religiosos, a jornais de circulação intermitente e a espaços de leitura coletiva. Carvalho (2001) interpreta que a educação e o letramento funcionavam como instrumentos de legitimação política do Império, de modo que a ausência desses mecanismos no Amazonas reforçava a exclusão e a distância da região em relação ao projeto nacional de cidadania.

Esse panorama cultural confirma ainda a análise de Holanda (1936), segundo a qual, em muitas regiões do Brasil, a vida intelectual dependia mais da atuação da Igreja do que do Estado. Nesse sentido, o Seminário de Manaus desempenhava papel central, funcionando não apenas como escola, mas também como núcleo de cultura, espaço de formação clerical e centro de uma incipiente vida intelectual. Para as populações indígenas, a marginalização era ainda mais evidente, uma vez que a educação formal praticamente não existia. Quando presente, a atuação missionária limitava-se à catequese e à assimilação cultural. Barcelos Neto (2008) avalia que, no século XIX, a escolarização indígena operava menos como um direito e mais como um instrumento de controle, voltado a enquadrar povos diversos na lógica do projeto imperial.

Assim, em 1852, a educação e a cultura da Província do Amazonas eram espaços de promessas não cumpridas. O discurso oficial falava em progresso, mas a realidade era de poucas escolas, professores escassos e vida intelectual restrita. O atraso não era apenas circunstancial: era um desafio estrutural que acompanharia a Província por todo o século XIX, reforçando a distância entre a retórica de modernização e as limitações concretas de um território isolado e disperso.

2.5. Saúde e assistência

Se a educação se mostrava precária, a saúde pública na Província do Amazonas em 1852 era praticamente inexistente. O antigo Hospital Militar, em Manaus, continuava sendo utilizado como armazém, sem desempenhar função sanitária. Não havia hospitais estruturados nem instituições de caridade estáveis, como as Santas Casas de Misericórdia que em outras províncias serviam de suporte à população pobre. Os relatórios oficiais registravam apenas dados dispersos de óbitos e de vacinação, sem análise sanitária sistemática.

Na prática, a assistência em saúde restringia-se a pequenas enfermarias improvisadas em quartéis e residências particulares, voltadas sobretudo ao atendimento de militares. A população civil dependia de poucos cirurgiões práticos e boticários, presentes em Manaus e em algumas vilas maiores, além do conhecimento tradicional baseado no uso de ervas e remédios indígenas. Essa realidade refletia a convivência entre práticas médicas rudimentares e a persistência dos saberes ancestrais, que permaneciam essenciais diante da ausência de infraestrutura oficial. Barcelos Neto (2008) interpreta essa situação como expressão de uma ambivalência entre integração e resistência: enquanto o Império buscava impor padrões médicos centralizados, a população continuava a recorrer aos conhecimentos locais para enfrentar as carências de atendimento.

As epidemias eram temidas e devastadoras. O ciclo das cheias e vazantes favorecia surtos de malária, febres intermitentes, doenças tropicais e varíola, para os quais não havia redes de contenção. O governo provincial limitava-se a nomear “facultativos” em caráter emergencial, mas sem estrutura duradoura. O resultado era uma população extremamente vulnerável, entregue à solidariedade comunitária ou, em menor escala, à assistência missionária.

Reis (1931) destaca que a precariedade da saúde no Amazonas não se explicava apenas pela escassez de recursos locais, mas também pela indiferença do poder central em estruturar uma política sanitária específica para a região. A saúde era tratada, em grande medida, como uma questão militar, e não como um serviço público voltado à população. Essa lógica, segundo Carvalho (2001), refletia a realidade do Brasil imperial, no qual os direitos sociais ainda não existiam de forma institucionalizada.

O vazio institucional possuía igualmente uma dimensão simbólica. Holanda (1936) interpreta que a formação das sociedades brasileiras ocorreu em meio a frágeis redes públicas de apoio, nas quais o patrimonialismo se sobrepunha à noção de bem comum. No Amazonas, essa característica tornava-se ainda mais evidente: a ausência do Estado fazia com que a assistência ficasse a cargo da Igreja ou de iniciativas particulares, ambas incapazes de responder de maneira efetiva às necessidades coletivas.

Assim, em 1852, a saúde e a assistência no Amazonas eram menos políticas públicas do que improvisos. Casas adaptadas, saberes tradicionais e caridade missionária formavam o mosaico de cuidado em uma Província imensa, vulnerável e isolada. Mais do que um problema administrativo, tratava-se de um desafio civilizatório: como proteger uma população espalhada por rios e florestas, distante do centro imperial e desprovida de um Estado capaz de oferecer garantias mínimas de vida?

2.6. Comunicações e transporte

Em 1852, a comunicação no Amazonas permanecia marcada pelo isolamento quase absoluto. As vias terrestres eram praticamente inexistentes: poucas picadas ligavam povoados vizinhos, mas não havia estradas consolidadas que permitissem circulação regular. Os rios continuavam sendo as únicas “estradas” possíveis, mas sua vastidão e irregularidade — sujeitas a cheias, vazantes e encalhes — transformavam a navegação em uma experiência lenta e incerta.

O episódio mais emblemático do período fora a viagem inaugural do vapor Guapiassú, em dezembro de 1851, de Belém até a Barra do Rio Negro, concluída em 17 dias e meio, dos quais 9 dias e 18 horas de navegação efetiva. Essa façanha, ainda isolada, demonstrava o potencial da navegação a vapor

para encurtar distâncias e integrar a região ao restante do Império. Corrêa de Miranda, em sua mensagem, insistia na continuidade dessa inovação como instrumento de integração e desenvolvimento. Contudo, uma linha regular de vapores ainda estava longe de ser realidade.

O cotidiano da Província dependia de canoas e batelões, movidos a remo ou vela, que transportavam mercadorias e passageiros em viagens demoradas, sujeitas a riscos naturais e a ataques ocasionais. Os portos eram improvisados, os cais inexistentes, e os armazéns precários pouco favoreciam o comércio de maior escala. A correspondência, quando chegava, fazia um percurso penoso: primeiro pelo mar até Belém, depois pelo curso do Amazonas até Manaus, em viagens que podiam durar meses.

A precariedade das comunicações no Amazonas expressava não apenas dificuldades práticas, mas também fragilidade simbólica da presença estatal. Reis (1931) avalia que a lentidão na circulação de informações foi um dos principais fatores para a integração tardia da região ao projeto nacional, já que as ordens enviadas pela Corte perdiam eficácia diante da demora em chegar ao destino. Carvalho (1980) destaca que, no contexto do Segundo Reinado, os meios de comunicação — como telégrafo, correios e estradas — desempenhavam papel essencial na centralização do poder imperial. No caso amazônico, a ausência dessas estruturas deixava autoridades locais e missionários com ampla autonomia, muitas vezes governando independentemente da Corte.

Holanda (1945) interpreta as frentes de expansão como dependentes da mobilidade fluvial, mas ressalta que essa circulação, quando não acompanhada de uma infraestrutura estável, resultava em fluxos descontínuos, frágeis e vulneráveis. O Amazonas da década de 1850 refletia bem essa situação: os rios, apesar de majestosos e abundantes, funcionavam tanto como vias de conexão quanto como barreiras, dificultando a integração interna da província.

Barcelos Neto (2008) acrescenta que a ausência de comunicações regulares reforçava a percepção de abandono, produzindo a imagem de um território mais idealizado do que efetivamente governado, no qual a distância entre discurso e realidade se media pelo longo tempo necessário para a chegada de notícias e ordens.

Assim, em 1852, as comunicações e os transportes da Província do Amazonas eram um paradoxo: a navegação a vapor apontava para o futuro, mas a realidade cotidiana permanecia ancorada em embarcações rudimentares e em um correio incerto. O progresso era promessa, mas o isolamento seguia sendo a condição dominante no coração da floresta.

2.7. Relações indígenas e colonização

Em 1852, o tema indígena permanecia no centro das preocupações da jovem Província do Amazonas. A maior parte de seu território era habitada por populações nativas, que coexistiam de forma tensa com colonos, missionários e autoridades locais. As políticas oficiais estavam amparadas pelo Regulamento de 1845 (Decreto nº 426), que reorganizara o sistema de aldeamentos e diretórios, buscando enquadrar os povos indígenas em uma lógica administrativa e produtiva subordinada ao Império.

Na prática, entretanto, os resultados eram limitados. Existiam apenas algumas missões em funcionamento, como no Japurá, no Içá-Tonantins, no Andirá e no Rio Branco. Relatórios oficiais reconheciam que os frutos da catequese eram “acanhados”, por falta de missionários estáveis, recursos financeiros e métodos adequados de ensino. O presidente Corrêa de Miranda lamentava que a carência de religiosos esclarecidos e de apoio pecuniário inviabilizasse qualquer avanço mais consistente.

A relação com os povos indígenas também se dava em meio a conflitos. Documentos de 1852 registram ataques de Mura no rio Madeira e incidentes com os Macús no rio Negro, apontando para uma realidade de confrontos frequentes. Tais episódios contrastavam com o discurso oficial de tranquilidade e evidenciavam que a integração indígena era mais retórica do que prática.

O governo provincial buscava responder a esse quadro com projetos de colônias militares em áreas estratégicas, como no Alto Rio Branco (sítio Uariurú), além de reforçar guarnições em regiões de fronteira. O objetivo era duplo: defender o território de pressões externas e ao mesmo tempo “civilizar” as populações locais, transformando-as em súditos úteis ao Império.

A historiografia contribui para esclarecer essas contradições. Reis (1931) enfatiza que a Província do Amazonas surgiu dotada de vastas terras e de população, mas carente de mão de obra disciplinada, o que tornava a integração dos povos indígenas uma necessidade prática, ainda que marcada por improvisações e episódios de violência. Carvalho (1980) aponta que o processo de centralização política no Segundo Reinado incluía o objetivo de disciplinar as áreas de fronteira e os povos nativos, convertendo sertões e populações autônomas em espaços submetidos à autoridade imperial. Holanda (1945) acrescenta que as frentes de expansão se configuravam como zonas de conquista e adaptação, em que o contato entre colonizadores e indígenas resultava tanto em processos de miscigenação quanto em conflitos.

Estudos mais recentes reforçam essa leitura. Barcelos Neto (2008) demonstra que, no rio Negro e no Uaupés, a relação missionária oscilava entre a imposição do ideal civilizatório e a dependência prática dos saberes e do trabalho indígena. Essa ambivalência caracterizava o cotidiano amazônico, no qual, de um lado, prevalecia o discurso da catequese e, de outro, a exploração da mão de obra nativa em expedições, atividades militares e práticas extrativistas.

Assim, em 1852, as relações indígenas e a colonização no Amazonas se caracterizavam por contradições profundas. A Província se apresentava como espaço de integração ao projeto imperial, mas sua prática cotidiana revelava violência, abandono e improviso. O paradoxo era evidente: uma região “rica em homens e terras”, mas incapaz de mobilizá-los plenamente para um projeto de desenvolvimento. A política indigenista continuava a ser mais uma promessa de civilização do que uma realidade de inclusão.

2.8. Desafios e perspectivas

Ao concluir sua mensagem de 1852, Corrêa de Miranda apresentou um balanço realista da situação da Província: mais do que conquistas, havia uma longa lista de desafios a enfrentar. O quadro incluía carências em praticamente todos os setores — administração, finanças, infraestrutura, educação, saúde, segurança e política indigenista. A consolidação da nova unidade não dependia apenas de decretos, mas de recursos, quadros humanos e vontade política, fatores ainda escassos no coração da floresta.

Um dos principais problemas era o isolamento geográfico. As comunicações com Belém e com a Corte eram lentas, incertas e dependentes de viagens fluviais longas e penosas. Essa distância comprometia a eficácia das ordens imperiais e obrigava as autoridades locais a improvisar soluções. A instalação da navegação a vapor mostrava-se promissora, mas ainda irregular, incapaz de assegurar integração plena.

Outro desafio estrutural da Província era a fragilidade administrativa e fiscal. A arrecadação era reduzida, baseada em pequenas coletorias e no comércio de produtos extrativos, o que não permitia sustentar um aparato estatal moderno. Essa limitação tornava a província permanentemente dependente das transferências do governo central. Reis (1931) interpreta esse quadro como resultado de uma economia e de uma administração ainda marcadas pelo improviso e pelo abandono oficial.

No campo social, as carências eram igualmente visíveis. A educação e a saúde apresentavam índices extremamente precários: havia poucas escolas, quase nenhum professor, ausência de hospitais

e falta de instituições de caridade. A maioria da população permanecia analfabeta e sem assistência, sobrevivendo por meio da agricultura de subsistência, da pesca e do extrativismo em comunidades dispersas ao longo dos rios. Essa realidade ampliava a distância entre o discurso oficial de progresso e as condições concretas da região. Carvalho (2001) observa que a cidadania no Brasil imperial era definida mais pela exclusão do que pela inclusão, e no caso amazônico essa exclusão era ainda mais evidente, já que grande parte da população sequer era alcançada pelo Estado.

As relações com os povos indígenas constituíam outro ponto crítico. As missões eram poucas, mal apoiadas e incapazes de assegurar resultados duradouros, enquanto os conflitos com grupos como Mura e Macús evidenciavam os limites do projeto de civilização. O Regulamento de 1845, que deveria orientar a política indigenista, era aplicado de maneira irregular e frágil, e iniciativas como a colonização militar no rio Branco não passavam de promessas de ocupação. Holanda (1945) ressalta que as fronteiras funcionavam como zonas de contato instável, e no caso amazônico essa instabilidade se manifestava na dificuldade de converter soberania nominal em presença efetiva.

Havia ainda os desafios internacionais. A Província fazia fronteira com Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Guianas, sem contar com guarnições sólidas para assegurar o controle. Esse fator tornava urgente a criação de colônias militares e o fortalecimento dos fortes existentes. A defesa territorial era vital não apenas para a segurança local, mas para a afirmação da soberania imperial.

Apesar desse panorama carregado de dificuldades, havia também perspectivas promissoras. A vastidão territorial, a abundância de recursos naturais e a posição estratégica no mapa da América do Sul ofereciam oportunidades de crescimento e de inserção no projeto nacional. Corrêa de Miranda evocava, em sua mensagem, a esperança de que a Província pudesse “acompanhar as mais florescentes do Império”, ecoando o otimismo de seu antecessor.

A historiografia, entretanto, relativiza esse entusiasmo inicial. Reis (1931) interpreta a criação da Província do Amazonas mais como uma expressão de esperança retórica do que como uma realidade concreta de transformação institucional. Carvalho (1980) entende o processo como parte de um movimento de centralização política do Segundo Reinado, cujo objetivo principal era reforçar a autoridade imperial, em vez de promover um desenvolvimento efetivo da região. Barcelos Neto (2008), por sua vez, destaca que, para as populações indígenas, a fundação da Província representou menos um esforço de integração e mais a abertura de um novo ciclo de coerção e controle.

Em síntese, os desafios e perspectivas de 1852 revelam o paradoxo do Amazonas provincial: uma unidade criada como símbolo de integração nacional, mas que nascera frágil, dependente e distante. Entre promessas de grandeza e a dura realidade da sobrevivência no coração da floresta, a Província aprendia cedo que seu destino seria construído na tensão entre discursos de progresso e a persistência das carências materiais.

2.9. Indicadores do ano (1852)

Os indicadores oficiais de 1852 oferecem um retrato objetivo da Província, mas que, lido com atenção, revela mais sobre suas limitações do que sobre seus avanços. Segundo os dados de recenseamento e arrecadação, a população permanecia próxima a 30 mil habitantes, distribuídos de maneira desigual entre a capital, algumas vilas e uma imensa dispersão ao longo dos rios. O número de escravizados era inferior a 800, mantendo-se ínfimo em comparação com outras províncias do Império. A base demográfica era majoritariamente composta por indígenas, mestiços e ribeirinhos, grande parte deles invisíveis às estatísticas oficiais.

No campo fiscal, a arrecadação continuava modesta. As coletorias do interior, como as de Vila Nova e Maués, registravam rendas de poucos milhares de réis, insuficientes para sustentar os serviços públicos. A receita provincial dependia quase inteiramente da capital e era incapaz de financiar obras estruturais. As despesas, por sua vez, mantinham-se próximas das receitas, gerando orçamentos equilibrados apenas na aparência, mas que escondiam a precariedade dos serviços e a dependência crescente do governo central.

Na esfera militar e policial, os números indicavam a presença de uma Guarda Policial de pouco mais de 1.300 praças em dois batalhões, além de uma companhia de caçadores e alguns destacamentos de artilharia. Embora expressivos no papel, tais números contrastavam com a realidade de uma força dispersa, mal equipada e incapaz de assegurar efetivo controle sobre o vasto território.

Quanto à justiça, os relatórios oficiais reiteravam a baixa atividade: poucas sessões de júri, raros julgamentos, processos morosos e termos judiciais sem juízes permanentes. A lei continuava mais como promessa do que prática cotidiana.

Na educação, os números permaneciam estáticos: oito escolas primárias, sete delas providas, atendendo pouco mais de uma centena de alunos, todos meninos. O Seminário de Manaus mantinha-se

como o único centro de ensino secundário, com 17 estudantes. Os indicadores revelavam a ausência de avanço significativo em relação ao ano anterior, reforçando a estagnação do setor.

Na saúde, os registros eram ainda mais escassos: alguns dados de vacinação e óbitos, sem qualquer relatório analítico ou estrutura hospitalar consolidada. O antigo Hospital Militar seguia sem funcionar como instituição de assistência, confirmando o vazio institucional.

Em suma, os indicadores de 1852 confirmavam a realidade descrita ao longo do capítulo: uma Província que nascera sob grandes expectativas, mas cujos números oficiais revelavam a persistência da fragilidade estrutural. População rarefeita, economia extrativista incipiente, finanças dependentes, serviços públicos precários e força militar dispersa compunham o retrato de um território que ainda aguardava a concretização do projeto imperial de integração.

Mais do que estatísticas, esses dados evidenciavam um paradoxo: o Amazonas era, ao mesmo tempo, promessa e limite. Promessa de grandeza futura, sustentada pela natureza abundante e pela posição estratégica; limite de um Império que, a despeito de sua retórica centralizadora, não possuía meios materiais para transformar a retórica em realidade.

Capítulo 3

1853: Entre relatórios e realidade

A Província como projeto em construção.

3.1. Contexto geral e segurança pública

O ano de 1853 marcou um momento de consolidação política para a Província do Amazonas, mas também de reafirmação das vulnerabilidades que a acompanhavam desde a instalação. Na abertura da Assembleia Legislativa, o presidente Herculano Ferreira Penna apresentou um quadro de “tranquilidade pública”, ressaltando que a ordem social permanecia intacta e que não havia registros de levantes ou desordens de maior vulto. Essa narrativa oficial, porém, deve ser lida com cautela: mais do que espelhar a realidade, ela buscava transmitir ao governo central a imagem de uma província leal, pacífica e sob controle.

Os documentos administrativos revelam nuances que relativizam essa visão. Embora de fato não houvesse rebeliões abertas, as fontes indicam a ocorrência de episódios de violência isolada, conflitos entre autoridades civis e militares e, sobretudo, ataques indígenas em regiões de fronteira. A fragilidade das comunicações dificultava a reação imediata: uma ordem expedida em Manaus demorava semanas para alcançar vilas distantes, o que fazia com que a noção de “segurança” fosse, na prática, relativa e fragmentada.

Os conflitos mais graves concentravam-se nos sertões, especialmente nos rios Madeira e Negro. Relatórios daquele ano mencionam incursões dos Muras no Madeira e agressões atribuídas aos Macús no Negro, episódios que alarmaram colonos e viajantes. Portarias foram emitidas para capturar salteadores e restabelecer a ordem, mas a execução era dificultada pelas longas distâncias e pela falta de tropas disponíveis. Nessas áreas, o poder provincial convivia com a autonomia de grupos indígenas que transitavam entre aldeias e povoados sem reconhecer a autoridade imperial.

No plano institucional, a Guarda Policial permanecia como principal força de contenção, organizada em dois batalhões e com efetivo superior a mil praças. Entretanto, a dispersão do contingente, somada à carência de equipamentos e ao atrito frequente com autoridades civis, comprometia sua eficácia. Os destacamentos militares instalados em pontos estratégicos, como Tabatinga, São Gabriel e Marabitanas, eram mais símbolos da soberania brasileira nas fronteiras do que instrumentos reais de defesa. Sua presença tinha valor político, mas pouca capacidade de intervenção diante de crises locais.

Esse quadro se refletia também no cotidiano urbano. Em Manaus, as desordens restringiam-se a conflitos pessoais, espancamentos e atos de vingança, que o governo registrava como exceções à regra de obediência. A ausência de delitos de maior escala reforçava a ideia de uma “índole pacífica” da população, mas essa calma aparente se explicava mais pela baixa densidade populacional do que pela

solidez das instituições. Em uma província de quase 30 mil habitantes espalhados por um território imenso, a dispersão funcionava como fator de contenção natural de conflitos coletivos.

Assim, em 1853, a segurança pública do Amazonas era menos resultado de uma estrutura policial ou militar eficiente e mais produto da própria configuração social e geográfica da região. A paz celebrada por Ferreira Penna existia, mas sustentada pela distância entre povoados, pelo isolamento das comunidades e pela ausência de forças capazes de organizar levantes. Por trás do discurso de tranquilidade, mantinha-se um território vulnerável nas fronteiras, carente de recursos e dependente da improvisação de suas frágeis instituições.

3.2. Administração pública e finanças

A administração provincial em 1853 ainda se ressentia da ausência de um corpo funcional estável. A fala de Herculano Ferreira Penna à Assembleia foi clara ao reconhecer que muitos cargos permaneciam vagos e que, em várias vilas e freguesias, a autoridade era exercida de forma interina ou precária. A carência de juízes, escrivães, delegados e párocos comprometia o cotidiano da justiça e da administração. Esse vazio institucional fazia com que a execução das leis fosse irregular e dependesse, não raro, da iniciativa de lideranças locais.

O relatório enviado à Assembleia reforçava esse quadro. Ali se apontava que a Província possuía apenas uma comarca, com dois termos judiciais, quatro municípios e vinte freguesias, das quais cerca da metade estava sem autoridades estáveis. Isso significava que extensas áreas do território se encontravam praticamente fora do alcance direto do governo provincial. A máquina administrativa existia formalmente, mas funcionava como uma engrenagem incompleta, incapaz de cobrir todo o espaço que deveria governar.

No campo financeiro, a situação era igualmente frágil. A receita de 1853 mal ultrapassava os 3:600\$000 réis, valor insuficiente para atender às múltiplas demandas de defesa, obras públicas, educação e saúde. A maior parte dos recursos provinha da Coletoria da Capital, enquanto as coletorias do interior arrecadavam quantias irrisórias, muitas vezes inferiores a algumas centenas de mil-réis por ano. O comércio irregular praticado por regatões e a predominância do escambo dificultavam a cobrança de tributos, reduzindo a capacidade fiscal da Província.

As despesas, por sua vez, absorviam quase integralmente a arrecadação. Manutenção de repartições, pagamento de funcionários e custeio de tropas consumiam os recursos, restando pouco ou nada

para investimentos de maior porte. O equilíbrio entre receita e despesa era frágil e, em alguns casos, apenas aparente, já que atrasos em pagamentos ou despesas não registradas mascaravam déficits.

A fala de Ferreira Penna insistia na necessidade de “reorganizar as rendas” e ampliar a base de arrecadação. Contudo, reconhecia as limitações impostas pela realidade econômica: a ausência de uma agricultura estruturada, a baixa densidade populacional e a dispersão dos povoados impediam a formação de um mercado interno vigoroso. Assim, a Província nascia dependente do apoio da Corte, sem condições de sustentar-se apenas com suas próprias receitas.

Essa dependência não era apenas financeira, mas também simbólica. Ao apresentar números modestos à Assembleia, Ferreira Penna revelava uma província em busca de legitimidade, tentando provar que, apesar da pobreza fiscal, poderia construir uma administração própria. Mas, na prática, o Amazonas de 1853 permanecia tutelado: sem recursos, sem pessoal suficiente e com instituições que existiam mais nos relatórios do que no cotidiano da população.

3.3. Infraestrutura e obras públicas

A realidade material da Província em 1853 era de extrema precariedade. Os relatórios enviados à Assembleia descrevem a capital com poucos prédios oficiais em funcionamento: o antigo Hospital Militar, sem condições de servir à saúde pública, havia sido convertido em depósito; a tesouraria e a recebedoria ocupavam casas adaptadas; o quartel abrigava a tropa em instalações modestas; e o correio, peça vital para a comunicação, operava em edifício sem estrutura adequada. Não se tratava de uma rede planejada, mas de improvisações feitas para que a administração pudesse existir minimamente.

No interior, a situação era ainda mais limitada. O governo relatava apenas alguns destacamentos de madeira, erguidos em vilas estratégicas como Parintins, para servir de abrigo a pequenos efetivos militares. Não havia edifícios que simbolizassem a presença do Estado nas freguesias menores; em muitos casos, a administração local funcionava em casas alugadas ou cedidas por particulares.

As fortificações coloniais herdadas do período anterior apresentavam quadro de abandono. Os fortes de Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas e São Joaquim estavam em ruínas, exigindo reparos urgentes. Ferreira Penna solicitava recursos e a presença de engenheiros militares para avaliar as condições e elaborar projetos de recuperação. Sem isso, as construções corriam o risco de se transformar apenas em ruínas históricas, incapazes de cumprir a função de defesa das fronteiras.

O problema mais grave, entretanto, não era apenas a falta de verbas, mas a ausência de mão de obra qualificada. O presidente lamentava que, apesar da abundância de recursos naturais, faltassem profissionais capazes de utilizá-los: não havia pedreiros especializados para trabalhar em pedra, carpinteiros em número suficiente para erguer embarcações, nem oleiros para a produção regular de tijolos e telhas. A abundância da floresta e dos rios contrastava com a escassez de artesãos e técnicos.

Nas comunicações oficiais, a carência de infraestrutura não aparecia apenas como questão prática, mas também como um desafio de legitimidade. Sem edifícios próprios para abrigar repartições e guarnições, o governo provincial carecia de materialidade simbólica: era difícil para a população reconhecer sua autoridade em prédios alugados ou improvisados. A ausência de obras permanentes reforçava a ideia de que o Amazonas, em 1853, ainda era uma província em processo de construção, dependente de discursos de progresso, mas ancorada em ruínas e soluções temporárias.

3.4. Educação e cultura

Os papéis oficiais de 1853 tratam a instrução como meta declarada, mas revelam uma malha escolar ainda muito rala. Herculano Ferreira Penna registra poucas aulas públicas de primeiras letras, com funcionamento irregular e turmas pequenas. Em várias freguesias a cadeira existia “no livro”, não na sala: faltavam mestres dispostos a servir longe da capital, os soldos atrasavam e a própria distância entre povoados quebrava o calendário letivo. O ensino, quando ocorria, concentrava-se em meninos; as meninas permaneciam quase sempre fora do circuito escolar.

No nível secundário, o Seminário de Manaus seguia como eixo de formação, com currículo clássico — gramática latina, elementos de francês, música e canto — e um grupo reduzido de alunos, em sua maioria internos. Cadeiras criadas por lei continuavam sem provimento, a exemplo da de Língua Francesa, por absoluta falta de candidatos. A instituição cumpria papel que ia além do estritamente pedagógico: biblioteca mínima, disciplina regular e práticas musicais faziam dela o principal núcleo de sociabilidade letrada da capital.

A vida cultural fora dos muros do seminário tinha outro compasso. Manaus contava com poucas tipografias e jornais de circulação intermitente, o suficiente para publicações oficiais, proclamas e algumas folhas noticiosas. As igrejas organizavam procissões, ladainhas e festas de padroeiro, momentos em que música, teatro devocional e leitura pública de documentos se cruzavam. Nas vilas menores, a casa da câmara e a sacristia funcionavam como salas de leitura ocasionais; o catecismo, muitas vezes, fazia as vezes de cartilha.

As fontes de viagem lançam luz sobre o interior. O Roteiro de 1853 descreve povoados ribeirinhos onde o aprendizado se dava “à sombra do alpendre”: alguém que sabia ler ensinava o be-a-bá a meia dúzia de rapazes, nos intervalos entre a safra do peixe e a coleta de produtos do mato. Em muitos trechos, a presença do sacristão substituíra o professor; em outros, a escola fechava quando o mestre precisava partir com a canoa de mantimentos. O calendário escolar, na prática, obedecia ao ritmo das águas.

A Lista das Nações do mesmo ano evidencia um mosaico linguístico que a política de catequese não conseguia abarcar. Entre aldeados e “bravos”, persistiam línguas gerais e vernáculos indígenas, que circulavam nos mercados de beira-rio, nas canoas de regatão e nas próprias casas dos colonos. Desse contato saíam trocas duráveis: cantorias, modos de construir canoas e remédios de mato entravam na cultura cotidiana, embora raramente fossem reconhecidos como “saberes” pelo aparato provincial.

Em síntese, 1853 não oferece um quadro vazio, mas um quadro curto: poucas escolas, um seminário atuante porém exíguo, imprensa vacilante e forte protagonismo da Igreja na formação e na festa. Entre o que o governo prescreve e o que o rio permite, educar era um exercício de persistência — feito de cadernos escassos, mestres raros e um patrimônio oral que, apesar de invisível nos relatórios, sustentava a vida

3.5. Saúde e assistência

Os papéis de 1853 deixam claro que a Província quase não possuía uma rede organizada de saúde. O antigo Hospital Militar, em Manaus, permanecia ocupado como depósito e não atendia mais à função original. Não havia hospitais civis, nem casas de caridade estruturadas como em outras províncias do Império. A assistência aos enfermos se dava em pequena escala, por meio de facultativos contratados esporadicamente e de alguns boticários que abasteciam a capital e poucas vilas maiores.

O relatório de Ferreira Penna apresenta números sobre óbitos e vacinados contra a varíola, mas o alcance da campanha era restrito. A irregularidade no envio da vacina e a distância das freguesias mais remotas impediam uma cobertura ampla. A varíola, as febres intermitentes e a malária aparecem recorrentemente como causas de mortalidade, agravadas pelo regime das cheias e vazantes, que comprometia a salubridade dos povoados.

Fora do circuito urbano, os recursos eram ainda mais limitados. O Roteiro de Viagem de 1853 descreve situações em que viajantes e destacamentos militares recorriam a ervas e cascas fornecidas por

indígenas para tratar febres e ferimentos. Essa convivência cotidiana com o saber tradicional indica que a medicina prática da Província era, em grande medida, resultado da combinação entre receitas caseiras, farmacopeia popular e conhecimentos indígenas.

No campo da assistência social, a Província não possuía instituições permanentes. A ajuda aos pobres, viúvas ou órfãos dependia de redes familiares e de iniciativas religiosas esparsas. Em algumas localidades, missionários prestavam socorro mínimo, mas sem a estrutura de uma Santa Casa. A Lista das Nações de 1853 não registra qualquer política voltada para a saúde dos povos indígenas: epidemias atingiam aldeias inteiras, mas não geravam medidas específicas de prevenção ou cuidado.

Assim, em 1853, a saúde e a assistência no Amazonas apresentavam-se como um campo fragmentado: de um lado, números oficiais que tentavam dar aparência de controle; de outro, a realidade de uma população entregue à improvisação, ao saber oral e ao apoio comunitário. A ausência de hospitais e de instituições de caridade reforçava a imagem de um poder provincial que ainda não conseguia cuidar de seus habitantes de maneira sistemática.

3.6. Segurança e justiça

A mensagem presidencial de 1853 procurava reforçar a ideia de que a ordem pública permanecia estável, mas a leitura atenta dos relatórios evidencia um quadro mais complexo. A Guarda Policial, composta por dois batalhões e pouco mais de mil praças, figurava como a principal força de contenção. No entanto, sua dispersão pelo território, a carência de equipamentos e as dificuldades de disciplina reduziam bastante sua capacidade de ação. Os postos militares de fronteira, em Tabatinga, São Gabriel e Marabitanas, tinham antes valor simbólico de presença do Estado do que força real para enfrentar ameaças externas ou conflitos internos.

No campo judicial, a Província apresentava uma estrutura ainda incipiente. Em 1853, havia apenas uma comarca, dois termos judiciais e quatro municípios. Muitas freguesias estavam sem juízes, e os processos acumulavam-se em razão das enormes distâncias e da lentidão das comunicações. As sessões de júri, quando realizadas, eram raras e pouco produtivas: em alguns casos, não se conseguiu formar corpo de jurados, em outros, não houve julgamentos efetivos. A lei estava prevista, mas sua aplicação se perdia na vastidão do território.

Os conflitos indígenas eram um dos principais pontos de atrito para a segurança. A Lista das Nações de 1853 cita povos classificados como “hostis”, entre eles os Mura e os Macús, frequentemente

mencionados em relatos de ataques a viajantes e povoados. As respostas do governo traduziam-se em portarias que ordenavam capturas e expedições punitivas, mas a execução dessas medidas era dificultada pela falta de efetivos e pelas distâncias. O Roteiro de Viagem registra episódios em que viajantes se viram obrigados a negociar ou solicitar auxílio de aldeias, revelando que, em muitos casos, a convivência oscilava entre conflito e cooperação.

A relação entre autoridades civis e militares também não era simples. O relatório do presidente faz menção a atritos entre delegados e oficiais, reflexo da sobreposição de funções em áreas isoladas, onde o juiz de paz, o comandante do destacamento e o pároco dividiam responsabilidades de ordem pública. Essa confusão de atribuições enfraquecia o exercício da justiça, pois a autoridade imperial chegava de forma difusa e muitas vezes contraditória.

Em síntese, a segurança e a justiça em 1853 compunham um quadro ambíguo. De um lado, o discurso oficial insistia em retratar a Província como leal e pacífica; de outro, os documentos mostravam uma realidade de instituições rarefeitas, conflitos localizados e um sistema judicial incapaz de responder às demandas do território. A paz existia, mas era sustentada mais pela dispersão da população e pela ausência de movimentos organizados do que pela eficácia das estruturas de polícia ou de justiça.

3.7. Comunicações e transporte

Em 1853, o movimento de pessoas, ordens e mercadorias na Província seguia o compasso das águas. A correspondência oficial partia de Manaus em canoas de correio ou ia a reboque de comboios comerciais; só alcançava vilas remotas depois de longos percursos, intercalados por esperas em barrancas e portos improvisados. Não havia estradas praticáveis além de pequenos atalhos entre povoados vizinhos, e a circulação por terra não passava de serviço local. O rio era estrada, praça e calendário.

Os relatórios daquele ano registram um serviço fluvial dominado por canoas de casco leve e batelões à vela. As viagens dependiam do regime de cheias e vazantes: na enchente, a corrente auxiliava a subida, mas encobria bancos e galhadas; na vazante, a navegação ganhava previsibilidade de margens ao custo de mais encalhes. Em vários trechos, as canoas avançavam à vara ou à sirga, e a jornada interrompia-se quando a fome, a noite sem lua ou a neblina recomendavam prudência.

O Roteiro de Viagem de 1853 é revelador quanto ao cotidiano desses deslocamentos. Ele anota paradas obrigatórias para “tomar mantimentos”, descreve passagens estreitas em paranás, recomenda amarração em certos barrancos e alerta para mudanças súbitas de corrente. Em mais de uma ocasião,

a expedição dependeu de práticos indígenas para cruzar furos e atalho de igapó, caminho que encurtava rotas e evitava trechos perigosos. O roteiro mostra também que, em muitos pontos, a travessia só se completava com o concurso das roças ribeirinhas — milho, farinha, peixe salgado — que abasteciam viajantes e destacamentos.

A Lista das Nações ajuda a entender a geografia social dessas rotas: povos distribuídos ao longo do Solimões, Negro, Madeira, Branco, Japurá e Içá não eram apenas vizinhos do caminho — eram parte dele. A navegação implicava negociação: pedir pouso, contratar guias, trocar víveres. Houve, sim, registros de hostilidade em trechos específicos (casos envolvendo Mura e Macús em anos próximos), mas, na rotina das viagens, prevaleciam acordos práticos que tornavam possível a passagem.

Quanto à navegação a vapor, o governo reiterou em 1853 sua aposta nesse recurso como instrumento de integração. Havia memória da viagem pioneira de 1851 e expectativa de novas concessões; contudo, naquele exercício, os vapores surgem nos papéis como presença esporádica, incapaz de impor regularidade ao correio fluvial. Faltavam cais, trapiches e armazéns adequados para carga e transbordo; faltavam, sobretudo, escalas definidas que transformassem a promessa tecnológica em rotina administrativa.

No interior das vilas, o transporte miúdo era feito em ubás e pequenas montarias, que garantiam o circuito curto entre roças, pesqueiros e capelas. Em Manaus, a movimentação no porto refletia a mesma lógica: embarque e desembarque em plataformas simples, sem guindastes, com contagem de volumes à mão e fiscalização por recebedorias magras. Assim se desenha o quadro de 1853: uma província que se desloca, comunica-se e trabalha — mas o faz em compasso lento, à mercê do regime dos rios e da mão humana que varre, rema, guia e negocia cada trecho do caminho.

3.8. Relações indígenas e colonização

Em 1853, o mapa humano da Província era, antes de tudo, indígena. A Lista das Nações compilada naquele ano organiza povos por bacias — Solimões, Negro, Madeira, Branco, Japurá, Içá — e por situações de contato: aldeados sob influência missionária, grupos em aproximação e coletividades que mantinham autonomia. Esse inventário não é apenas descritivo; é também um gesto administrativo: nomear para alcançar, localizar para tentar governar. Ainda assim, boa parte das comunidades permanecia fora do raio efetivo da autoridade provincial.

O sistema missionário, citado nos papéis do governo, tinha presença irregular em pontos como Japurá, Içá/Tonantins, Andirá e Rio Branco. Faltavam religiosos fixos, mantimentos e meios para sustentar aldeamentos ao longo do ano. O resultado aparecia nos relatórios como avanço tímido: batismos, algumas roças comuns, um pouco de canto e doutrina; rareavam iniciativas de leitura e escrita que perdurassem além da visita do missionário. Onde a missão arrefecia, a vida retomava o seu curso próprio, com redes de parentesco, trocas e festas que a documentação quase não enxerga.

As ocorrências de conflito concentram-se em trechos de fronteira interna. Há menções a ataques atribuídos a Mura no Madeira e a Macús no Negro, seguidos de portarias determinando perseguição e captura. A execução, porém, esbarrava em distâncias longas, gente pouca e rotas sinuosas. No sertão dos grandes rios, a “lei” precisava de remar: quando chegava, o episódio já havia migrado para outro barranco. Entre o despacho e o alcance, acumulava-se um intervalo que favorecia a autonomia indígena.

Os roteiros de viagem desse ano mostram outra face do encontro. Expedicionários recorrem a guias nativos para cruzar furos, negociam pouso e víveres em malocas, aprendem atalhos de igapó que encurtam dias de jornada. Essa convivência cotidiana repõe um intercâmbio que não cabe na linguagem dos conflitos: línguas gerais circulam nas margens, técnicas de construção de canoas passam de mão em mão, receitas de remédios de mato entram na prática dos viajantes. O caminho se abre menos por força que por acordo.

Na agenda do governo, colonização e defesa caminham juntas. Reaparece a ideia de colônias militares em nós estratégicos — sobretudo no alto Rio Branco, próximo a São Joaquim — para vigiar a linha internacional e, ao mesmo tempo, fixar trabalhadores em torno de roças e oficinas. O plano prevê casario simples, pequenas plantações, um destacamento e alguma catequese; pede-se engenheiro, ferramentas, alguma verba. Falta, porém, o essencial: gente que chegue, permaneça e sustente o arranjo ao longo das estações.

A Lista das Nações também explicita critérios de classificação — “mansos”, “aldeados”, “bravos” — que atravessam ofícios e balanços. Tais rótulos traduzem prioridades de governo (onde investir, onde patrulhar), mas nem sempre decifram a dinâmica real das aldeias, sujeitas a migrações sazonais, alianças fluidas e circuitos de troca que fogem às fronteiras em papel. A fronteira internacional, de resto, é porosa: parentesco, comércio e travessia fazem do limite uma faixa de circulação, não uma parede.

Em conclusão, 1853 é um ano de balizamento: o Estado lista, propõe colônias, aciona missões, despacha portarias. Do outro lado, os povos do rio negociam passagem, resistem quando pressionados, oferecem guia e comida quando convém. Entre uma escrita que pretende ordenar e uma prática que reconfigura trilhas a cada cheia, a colonização aparece menos como tomada súbita de posse e mais como costura lenta de convivências — feita de nomes nos livros, passos na várzea e remos que continuam determinando o alcance do governo.

3.9. Desafios e perspectivas

Os relatórios de 1853 deixam entrever uma Província que já possuía formas administrativas básicas, mas que continuava prisioneira de dificuldades estruturais. O discurso de Ferreira Penna ao abrir a Assembleia ressaltava ordem, fidelidade à monarquia e confiança no futuro. Contudo, ao ler os documentos em conjunto, percebe-se que o grande desafio era justamente transformar promessa em rotina: dar corpo a instituições que ainda se apresentavam como rascunho.

O primeiro obstáculo permanecia sendo o isolamento. Comunicações lentas, ausência de estradas e navegação a vapor ainda incipiente mantinham Manaus e as vilas distantes da Corte e até mesmo de Belém. A distância não era apenas física, mas política: ordens demoravam a chegar e, quando chegavam, já competiam com soluções locais improvisadas. O risco era a administração provincial tornar-se uma sequência de relatórios que afirmavam autoridade, sem conseguir exercê-la em todo o território.

O segundo desafio era a fragilidade econômica. A receita não ultrapassava alguns contos de réis, dependia quase exclusivamente da coletoria da capital e mal cobria despesas ordinárias. Sem uma base agrícola diversificada, a Província sustentava-se no extrativismo, no escambo e no comércio de regatão. Essa base instável dificultava qualquer projeto de investimento em obras, educação ou saúde. A perspectiva de crescimento residia na exploração de produtos da floresta e na expectativa de que a navegação a vapor abrisse mercados, mas tratava-se de esperança mais do que realidade.

Outro ponto sensível era a administração da justiça e da segurança. Comarca única, poucos termos, guardas dispersos e fortificações arruinadas revelavam um Estado que se fazia presente mais pelo símbolo do que pela prática. Os relatórios de júri quase sem julgamentos e os registros de conflitos indígenas mostram que a ordem se sustentava, antes, pela dispersão populacional do que pela força das instituições. A perspectiva era de fortalecer guarnições, criar colônias militares e tentar estabilizar uma malha mínima de delegados e juízes de paz.

As relações indígenas representavam talvez o maior dilema. A Lista das Nações de 1853 mostrava a magnitude da presença nativa, mas o governo oscilava entre classificar povos como “mansos” ou “hostis” e planejar colônias militares para contê-los. Missões escassas e mal providas pouco alteravam o quadro. O desafio era integrar populações majoritárias sem recursos para fazê-lo, enquanto a perspectiva era continuar a enumerá-las e tentar discipliná-las por meio de aldeamentos, catequese e presença militar.

Por fim, havia o desafio simbólico: construir legitimidade. Sem prédios sólidos, sem hospitais, com escolas rarefeitas e poucas instituições culturais, o poder provincial corria o risco de parecer abstrato para boa parte da população. O próprio Herculano Ferreira Penna parecia consciente disso ao insistir em pedidos de engenheiros, mestres de ofício e recursos para obras. O futuro dependia de transformar a “província de papel” em presença palpável no cotidiano de vilas e freguesias.

Assim, os desafios de 1853 eram múltiplos — isolamento, economia limitada, justiça rarefeita, conflitos indígenas, ausência de infraestrutura. As perspectivas, ainda que incertas, repousavam em três eixos: a promessa da navegação a vapor, a exploração da natureza abundante e a lenta formação de colônias e instituições locais. Entre o que se escrevia nos relatórios e o que se vivia nos rios, a Província seguia navegando entre limites imediatos e expectativas de grandeza futura.

3.10. Indicadores do ano (1853)

A documentação oficial de 1853 fornece um conjunto de números que ajudam a dimensionar a realidade da Província do Amazonas no terceiro ano de sua existência. Embora fragmentários, esses dados permitem compreender os limites de sua economia, administração e vida social.

População

- O recenseamento provincial registrava pouco menos de 30 mil habitantes.
- A maioria era de homens e mulheres livres, com menos de 800 escravizados em todo o território.
- A Lista das Nações de 1853 catalogava dezenas de povos indígenas, classificados entre “aldeados”, “mansos” e “hostis”, revelando que grande parte da população permanecia fora dos quadros oficiais.

Administração e Justiça

- Estrutura: 1 comarca, 2 termos judiciais, 4 municípios e cerca de 20 freguesias.
- Muitas freguesias careciam de juízes e párocos estáveis.

- As sessões de júri foram raras e com baixo índice de julgamentos efetivos.

Receitas e despesas

- A arrecadação provincial foi de aproximadamente 3:600\$000 réis, proveniente sobretudo da coletoria de Manaus.
- As despesas consumiram praticamente a totalidade da receita, restando pouco para investimentos em obras públicas.
- Coletorias do interior apresentaram arrecadações mínimas, inferiores a 200\$000 réis em alguns casos.

Forças de segurança

- A Guarda Policial contava com pouco mais de mil praças, distribuídos em dois batalhões.
- Pequenos destacamentos militares funcionavam em vilas e fortes coloniais, mas em condições precárias.
- Os fortes de Tabatinga, São Gabriel, Marabitanas e São Joaquim encontravam-se em ruínas.

Educação

- Existiam cerca de 8 escolas de instrução primária, com pouco mais de 100 alunos matriculados (todos meninos).
- O Seminário de Manaus, fundado em 1848, mantinha 17 estudantes, sendo 13 internos.
- A cadeira de Língua Francesa, criada por lei, permanecia vaga.

Saúde

- Não havia hospitais civis. O antigo Hospital Militar funcionava como depósito.
- Assistência médica dependia de poucos cirurgiões práticos e boticários.
- Dados de vacinação contra a varíola foram registrados, mas sem alcance significativo.

Infraestrutura

- Manaus possuía apenas alguns prédios oficiais adaptados (tesouraria, correio, quartel).
- No interior, destacamentos de madeira serviam como postos militares.
- Não havia estradas regulares; a comunicação era inteiramente fluvial.

Comunicações e transporte

- Transporte realizado em canoas e batelões; viagens longas dependiam de víveres obtidos em roças e aldeias.

- O Roteiro de Viagem de 1853 registra paradas obrigatórias e dependência de guias indígenas para atravessar igapós e atalhos.
- A navegação a vapor permanecia esporádica, sem linhas regulares.

Colonização indígena

- Projetos de colônias militares foram propostos, especialmente no alto Rio Branco, para consolidar fronteiras e fixar populações.
- As missões existentes funcionavam de forma irregular e com recursos escassos.

Capítulo 4

1854: A Província em busca de estrutura

Limites institucionais e expectativas de progresso.

O ano de 1854 representou um momento de continuidade e de ajustes para a Província do Amazonas, já instalada como unidade administrativa e política do Império. Sob a presidência de Herculano Ferreira Penna, a jovem Província buscava consolidar as bases institucionais inauguradas nos anos anteriores, enfrentando os mesmos dilemas estruturais que haviam marcado sua criação: isolamento geográfico, fragilidade fiscal, carência de quadros administrativos e tensões constantes com as populações indígenas.

Os relatórios e documentos oficiais de 1854 revelam tanto o esforço de organizar um governo mínimo quanto as limitações impostas pela realidade local. A ausência de infraestrutura sólida, a precariedade dos serviços públicos e a dependência quase absoluta das transferências do governo central mostravam que o Amazonas ainda estava distante de transformar seu potencial em efetiva prosperidade.

Apesar disso, o ano trouxe avanços pontuais. Houve crescimento no número de matrículas escolares, diversificação do ensino com novas cadeiras, ampliação da vacinação contra a varíola e registros mais sistemáticos sobre o estado sanitário. A viagem do vapor *Monarca*, por sua vez, reforçou a percepção de que a navegação a vapor seria a chave para integrar a província ao restante do Império, ainda que os serviços regulares permanecessem uma promessa.

Assim, 1854 deve ser entendido como um ano de consolidação lenta e cautelosa, em que a província começava a sedimentar instituições, ainda frágeis, mas necessárias para sua sobrevivência. A esperança de progresso convivia lado a lado com a dura realidade de uma região distante, carente e vulnerável, que precisava transformar improvisos em estruturas permanentes. Este capítulo examina, item por item, como esses desafios e avanços se manifestaram no cotidiano do Amazonas, compondo um retrato vívido de uma província em processo de formação.

4.1. Contexto geral e segurança pública

Em 1854, a província parecia respirar sem sobressaltos. Herculano Ferreira Penna abriu a sessão de 1º de agosto registrando que a tranquilidade geral não sofrera qualquer abalo desde o período anterior — situação que ele atribuía, antes de tudo, ao “gênio” dos habitantes e ao funcionamento regular das instituições locais. As eleições ocorreram no dia aprazado, sem “um só excesso” e sem queixas sobre a liberdade do voto, sinal de uma rotina política que, ao menos naquele ano, não precisou de correções de força. Houve, é verdade, um susto: na manhã de 8 de abril, boatos sobre “indivíduos desconhecidos” nas matas vizinhas suscitaram alarme na capital. O vice-presidente convocou a Guarda Nacional para apoiar a tropa de linha, mas as diligências nada apuraram e o episódio não passou de sobres-

salto — tanto que o próprio Ferreira Penna só o menciona para evitar interpretações equivocadas do silêncio oficial.

Nas fronteiras, o quadro foi igualmente calmo, “sem sucessos” que perturbassem as relações do Império com os países limítrofes. O relatório do presidente também observa que, embora faltasse um mapa estatístico completo de crimes — algo difícil “em nossas atuais circunstâncias” —, a experiência cotidiana indicava baixa incidência dos delitos que desafiavam diretamente a ordem pública (resistência, insurreição, roubo e moeda falsa). Quando havia violência, surgia mais como explosão episódica que como ação premeditada, muitas vezes ligada à embriaguez e envolvendo “pessoas de baixa condição”.

No balanço do governo, portanto, 1854 combinou rotina administrativa com vigilância pronta: instituições em funcionamento regular, eleições sem contencioso e uma polícia capaz de responder ao rumor e ao imprevisto sem transformar o susto em crise. Era a continuidade como método — uma estabilidade frágil, sustentada por atenção constante ao território e pela expectativa de que a ordem, sendo um bem raro, exigia zelo diário.

4.2. Administração pública e finanças

O balanço administrativo de 1854 revelava um quadro de continuidade e escassez. A Presidência reconhecia que os avanços obtidos na organização provincial eram parciais, ainda limitados por carência de funcionários e pela precariedade dos meios. Muitos cargos permaneciam vagos — sobretudo nos termos mais distantes — e a máquina administrativa seguia dependente de poucos quadros estáveis, concentrados na capital. O exercício da autoridade nas freguesias e vilas menores oscilava entre o zelo de alguns delegados e a ausência de outros, o que tornava desigual a aplicação das leis e a coleta das informações necessárias ao governo.

Do ponto de vista financeiro, a província começava a ensaiar uma melhora, embora ainda distante da autossuficiência. As coletorias do interior apresentavam receitas modestas, muitas vezes insuficientes para cobrir as despesas locais. Em contrapartida, a capital mostrava maior vitalidade: sua arrecadação crescia gradualmente, sinalizando a ampliação do movimento comercial e o fortalecimento da função de Manaus como ponto de convergência das atividades tributárias. Mesmo assim, a soma total das rendas permanecia baixa, obrigando o governo a recorrer às transferências do centro imperial para garantir o funcionamento básico da administração.

Herculano Ferreira Penna insistia que a disciplina fiscal deveria ser acompanhada por maior rigor nos registros. A ausência de mapas estatísticos completos dificultava avaliar com precisão o movimento da receita e da despesa. O presidente demandava maior zelo das repartições locais e alertava para o perigo da dispersão de informações, pois sem dados claros não era possível traçar políticas de arrecadação eficientes. Assim, a contabilidade pública aparecia não apenas como exercício de cálculo, mas como requisito de governabilidade: sem finanças sólidas, não havia Estado que se sustentasse no coração da floresta.

Nesse cenário, a administração pública e as finanças de 1854 refletiam as contradições da província nascente. Havia sinais de crescimento e de certa regularidade administrativa, mas também permanência de fragilidades estruturais: poucos quadros, baixa receita, dependência de repasses e vulnerabilidade diante da vastidão territorial. O governo buscava impor ordem contábil e administrativa, mas a realidade ainda era a de um Estado que aprendia a existir, sustentado mais pela esperança de progresso do que pelos recursos efetivos de que dispunha.

4.3. Infraestrutura e obras públicas

O panorama de 1854 revela que a Província do Amazonas ainda se debatia com a ausência de uma infraestrutura digna de seu vasto território. A mensagem de Herculano Ferreira Penna reconhecia que quase tudo estava por fazer. Os fortes — de São Joaquim, São Gabriel, Marabitanas e Tabatinga —, referências militares herdadas do período colonial, careciam de reparos urgentes, sem os quais se tornavam mais símbolos do passado do que garantias reais de segurança. Para obras como essas, o presidente solicitava verbas que, na prática, demoravam a chegar ou se mostravam insuficientes.

Na capital, a paisagem urbana era marcada pelo imprevisto. O antigo Hospital Militar continuava adaptado a usos alheios à saúde; quartéis e prédios administrativos mostravam sinais de desgaste, exigindo reformas; e a própria sede do governo carecia de condições adequadas para receber a administração em expansão. A carência de engenheiros e de mestres de ofício era uma barreira constante: sem mão de obra qualificada, mesmo as construções mais simples se arrastavam por meses ou permaneciam inacabadas.

No interior, a situação era ainda mais crítica. Vilas e freguesias sobreviviam com igrejas malconservadas e casas de delegados ou coletorias funcionando em prédios improvisados. A ausência de estradas ou pontes fazia com que o transporte terrestre fosse praticamente nulo, e a ligação entre localidades se resumia às rotas fluviais, sem portos adequados ou armazéns permanentes. Os relatos de viagem

enviados ao governo destacavam não apenas a vastidão e a riqueza natural, mas também a pobreza das construções, que mal correspondiam ao estatuto de província recém-criada.

O governo esforçava-se para dar uma resposta simbólica, ainda que limitada, a esse quadro. Foram autorizadas pequenas reparações em prédios públicos e iniciadas providências para casas de destacamento em pontos estratégicos. Mas tais medidas não escondiam o contraste entre a abundância material — pedra, madeira e argila em profusão — e a dificuldade em transformá-la em obras concretas. Em muitos aspectos, 1854 reiterava o que já se constataria nos primeiros anos: a província nascera rica em recursos, mas pobre em meios para organizá-los.

Assim, a infraestrutura em 1854 era menos um retrato de progresso do que uma síntese das carências estruturais do Amazonas. Ruínas coloniais, prédios adaptados, quartéis insuficientes e a ausência de vias permanentes revelavam que a província ainda estava longe de transformar sua natureza exuberante em base material de desenvolvimento. O território se projetava no imaginário imperial como espaço de futuro, mas sua materialidade cotidiana permanecia frágil, sustentada por improvisos e pela expectativa de que, algum dia, as promessas se converteriam em pedra, cal e madeira.

4.4. Educação e cultura

Em 1854, a instrução pública começou a sair do papel e ganhar salas — ainda poucas, mas visíveis. A província contabilizava 15 cadeiras de primeiras letras, duas na Capital (uma feminina) e as demais espalhadas pelas freguesias; o contingente discente atingiu 320 alunos, crescimento de 81 matrículas em relação a 1853. A Lei n.º 15, de 18 de novembro de 1853, criara novas cadeiras, embora algumas continuassem vagas — caso de Moura e Serpa. A distribuição de alunos ajudava a enxergar os pontos de maior vitalidade: Capital (14 alunas na feminina; 53 na masculina), Vila Bela (31), Maués (35), Canumã (27), Borba (17), Alvelos (62), Éga (24), Barcelos (15), Thomar (13) e São Gabriel (29).

No ensino complementar, o governo tentava abrir horizontes para além das primeiras letras. O Capitão Gurjão assumia a aula de Aritmética, Álgebra e Geometria (8 alunos), enquanto Vital Gueidan, como interino, lecionava Francês (10), Geografia (12) e História — oferta enxuta, mas que indicava intenção de formar um núcleo de saber útil à administração e ao comércio. A Escola de Música, dirigida por Gaspar J. de Mattos F. de Lucena, tinha 6 alunos e já pleiteava aumento de vencimentos, sinal de que a vida cultural, ainda discreta, buscava institucionalizar-se.

No Seminário Episcopal, permanecia a intermitência de recursos: 9 alunos, dos quais 6 internos, e uma dívida de 3:500\$000 relativa à casa onde funcionava o estabelecimento. O dado é eloquente: a formação secundária existia, mas com fôlego curto, dependente de verbas irregulares e de professores acumulando cadeiras. A cena cultural, por sua vez, aproximava-se mais de um ateliê em montagem do que de uma instituição consolidada — uma província que ensaiava disciplinas, mais do que as exibia.

Se a comparação com os anos iniciais revela avanço, o retrato de 1854 permanece modesto: cadeiras ainda por prover, distribuição desigual de matrículas e escolas particulares funcionando como tampão em localidades específicas. Mesmo assim, a curva do investimento público aparece nítida — multiplicação de cadeiras, diversificação de conteúdos, primeiros passos de uma cultura musical regulada — e aponta para um processo, não para um resultado. Educação e cultura, naquele ano, foram sobretudo trabalho de base: ferramental para que a província deixasse de ser apenas um vasto território e se tornasse, pouco a pouco, uma comunidade de leitores, de ofícios e de vozes.

4.5. Saúde e assistência

O estado sanitário da Província em 1854 oscilava entre a esperança de normalidade e a sombra das endemias recorrentes. Herculano Ferreira Penna assinalava que o ano de 1853 transcorrera sem epidemias, havendo apenas a varíola em Barcelos e Moura, debelada por meio de vacinação local. Contudo, a malária — chamada de “febres intermitentes” — permanecia como a doença mais comum e persistente, acompanhada de afecções gastrointestinais e de males endêmicos que castigavam os moradores ribeirinhos.

A estrutura de assistência, porém, era mínima. O antigo Hospital Militar, mais adaptado do que estruturado, continuava servindo precariamente a militares e civis em situações emergenciais. Não havia, na capital ou no interior, instituições de caridade equivalentes às Santas Casas de outras províncias. O atendimento dependia de alguns facultativos contratados pelo governo e de cirurgiões práticos espalhados nas vilas mais populosas. Nas localidades menores, a cura recorria ao uso de plantas medicinais e saberes indígenas, que supriam a ausência de serviços formais de saúde.

Os relatórios de 1854 mostram ainda a preocupação do governo em fortalecer a vacinação contra a varíola. Embora eficaz quando aplicada, a vacinação era irregular, já que faltavam tanto braços preparados para realizá-la quanto meios para conservar e transportar o material vacínico em viagens

longas pelo interior. Essa dificuldade fazia com que surtos localizados surgissem sempre que o ciclo de imunização era interrompido.

Do ponto de vista da assistência social, o silêncio é eloquente: não havia políticas públicas estruturadas para atender aos mais pobres. O socorro vinha da caridade privada ou do esforço de missionários, que cuidavam de comunidades afastadas, combinando catequese com práticas rudimentares de cura. As famílias ribeirinhas seguiam como sua própria rede de apoio — partilhando remédios caseiros, alimentos e cuidados básicos nos períodos de enfermidade.

Assim, o quadro sanitário de 1854 refletia uma contradição: de um lado, o alívio de não enfrentar grandes epidemias; de outro, a certeza de viver num ambiente de doenças endêmicas, vulnerabilidade permanente e assistência improvisada. A saúde pública ainda não se consolidara como política de Estado no Amazonas. Em vez disso, ela existia como um mosaico frágil de recursos escassos, práticas tradicionais e pequenos esforços oficiais, insuficientes para o tamanho do desafio.

4.6. Segurança e justiça

Em 1854, a administração de Herculano Ferreira Penna encontrou-se diante de um dilema recorrente: como manter a ordem e aplicar a justiça em uma província marcada por vastidão territorial, população rarefeita e presença estatal mínima. Os relatórios da Presidência reconheciam que, embora a tranquilidade fosse a tônica geral, a máquina de justiça permanecia frágil, sustentada por poucos magistrados, comarcas incompletas e processos que demoravam meses para circular entre vilas e a capital.

A Guarda Policial, herdeira da dissolução da Guarda Nacional após a Cabanagem, mantinha efetivos razoáveis em números, mas dispersos e mal equipados. Seus batalhões careciam de disciplina uniforme e frequentemente se viam em tensão com autoridades civis locais. A função policial oscilava entre a repressão a pequenos delitos urbanos — como rixas e desordens em Manaus — e a perseguição a bandos que agiam nas matas e rios, em especial grupos de indígenas não aldeados, como os Mura, acusados de ataques a viajantes e povoados ribeirinhos. A ausência de guarnições estáveis no interior transformava a vigilância em tarefa quase simbólica.

No plano judicial, os entraves eram ainda mais evidentes. Muitas freguesias permaneciam sem juízes de paz ou delegados nomeados, deixando as populações locais à mercê de arbitragens ou de autoridades improvisadas. Os jús funcionavam de forma irregular: em algumas vilas, sequer se reuniam por falta de réus ou de estrutura mínima; em outras, limitavam-se a julgar casos menores, enquanto

crimes mais graves aguardavam solução em longas apelações para Belém ou para a Corte. A lentidão comprometia a legitimidade do sistema e alimentava a percepção de que a justiça era distante, quase inacessível.

Apesar da precariedade, havia a preocupação de consolidar um sistema mínimo de defesa e justiça adaptado às condições locais. O desligamento das tropas do Comando das Armas do Pará e sua sujeição direta ao governo provincial, medida iniciada em 1852 e reafirmada nos anos seguintes, foi passo importante nesse sentido. Ainda assim, a efetividade continuava restrita: faltavam recursos, faltava pessoal e, sobretudo, faltava a presença material do Estado nas fronteiras e sertões.

Em síntese, segurança e justiça em 1854 revelavam-se como estruturas frágeis e intermitentes, que existiam mais no papel do que no cotidiano da população. O Amazonas dependia, nesse campo, de um equilíbrio delicado: a fama de “índole pacífica” dos habitantes ajudava a manter a ordem, mas a ausência de uma malha policial e judicial sólida deixava evidente que qualquer abalo poderia expor a vulnerabilidade de toda a província.

4.7. Comunicações e transporte

O quadro das comunicações e transportes em 1854 reforçava a percepção de que o Amazonas permanecia uma província isolada, tanto em relação ao Império quanto em seu próprio interior. As estradas terrestres continuavam praticamente inexistentes, reduzidas a algumas picadas entre povoados vizinhos. A circulação de pessoas e mercadorias dependia quase exclusivamente da rede fluvial, mas também aí os limites eram severos: a maioria das viagens fazia-se em canoas ou batelões, movidos a remo ou vela, lentos e vulneráveis às cheias e vazantes dos rios.

A navegação a vapor, autorizada por lei em 1850 e testada em 1851 com o vapor *Guapiassú*, mantinha-se como promessa, não como rotina. Em 1854, não havia ainda uma linha regular que garantisse fluxo contínuo entre Belém e Manaus. As viagens dependiam de iniciativas ocasionais, seja da Marinha Imperial, seja de empreendimentos particulares. Os registros de deslocamentos oficiais destacavam tanto o potencial do rio Amazonas como artéria de integração quanto as dificuldades de estabelecer um serviço estável em meio a distâncias continentais e obstáculos naturais, como encalhes e corredeiras.

No interior, as condições eram ainda mais rudimentares. Vilas inteiras não dispunham de portos adequados; os embarcadouros eram improvisados, muitas vezes simples barrancos, sem cais permanen-

tes ou armazéns para estocar mercadorias. Isso fazia com que o transporte de produtos extrativos — como pirarucu seco, manteiga de tartaruga ou cacau silvestre — se perdesse parcialmente no trajeto, reduzindo ainda mais os já modestos ganhos da economia regional.

Do ponto de vista das comunicações administrativas, a lentidão era um entrave evidente. Ordens enviadas da Corte demoravam meses a chegar, e mesmo a correspondência entre Manaus e as vilas interiores sofria atrasos prolongados. O correio funcionava de modo irregular, restrito a capital e a alguns pontos maiores, enquanto a maioria da população permanecia à margem do serviço. Essa precariedade tornava o governo provincial dependente da fidelidade oral de delegados e missionários para transmitir informações e decisões oficiais.

Assim, em 1854, as comunicações e os transportes no Amazonas ainda eram promessa mais do que realidade. O grande rio continuava a ser a única via segura, mas também um obstáculo, pois sua vastidão isolava tanto quanto conectava. O desafio não era apenas mover pessoas e cargas: era construir os instrumentos de presença efetiva do Estado. Até então, a província vivia em um tempo retardado, no qual as ordens imperiais viajavam lentamente, e a integração dependia mais da resistência dos habitantes e de seus barcos improvisados do que de uma estrutura organizada de comunicações.

4.8. Relações indígenas e colonização

Em 1854, as relações entre o governo provincial e os povos indígenas permaneciam no centro das preocupações administrativas. A documentação oficial registrava que grande parte do território era habitado por comunidades não aldeadas, e que a política de catequese e integração pouco avançara desde os primeiros anos de instalação da Província. Missões antigas, como as do Japurá, do Içá e do Rio Negro, seguiam frágeis, muitas vezes sem missionários estáveis ou recursos regulares. A carência de padres, professores e diretores civis comprometia a efetividade do Regulamento de 1845, que pretendia reorganizar os aldeamentos e submeter as populações indígenas a uma rede de controle estatal.

Os relatórios de 1854 apontavam também para a persistência de conflitos. Grupos como os Mura eram frequentemente citados em queixas de moradores e autoridades locais por ataques a embarcações, povoados e viajantes, sobretudo nas regiões do Madeira e do Solimões. O governo reagia com portarias que autorizavam perseguições e capturas, mas os resultados eram limitados, dada a extensão do território e a ausência de guarnições permanentes em áreas de fronteira. Essa tensão revelava o contraste entre o discurso oficial de pacificação e a realidade de confrontos cotidianos.

Ao mesmo tempo, o governo provincial buscava articular a colonização como estratégia de defesa e integração. Projetos de colônias militares em áreas estratégicas, como o Alto Rio Branco, eram constantemente lembrados como forma de fixar população leal ao Império e, ao mesmo tempo, “civilizar” indígenas por meio do trabalho agrícola e militar. O roteiro da viagem do vapor Monarca, que percorreu diversas localidades da Província, destacava a presença de comunidades indígenas dispersas ao longo dos rios e a necessidade de ampliar a ação missionária e administrativa para consolidar a autoridade imperial.

Apesar dessas tentativas, a prática revelava mais improviso do que planejamento. As missões funcionavam com poucos recursos; as colônias militares existiam mais como projeto do que como realidade; e a integração dos povos nativos seguia sendo um ideal distante. Em muitos casos, a dependência dos saberes indígenas — como no uso de plantas medicinais, no conhecimento de rotas e na construção de embarcações — demonstrava que a convivência era marcada pela ambivalência: de um lado, o esforço de disciplinar; de outro, a necessidade de recorrer às habilidades desses mesmos grupos para a sobrevivência da sociedade colonial.

Assim, em 1854, a política indigenista do Amazonas mantinha-se num estado de impasse estrutural. O discurso oficial prometia catequese e civilização; a prática revelava conflitos, resistências e dependências. A colonização projetada pelo Estado era tanto uma ferramenta de defesa quanto uma tentativa de controle social, mas a realidade mostrava uma província que ainda não conseguia incorporar plenamente seus próprios habitantes originários. O resultado era um quadro ambíguo: uma fronteira viva, povoada por tensões, onde o encontro entre indígenas e colonizadores produzia simultaneamente violência, negociação e convivência forçada.

4.9. Desafios e perspectivas

Ao final de 1854, o balanço da Província do Amazonas deixava evidente que os avanços ainda eram tímidos diante das necessidades. A mensagem presidencial reconhecia que a província seguia enfrentando limites estruturais em todos os setores: a administração pública funcionava com poucos quadros; a arrecadação fiscal mal sustentava as despesas correntes; as obras públicas resumiam-se a reparos esparsos em quartéis e edifícios; e a justiça seguia lenta, dependente de funcionários improvisados e de comunicações incertas.

O isolamento geográfico continuava a ser o maior desafio. O percurso das ordens imperiais desde a Corte até Manaus demorava meses; a ligação com Belém era irregular; e, no interior, vilas e freguesias

permaneciam apartadas umas das outras por rios imensos e caminhos intransitáveis. A ausência de comunicações rápidas não apenas prejudicava a administração, mas também alimentava a sensação de abandono entre os habitantes.

Do ponto de vista econômico, a província permanecia refém do extrativismo. Produtos como a borra-cha, ainda incipiente, o pirarucu, o cacau silvestre e a manteiga de tartaruga continuavam a sustentar a arrecadação. Mas a natureza sazonal e predatória dessas atividades comprometia a estabilidade da economia. A fragilidade fiscal refletia-se na dependência quase absoluta do governo central, situação que limitava a autonomia da nova unidade.

As relações indígenas configuravam outro campo de impasse. Enquanto a administração imperial falava em catequese e integração, a prática revelava missões mal providas, aldeamentos frágeis e conflitos persistentes com grupos nativos. A criação de colônias militares, insistentemente defendida, ainda não se transformara em realidade efetiva, permanecendo como promessa de ocupação e defesa em áreas de fronteira.

Apesar desse quadro de carências, havia também sinais de perspectiva. O aumento das matrículas escolares, a diversificação inicial das cadeiras de ensino, as primeiras tentativas de organizar serviços de saúde e a ideia de consolidar uma navegação a vapor regular eram passos que indicavam um caminho possível de progresso. A abundância de recursos naturais e a posição estratégica da província — fronteira com cinco países e atravessada pelo maior rio do mundo — alimentavam o discurso de que o Amazonas poderia, no futuro, transformar fragilidade em força.

Assim, os desafios e perspectivas de 1854 resumiam o paradoxo do Amazonas: uma província que nascia com promessas grandiosas, mas que vivia ainda mergulhada em improvisos, dependência e isolamento. A trajetória que se abria era a de conciliar discurso e prática, construindo, pouco a pouco, instituições capazes de sustentar a integração desse território extremo ao corpo do Império.

4.10. Indicadores do ano (1854)

O retrato estatístico de 1854 ajuda a compreender com mais clareza os limites e avanços da jovem Província do Amazonas. Os documentos oficiais permitem reunir alguns dados que servem de síntese daquele ano:

População e demografia

Não houve recenseamento específico em 1854, mas os relatórios reiteravam que a população girava em torno de 30 mil habitantes, dispersos em uma vasta rede de vilas, freguesias e povoados ribeirinhos. A presença de escravizados permanecia ínfima — menos de 1.000 —, mantendo a região como uma das menos dependentes do trabalho cativo em todo o Império. A base demográfica continuava a ser formada por indígenas, caboclos e ribeirinhos, com raros núcleos urbanos mais consolidados.

Educação

O setor apresentou crescimento em relação a 1853: havia 15 cadeiras de instrução primária, duas delas em Manaus (uma feminina e outra masculina). O número total de matriculados alcançou 320 alunos, contra 239 do ano anterior. No ensino complementar, funcionavam cadeiras de Aritmética, Álgebra, Geometria, Francês, Geografia e História, além de uma Escola de Música e do Seminário Episcopal, que atendia 9 alunos (6 internos).

Saúde

Os relatórios assinalavam que 1853-1854 transcorreram sem grandes epidemias, exceto surtos localizados de varíola em Moura e Barcelos, controlados pela vacinação. As febres intermitentes (malária) e afecções digestivas permaneciam como endemias constantes. O atendimento era precário, limitado ao antigo Hospital Militar e a alguns facultativos contratados, além do recurso frequente a saberes tradicionais e remédios caseiros.

Administração e justiça

O quadro institucional seguia incompleto: muitas freguesias careciam de juízes e delegados, e os júris funcionavam de modo irregular. A Guarda Policial mantinha pouco mais de 1.300 praças, distribuídas em dois batalhões, mas sua ação era fragmentada e mal equipada.

Infraestrutura

As obras públicas restringiam-se a reparos em quartéis, fortes e prédios administrativos. As fortificações estratégicas (São Joaquim, São Gabriel, Marabitanas e Tabatinga) necessitavam de manutenção. Vilas e freguesias careciam de portos, cais e armazéns permanentes.

Comunicações e transportes

A ligação com Belém continuava a ser lenta e irregular. A viagem do vapor Monarca, registrada em roteiro oficial, ilustrou tanto o potencial do transporte a vapor quanto as dificuldades de consolidar

rotas regulares. Nas demais localidades, a circulação fazia-se em canoas e batelões, sem apoio de infraestrutura estável.

Em 1854, os indicadores confirmavam um padrão já delineado desde 1851: população rarefeita, baixa densidade urbana, crescimento lento da educação, saúde improvisada e forte dependência de comunicações fluviais. As estatísticas eram modestas, mas mostravam que a província dava os primeiros passos na consolidação de sua identidade administrativa, mesmo em meio a enormes desafios de isolamento, precariedade fiscal e fragilidade institucional.

Capítulo 5

1855: Consolidação frágil

Ordem aparente e desafios de uma
província em formação.

O ano de 1855 representou para a Província do Amazonas um momento de transição entre o entusiasmo dos primeiros anos de instalação e a dura realidade de sustentar uma máquina administrativa em território vasto e disperso. A fala do presidente provincial, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, revela uma administração que buscava demonstrar ordem, disciplina e fidelidade ao Império, mas que, ao mesmo tempo, expunha a fragilidade de suas estruturas básicas: justiça rarefeita, finanças apertadas, saúde quase inexistente e comunicações sempre à mercê dos rios.

O discurso oficial insistia na ideia de tranquilidade pública e no zelo com que o governo se esforçava em manter a província integrada ao projeto imperial. Contudo, os relatórios e quadros anexos mostram um quadro permeado de improvisos: receitas limitadas e quase totalmente absorvidas pelas despesas ordinárias, escolas escassas e de funcionamento irregular, obras públicas paralisadas ou executadas em ritmo lento, além de uma política indigenista ainda marcada por improvisos e conflitos.

Em paralelo, destacavam-se sinais de progresso, ainda tímidos, como a ampliação das escolas primárias, os esforços para organizar a arrecadação fiscal, a tentativa de consolidar a navegação a vapor e a manutenção de guarnições militares em pontos estratégicos. Tratava-se de passos pequenos diante da imensidão dos desafios, mas que conferiam à jovem província uma imagem de perseverança.

A análise do ano de 1855, portanto, permite compreender a dinâmica da consolidação inicial do Amazonas: uma província que ainda carecia de meios materiais para afirmar-se plenamente, mas que, com seus relatórios, balanços e falas, buscava fixar-se como parte legítima do Império. Entre carências concretas e promessas de futuro, o Amazonas seguia seu lento caminho de construção política, social e econômica.

5.1. Contexto geral e segurança pública

O ano de 1855 iniciou-se sob a continuidade do processo de consolidação institucional da Província do Amazonas, que ainda buscava afirmar sua presença efetiva sobre um território vasto e difícil de governar. A fala presidencial daquele exercício apresenta um quadro de relativa tranquilidade na capital e em algumas vilas, mas deixa transparecer fragilidades que seguiam sendo marcas estruturais da região. Em Manaus, a ordem pública manteve-se estável. As ruas da cidade, ainda pequenas e marcadas por casas de taipa e madeira, registraram poucas desordens dignas de nota, o que o governo atribuía tanto ao caráter pacífico de seus habitantes quanto ao baixo adensamento populacional. A escassa

densidade demográfica funcionava, mais uma vez, como fator natural de contenção de conflitos coletivos. Os delitos reportados eram, em sua maioria, de pequena monta — brigas pessoais, rixas locais e desentendimentos familiares —, resolvidos no âmbito da polícia ou dos juízes de paz.

Entretanto, os documentos oficiais não escondem episódios que revelavam tensões latentes. Persistiam ataques de grupos indígenas em áreas de fronteira interna, sobretudo nas bacias do Madeira e do Negro. Os Parintintins e outros povos classificados como “hostis” pela administração provincial apareceram nos registros como responsáveis por incursões a povoados e sítios, provocando mortes, saques e insegurança entre colonos e viajantes. As medidas tomadas incluíram reforço de destacamentos em pontos estratégicos e ordens de captura, ainda que a execução dessas providências esbarrasse sempre em distâncias enormes, rotas difíceis e efetivos reduzidos.

As guarnições fixadas em Tabatinga, Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira e no Forte de São Joaquim continuavam a desempenhar papel mais simbólico do que efetivo. Eram sinais de soberania nas fronteiras, mas careciam de condições materiais para reprimir levantes ou garantir ampla proteção. O mesmo valia para a Guarda Policial, organizada em batalhões que, embora razoáveis em número, estavam dispersos pelo território e muitas vezes mal equipados. O esforço de disciplina e de reorganização desses corpos, relatado pelo presidente provincial, mostra como o governo buscava compensar sua fraqueza estrutural por meio de regulamentos e apelos à ordem.

Outro elemento que merece destaque é o clima político. Não se registraram tentativas de sublevação como as de anos anteriores, o que o governo interpretava como sinal de amadurecimento da Província. Contudo, a obediência aparente não eliminava a possibilidade de conflitos: a experiência recente da Cabanagem ainda era lembrada, e o receio de novos motins pairava como fantasma sobre qualquer ato de indisciplina militar ou civil.

Assim, o contexto geral de 1855 pode ser definido por uma dupla imagem: de um lado, a ordem e a serenidade celebradas pelo discurso oficial; de outro, a permanente vulnerabilidade de uma Província cujo sistema de defesa se apoiava em poucos destacamentos e cuja segurança cotidiana dependia mais da dispersão populacional e do isolamento geográfico do que da robustez de suas instituições. Era uma tranquilidade frágil, mantida mais pelas condições naturais do território do que pela força organizada do Estado.

5.2. Administração pública e finanças

A administração provincial do Amazonas em 1855 continuava a se ressentir da falta de quadros estáveis e da dispersão geográfica que dificultava a ação do governo. A Província ainda estava dividida em uma única comarca, com termos judiciais e municípios que funcionavam de maneira precária: juízes interinos, delegados sem estrutura e freguesias sem párocos eram apontados como problemas recorrentes. A centralização em Manaus contrastava com a fragilidade do interior, onde a execução das leis dependia quase sempre da boa vontade ou da improvisação de lideranças locais.

A fala presidencial de 1855 reconhecia essa debilidade e insistia na necessidade de consolidar secretarias, oficializar cargos e dotar as repartições de funcionários permanentes. O esforço era o de transformar a administração — ainda muito dependente de provisórios — em uma máquina capaz de oferecer continuidade. Porém, faltavam recursos humanos qualificados e também incentivos para atrair profissionais ao interior, onde as distâncias e a precariedade desestimulavam a permanência.

Do ponto de vista financeiro, os números daquele ano revelam uma realidade contraditória. A arrecadação havia crescido em relação aos primeiros anos da Província, alcançando cifras mais expressivas graças à expansão do comércio fluvial e à cobrança de impostos sobre aguardente, gêneros extrativos e estabelecimentos. Contudo, esse aumento não representava uma base fiscal sólida. A receita continuava concentrada na Coletoria da Capital, enquanto as coletorias do interior arrecadavam valores irrisórios, frequentemente inferiores ao custo de sua manutenção.

As despesas, por sua vez, absorviam quase a totalidade da receita. Manutenção das forças de segurança, salários de funcionários e pequenas obras públicas consumiam os recursos, restando pouco para investimentos de maior alcance. Em vários momentos, a administração precisou contrair dívidas ou adiar pagamentos, revelando que o equilíbrio fiscal era frágil e dependia mais da contenção de gastos do que da expansão de receitas.

Havia, ainda, reclamações frequentes quanto à forma de tributação. Comerciantes e produtores ribeirinhos alegavam que os tributos sobre gêneros e transportes desestimulavam a produção e o comércio local, enquanto os altos custos de frete encareciam a circulação de mercadorias. Esse cenário refletia uma contradição: a necessidade de ampliar a arrecadação para sustentar a Província chocava-se com a incapacidade de sua economia em absorver novos encargos.

Apesar disso, o discurso oficial insistia no otimismo. O presidente apontava o crescimento da circulação de produtos como guaraná, cacau, tabaco, piaçaba e pescado como sinais de que a economia poderia se expandir e, com ela, a base fiscal. Projetava-se, ainda, que a navegação a vapor e o estímulo à colonização trariam novos fluxos de riqueza. Contudo, essas eram mais expectativas do que realidades consolidadas.

Em suma, a administração pública e as finanças do Amazonas em 1855 expressavam bem o dilema da Província: um governo empenhado em afirmar sua presença, mas limitado por um quadro humano escasso e por receitas que mal cobriam as despesas correntes. A sustentação da máquina provincial era precária, dependente da disciplina nos gastos e da esperança de que o comércio fluvial e a integração ao Império, por meio da navegação, pudessem criar as bases de uma economia mais robusta no futuro.

5.3. Infraestrutura e obras públicas

O panorama da infraestrutura do Amazonas em 1855 ainda refletia a condição de uma Província em formação. Manaus, então capital, possuía apenas alguns prédios oficiais adaptados — a tesouraria, a recebedoria, o quartel, o correio —, muitos deles em condições precárias. A falta de prédios públicos construídos com finalidade específica era frequentemente mencionada nos relatórios presidenciais, pois minava a imagem de autoridade do governo provincial. A Assembleia, instalada em edifícios improvisados, era testemunho dessa ausência de monumentalidade administrativa.

Entre as prioridades daquele ano, destacavam-se a reconstrução da Matriz da Capital, cuja obra já se arrastava havia algum tempo, e a construção do novo cemitério, considerado urgente tanto pela questão sanitária quanto pela simbólica. Outras demandas incluíam a reparação de pontes, a melhoria de estradas vicinais e a organização de espaços para destacamentos militares e cadeias. A execução, no entanto, esbarrava na escassez de recursos e de mão de obra especializada: faltavam pedreiros, carpinteiros e oleiros, o que encarecia ou atrasava cada projeto.

A fala de 1855 também chamava atenção para um problema estrutural: a necessidade de produzir materiais de construção dentro da própria Província. Tijolos, telhas e cal eram escassos e muitas vezes importados de Belém, o que elevava custos e retardava obras. Para enfrentar isso, sugeria-se a instalação de fornos e olarias locais, capazes de abastecer Manaus e algumas vilas maiores. Essa iniciativa, se bem-sucedida, poderia não apenas reduzir despesas, mas também estimular uma pequena indústria de base, integrada às necessidades imediatas da administração.

Em relação às estradas, estudos preliminares buscavam avaliar a viabilidade de caminhos terrestres que ligassem Manaus a áreas estratégicas, como o Rio Branco e a região do Urubu. O projeto era ousado, mas encontrava o obstáculo natural das cheias e da densidade da floresta. Na prática, os rios continuavam sendo as verdadeiras estradas da Província, e o governo reconhecia que qualquer empreendimento terrestre dependeria de vultosos recursos e de uma população mais numerosa, capaz de sustentar sua manutenção.

As fortificações de fronteira seguiam em estado de abandono. São Joaquim, Tabatinga, São Gabriel e Marabitanas eram mencionados em relatórios como construções arruinadas, cuja reparação demandava engenheiros e verbas que o governo provincial não possuía. Apesar disso, insistia-se em registrar a necessidade de sua conservação, pois, além de pontos militares, eram símbolos da presença do Estado brasileiro em áreas de fronteira internacional.

Em síntese, a infraestrutura e as obras públicas em 1855 revelavam mais projetos e intenções do que realizações concretas. A capital buscava consolidar seus edifícios básicos; o interior sobrevivia com destacamentos de madeira; e as fronteiras esperavam por fortificações restauradas. A precariedade de materiais e de trabalhadores qualificados limitava o alcance das iniciativas. Ainda assim, os relatórios e falas do período insistiam em reafirmar que, com o tempo, as obras sairiam do papel, transformando a Província em espaço mais sólido e integrado ao Império.

5.4. Educação e cultura

Em 1855, a educação na Província do Amazonas ainda se apresentava como um projeto mais proclamado nos relatórios do que vivido nas salas de aula. A instrução primária contava com número reduzido de escolas, espalhadas entre a capital e algumas freguesias, muitas delas funcionando de maneira irregular ou dependendo de professores interinos, mal remunerados e pouco preparados. A baixa atratividade da carreira docente fazia com que várias cadeiras permanecessem vagas, e mesmo onde havia matrícula de alunos, a frequência era instável, sujeita à sazonalidade das cheias e à necessidade das famílias de empregar as crianças em atividades de subsistência.

Na capital, o Seminário Episcopal seguia como principal núcleo de ensino secundário. Criado em 1848, mantinha um currículo de inspiração clássica, incluindo gramática latina, rudimentos de francês, música e canto. Apesar do esforço em formar clérigos e alguns letrados, a instituição funcionava com corpo discente pequeno, revelando mais a tentativa de dar forma a um sistema educacional do que a consolidação de uma rede efetiva. Projetos de novas cadeiras, como a de língua francesa e

preparatórios para academias, continuavam sendo aprovados em lei, mas sem execução prática pela falta de mestres.

Culturalmente, Manaus era ainda um núcleo modesto. A tipografia local imprimia leis provinciais, relatórios e algumas folhas noticiosas, mas a circulação era restrita, e os jornais apareciam de modo intermitente. A vida intelectual era sustentada sobretudo pela Igreja, que concentrava não apenas as funções de culto, mas também atividades de formação musical, leitura e catequese. As festas religiosas, procissões e ladainhas constituíam os principais eventos culturais, reunindo a população em torno de celebrações que misturavam devoção, sociabilidade e expressão artística.

No interior, a realidade era ainda mais limitada. O Roteiro de Viagem de 1855 descreve povoados em que a instrução se resumia a um mestre improvisado, que ensinava leitura e escrita de forma esparsa, geralmente em espaços improvisados como alpendres de casas ou sacristias. Em muitos casos, a ausência de professores formais era suprida por missionários ou mesmo por moradores que sabiam ler e se dispunham a ensinar o básico às crianças da localidade. Esse modelo informal revelava tanto a carência estrutural quanto a resiliência das comunidades em preservar, ainda que minimamente, a prática do ensino.

A presença indígena acrescentava uma camada de diversidade cultural que não aparecia de forma valorizada nos relatórios oficiais. A Lista das Nações, organizada no período, registrava povos com línguas e costumes próprios, muitos dos quais circulavam entre aldeias e vilas, levando consigo práticas culturais invisíveis para a administração. Cantos, técnicas de pesca, modos de construção e remédios naturais faziam parte do cotidiano da população, embora raramente fossem reconhecidos como elementos de cultura legítima pelo poder provincial.

Assim, em 1855, a educação e a cultura no Amazonas oscilavam entre o discurso do progresso e a realidade da escassez. A instrução pública permanecia restrita e frágil, dependente de professores mal formados e de iniciativas isoladas, enquanto a vida cultural girava em torno da Igreja e de manifestações populares ligadas ao calendário religioso. A Província caminhava lentamente para construir uma base educacional e cultural, mas a distância, a falta de recursos e a dispersão populacional impunham limites que só seriam superados décadas depois.

5.5. Saúde e assistência

Em 1855, a Província do Amazonas continuava sem uma rede organizada de saúde pública. O Hospital Militar da Capital, em vez de cumprir funções médicas regulares, encontrava-se em condições precárias e servia mais como depósito do que como espaço de atendimento. Não existiam hospitais civis ou casas de caridade comparáveis às Santas Casas de Misericórdia de outras províncias, o que deixava a população à mercê de pequenos recursos locais e de cuidados improvisados.

A fala presidencial e o Relatório de 1855 destacam a campanha de vacinação contra a varíola, mas os resultados foram considerados insatisfatórios. A resistência de famílias, o desconhecimento do método e a falta de pessoal habilitado comprometiam a expansão da cobertura vacinal. Tentou-se organizar comissários vacinadores nas freguesias, mas o alcance foi restrito e irregular. Em povoados distantes, a vacina sequer chegava, e surtos de varíola e febres intermitentes continuavam assolando a população, agravados pelo ciclo anual de cheias e vazantes que deteriorava as condições sanitárias.

A preocupação com a higiene urbana também foi registrada. Em Manaus, o governo reconhecia a necessidade de melhorar o abastecimento de água, lidar com os despejos e organizar cemitérios, entendendo que a desordem desses serviços comprometia a salubridade coletiva. No entanto, os investimentos eram mínimos e não resultavam em melhorias estruturais, permanecendo o cotidiano marcado por ruas enlameadas, águas paradas e ausência de esgoto adequado.

No campo da assistência, a realidade era ainda mais restrita. Não havia instituições permanentes de amparo a pobres, órfãos ou viúvas; o auxílio vinha de missionários, redes familiares ou da solidariedade comunitária. O Estado Sanitário de 1854–1855, ao ser descrito, apontava a dependência de boticários, cirurgiões práticos e do conhecimento tradicional transmitido por populações indígenas e ribeirinhas. Ervas, cascas e remédios naturais eram utilizados com frequência, revelando que o cuidado com a saúde era sustentado muito mais pelo saber popular do que pela presença do Estado.

Esse quadro reforçava a vulnerabilidade da população amazônica. A ausência de uma rede hospitalar, a fragilidade das campanhas de vacinação e a inexistência de assistência institucionalizada faziam com que a saúde fosse um dos pontos mais frágeis da administração provincial. Em 1855, cuidar da vida seguia sendo tarefa distribuída entre famílias, comunidades locais e missionários, enquanto o governo limitava-se a registros, recomendações e tentativas ainda tímidas de organizar um sistema público.

5.6. Segurança e justiça

O panorama da segurança e da justiça em 1855 revela uma Província ainda marcada pela fragilidade institucional. A Guarda Policial, composta por dois batalhões e companhias espalhadas pela Capital e pelo interior, permanecia como o principal braço de manutenção da ordem. No entanto, a dispersão dos destacamentos, a precariedade dos equipamentos e a dificuldade de disciplina entre praças reduziam bastante a sua eficácia. Em muitas freguesias, a autoridade policial funcionava de forma interina, apoiando-se mais na figura de delegados locais e de juizes de paz do que em uma rede organizada.

No interior, a situação era ainda mais delicada. Os relatórios de 1855 registram conflitos localizados, sobretudo em áreas de contato com povos indígenas. Pequenos ataques em povoados e estradas fluviais obrigaram o governo a reforçar postos estratégicos e emitir portarias de captura de ofensores. Entretanto, a execução dessas ordens esbarrava na distância e na falta de efetivos. Como em anos anteriores, a vastidão do território era um obstáculo maior que o inimigo: a lei demorava a alcançar os sertões, e muitas vezes chegava quando os fatos já haviam se dissipado.

Do ponto de vista judicial, a Província contava ainda com uma única comarca e dois termos principais, mas as dificuldades eram constantes. Faltavam juizes estáveis, escrivães e oficiais de justiça, e os processos acumulavam-se. Os júris, quando convocados, sofriam com a ausência de jurados ou com a impossibilidade de reunir testemunhas, devido ao alto custo e ao tempo exigido para o deslocamento. Em 1855, a justiça criminal apresentava baixa efetividade, com número reduzido de julgamentos concluídos.

A sobreposição de funções também era um fator de tensão. Em muitas localidades, o mesmo indivíduo exercia ao mesmo tempo o papel de delegado, juiz de paz e até comandante de destacamento, o que resultava em decisões parciais e, em alguns casos, conflitos com autoridades civis ou militares. Essa confusão de atribuições comprometia a autoridade do governo provincial e expunha a fragilidade da organização estatal.

Apesar disso, o governo insistia em reforçar a ideia de ordem e tranquilidade. Os discursos oficiais descreviam a Província como pacífica, ressaltando a fidelidade da população e a ausência de grandes motins. Mas, nas entrelinhas, os documentos de 1855 revelam uma justiça rarefeita, sustentada mais pela dispersão populacional e pelo imprevisto das autoridades locais do que por uma estrutura sólida. A paz existia, mas era precária, condicionada ao isolamento dos povoados e à ausência de movimentos coletivos de contestação, não ao vigor das instituições policiais ou judiciais.

5.7. Comunicações e transporte

Em 1855, as comunicações da Província do Amazonas continuavam a se apoiar quase exclusivamente na rede fluvial, sem que houvesse estradas regulares ou correios terrestres dignos de nota. A capital, Manaus, mantinha-se ligada a Belém e ao restante do Império por meio da navegação no grande rio, mas essa ligação era lenta, irregular e sujeita a múltiplas contingências. Canoas, batelões e embarcações de pequeno porte seguiam dominando os trajetos, enfrentando encalhes, cheias e vazantes, que ditavam o ritmo das viagens e condicionavam a circulação de mercadorias e correspondências.

O governo provincial reconhecia a importância estratégica da navegação a vapor, já autorizada por contratos e concessões imperiais, e registrava em 1855 a continuidade das viagens esporádicas realizadas por vapores. Ainda assim, essas viagens estavam longe de configurar um serviço regular. Faltavam cais apropriados, trapiches, armazéns e pontos de escala devidamente estruturados, o que comprometia a fluidez do transporte e elevava os custos de frete. O vapor surgia, assim, mais como promessa de modernização do que como realidade cotidiana.

No interior, os serviços de correio eram igualmente precários. Relatórios mencionam pequenas agências e oficiais encarregados de transportar correspondências entre freguesias, mas a eficiência era reduzida: cartas e ofícios demoravam semanas ou meses para chegar a seus destinos. Muitas vezes, a comunicação oficial dependia de comboios comerciais ou de expedições eventuais, que levavam consigo os pacotes de documentos e notícias.

O Roteiro de viagem do período reforça essa realidade: descreve paradas obrigatórias em povoados para obtenção de mantimentos, trechos navegados à vara ou à sirga, e a necessidade frequente de auxílio indígena para cruzar igarapés e atalhos em meio ao igapó. A travessia, longe de ser apenas técnica, envolvia também negociação social: pedir pouso, contratar guias, trocar farinha, peixe ou tabaco em troca de hospitalidade. Assim, os rios eram ao mesmo tempo caminho e espaço de convívio, marcados por uma economia de reciprocidade e sobrevivência.

Em síntese, em 1855 as comunicações e o transporte no Amazonas refletiam o mesmo dilema dos anos anteriores: o rio era a grande via de integração, mas sua imensidão e imprevisibilidade transformavam a circulação em um processo lento, custoso e fragmentado. A navegação a vapor surgia como horizonte de progresso, mas permanecia episódica; os correios existiam, mas sem regularidade. Entre a retórica de integração e a prática da lentidão, a Província seguia vivendo em um tempo ditado pelas águas, em que cada viagem era menos rotina administrativa do que uma aventura de sobrevivência.

5.8. Relações indígenas e colonização

Em 1855, a Província do Amazonas continuava a lidar com a complexa tarefa de integrar populações indígenas vastamente majoritárias em seu território. A documentação oficial registra aldeamentos ainda frágeis, missões missionárias escassas e uma rede mínima de presença administrativa sobre os povos nativos. A política provincial seguia o Regulamento de 1845, que determinava a catequese e a incorporação dos indígenas por meio da religião, do trabalho e da disciplina militar, mas na prática o alcance era limitado.

A Lista das Nações desse período enumerava grupos espalhados pelas bacias do Solimões, Negro, Madeira e Rio Branco, diferenciando entre aldeados, “mansos” e “bravos”. Essa classificação tinha caráter administrativo, servindo para orientar prioridades de catequese e repressão, mas nem sempre correspondia à realidade das comunidades, que mantinham mobilidade, alianças próprias e redes de troca que escapavam ao controle estatal. Povos como os Mura, Macus e Parintintins permaneciam identificados como focos de resistência, frequentemente acusados de ataques a povoados e viajantes.

Relatos de 1855 indicam incursões indígenas em áreas de colonização recente, o que levava o governo provincial a expedir portarias de captura e a reforçar pequenos destacamentos militares em pontos estratégicos. Essas ações tinham caráter mais simbólico do que efetivo, já que a dispersão populacional, a escassez de soldados e a vastidão do território tornavam difícil reprimir ou conter movimentos nativos. Muitas vezes, a solução encontrada era a negociação direta, com distribuição de presentes, promessas de aldeamento e tentativas de aproximação conduzidas por missionários.

No plano da colonização, seguia-se a ideia de estabelecer colônias militares e agrícolas em regiões de fronteira, especialmente no Alto Rio Branco, próximo ao Forte de São Joaquim. O objetivo era duplo: assegurar a soberania em áreas internacionais e fixar populações que pudessem servir de barreira contra incursões estrangeiras ou deslocamentos indígenas. Esses projetos, contudo, esbarravam na falta de recursos, mão de obra especializada e missionários suficientes para sustentá-los.

A convivência cotidiana, como descrevem os roteiros de viagem de 1855, revelava um panorama menos rígido do que os relatórios oficiais sugeriam. Viajantes dependiam de guias indígenas para atravessar igarapés, de roças nativas para obter mantimentos, e de conhecimentos locais para enfrentar doenças e percorrer caminhos escondidos. Essa interação prática relativizava a narrativa de

“civilização pela catequese”, mostrando que, na realidade, o Estado dependia dos saberes indígenas para manter suas próprias rotas e guarnições.

Assim, em 1855, a política indigenista do Amazonas oscilava entre o discurso de integração pacífica e a prática da repressão seletiva. A colonização projetada pelo governo provincial era lenta, marcada por imprevisto e pela ausência de bases sólidas. A experiência concreta era a de uma convivência ambígua: povos indígenas seguiam como protagonistas das rotas e territórios, enquanto o governo insistia em classificá-los, discipliná-los e convertê-los em súditos do Império.

5.9. Desafios e perspectivas

O ano de 1855 expôs com clareza os dilemas estruturais que marcavam a jovem Província do Amazonas. A fala presidencial à Assembleia e os relatórios anexos procuravam reafirmar a ideia de progresso e estabilidade, mas os documentos deixam entrever uma realidade de carências persistentes, imprevistos administrativos e fragilidade institucional.

O primeiro desafio permanecia sendo o isolamento geográfico. A navegação a vapor avançava lentamente e ainda não conseguia impor regularidade às comunicações. Canoas e batelões continuavam a ser o meio predominante, sujeitos ao regime das águas e às longas distâncias. Ordens administrativas expedidas em Manaus demoravam semanas para chegar a freguesias distantes, o que obrigava autoridades locais a improvisarem soluções. Essa distância física e simbólica mantinha a Província em condição periférica dentro do Império.

O segundo desafio estava nas finanças e na economia. A arrecadação, embora em ligeiro crescimento, seguia concentrada na Capital e dependente de tributos sobre o comércio miúdo e produtos extrativos. As coletorias do interior apresentavam saldos ínfimos, incapazes de sustentar obras ou serviços locais. As despesas consumiam quase toda a receita, e a execução orçamentária sofria com atrasos e falhas de controle. Nesse cenário, o sonho de financiar estradas, colônias agrícolas e edifícios públicos esbarrava na dura realidade de cofres vazios.

No campo social, os desafios eram igualmente evidentes. A rede escolar, ainda rarefeita, não alcançava a maioria da população dispersa pelos rios; a saúde pública permanecia sem hospitais estruturados e com vacinação irregular; e a assistência social reduzia-se a esforços familiares, comunitários e missionários. O resultado era uma população desprotegida diante de doenças tropicais e sem acesso a instrumentos básicos de instrução e cidadania.

A questão indígena figurava como um dos maiores impasses. O governo insistia em aldeamentos e colônias militares, mas a escassez de missionários e recursos comprometia o projeto de integração. Povos classificados como “bravos” ou “hostis” seguiam desafiando a autoridade provincial, enquanto os aldeados resistiam à disciplina imposta ou retornavam a modos de vida autônomos. A perspectiva era de continuidade de uma política ambígua, feita de promessas de civilização e práticas de repressão.

Do ponto de vista simbólico, outro desafio era a própria materialização do poder. A ausência de prédios oficiais sólidos, de obras públicas significativas e de instituições estáveis fazia com que o governo provincial parecesse, para muitos habitantes, mais um nome em relatórios do que uma presença concreta em suas vidas. Essa distância reforçava a sensação de que a Província existia mais no papel e nas falas impressas em tipografia do que no cotidiano das vilas e comunidades.

Ainda assim, havia perspectivas. O discurso oficial apostava na continuidade da navegação a vapor como eixo de integração, na criação de colônias agrícolas e militares para consolidar fronteiras, na diversificação da economia a partir dos recursos da floresta e na ampliação do ensino primário. A confiança na “Providência Divina”, recorrente nos discursos, traduzia a esperança de que o Amazonas, apesar de suas limitações, poderia acompanhar as províncias mais florescentes do Império.

Em síntese, 1855 apresentou ao Amazonas um quadro de promessas e limites: uma província que já possuía Assembleia, legislação própria e discursos de progresso, mas que seguia dependente de improvisos administrativos, de recursos externos e de uma população ribeirinha cuja sobrevivência cotidiana pouco dialogava com os planos do governo. Entre o isolamento e a esperança, delineava-se o caminho que marcaria sua trajetória nas décadas seguintes.

5.10. Indicadores do ano (1855)

Os documentos oficiais de 1855, reunidos na fala presidencial e em anexos administrativos, permitem traçar um quadro numérico que sintetiza a situação da Província em seu quinto ano de existência. Embora fragmentários e, por vezes, inconsistentes, esses dados oferecem um retrato claro da precariedade estrutural que acompanhava o cotidiano amazônico.

População

- Estimativa total próxima a 30 mil habitantes.
- Menos de 800 escravizados em todo o território, mantendo-se o padrão de predomínio de

população livre (indígena, mestiça e ribeirinha).

- A documentação policial continuava a registrar o uso do termo “tuxaua” para identificar chefes indígenas, sinal da persistência da autoridade nativa em áreas do interior.

Administração e justiça

- Estrutura judiciária formada por 1 comarca, 2 termos judiciais e cerca de 20 freguesias.
- Muitas freguesias permaneciam sem juízes, delegados ou párocos estáveis, o que comprometia o alcance da lei.
- Sessões de júri foram esparsas, com baixo índice de julgamentos realizados, devido às dificuldades de transporte de réus, testemunhas e jurados.

Receitas e despesas

- A arrecadação provincial não ultrapassava alguns contos de réis, concentrada sobretudo na Capital.
- Coletorias do interior registraram valores ínfimos, muitas vezes abaixo de 200\$000 réis anuais.
- As despesas absorviam quase toda a receita, restando margens mínimas para investimentos em obras ou serviços públicos.

Forças de segurança

- A Guarda Policial manteve dois batalhões, com efetivo próximo a 1.300 praças.
- O Corpo de Trabalhadores seguia composto por 12 companhias, empregadas em atividades civis e militares.
- Fortificações de fronteira — Tabatinga, São Gabriel, Marabitanas e São Joaquim — permaneciam em condições precárias, exigindo reparos e novos efetivos.

Educação

- Pouco mais de 10 escolas públicas de primeiras letras, com cerca de 230 a 240 alunos matriculados.
- A presença feminina era minoritária, restrita a uma única cadeira em Manaus.
- O Seminário continuava como centro do ensino secundário, mas com número reduzido de estudantes e cadeiras vagas, como a de Língua Francesa.

Saúde e assistência

- O antigo Hospital Militar da Capital seguia sem cumprir função hospitalar plena, servindo mais como depósito.
- A vacinação contra a varíola apresentou baixa adesão, comprometida pela falta de pessoal habilitado e pela resistência da população.

- Não havia Santas Casas ou instituições de caridade estruturadas; a assistência limitava-se a facultativos contratados e à ação eventual de missionários.

Infraestrutura

- Obras públicas limitadas: tentativas de reparos em pontes, cemitérios e templos, mas sem regularidade.
- Ausência de estradas praticáveis; transporte terrestre restringia-se a picadas locais.
- Escassez de materiais de construção (tijolos, telhas) e de profissionais qualificados.

Comunicações e transporte

- Transporte quase inteiramente fluvial, com predomínio de canoas e batelões.
- O correio provincial funcionava em Manaus com agências incipientes no interior, mas sujeito a longos atrasos.
- A navegação a vapor continuava esporádica, sem linhas regulares, embora fosse apontada como esperança para integração futura.

Colonização indígena

- Persistência de projetos de aldeamentos e de colônias militares, sobretudo no Rio Branco, mas poucos resultados práticos.
- A Lista de Nações de 1855 continuava a classificar povos em “mansos”, “aldeados” e “bravos”, mas sem alterar significativamente sua autonomia cotidiana.

Os indicadores de 1855 reforçam o paradoxo da Província: um território imenso e estratégico, mas de população rarefeita, arrecadação modesta e instituições frágeis. O governo provincial existia mais em relatórios e discursos do que em presença concreta nas vilas e aldeias. Ainda assim, os dados revelam sementes de futuro — a expectativa da navegação a vapor, a lenta ampliação do ensino primário e os primeiros esboços de uma administração própria.

Capítulo 6

1856: O Amazonas em busca de solidez

Avanços Formais e Fragilidades
Persistentes

O ano de 1856, sob a presidência de Dr. João Pedro Dias Vieira, marcou uma etapa de amadurecimento para a Província do Amazonas. Após os primeiros anos de instalação e organização, o governo provincial buscava consolidar uma administração ainda frágil, enfrentando carências materiais, dificuldades fiscais e a imensidão de um território que parecia sempre escapar ao alcance das instituições. A fala e o relatório apresentados à Assembleia Legislativa oferecem um retrato simultaneamente confiante e cauteloso: exaltam os avanços obtidos, mas não escondem as limitações que persistiam.

Nesse período, a saúde pública ganhava atenção especial, com menções à vacinação contra a varíola e às preocupações sanitárias da capital, embora continuassem ausentes hospitais civis e serviços organizados de assistência. Na administração e finanças, a receita permanecia tímida e desigual, sustentada sobretudo pela coletoria da capital, enquanto o interior rendia pouco. As despesas absorviam quase integralmente os recursos, restando pouco para obras ou investimentos duradouros.

A infraestrutura seguia marcada pela improvisação: quartéis e prédios administrativos eram poucos e modestos, estradas praticamente inexistiam, e as obras públicas esbarravam na escassez de mão de obra qualificada. No campo educacional, o crescimento era lento e irregular, com escolas primárias ainda escassas e professores mal remunerados, mas havia o esforço de ampliar o alcance da instrução como símbolo de progresso.

A despeito dessas fragilidades, 1856 representava um ano de continuidade e de expectativas. A Província já possuía rotinas administrativas, assembleia funcionando, mapas estatísticos e relatórios organizados. Esse aparato, ainda incipiente, era também um exercício de legitimação: demonstrava à Corte que o Amazonas existia como província, mesmo que a sua presença concreta junto à população fosse parcial e desigual.

Mais do que um balanço administrativo, 1856 deve ser lido como momento de consolidação relativa. O Amazonas não era mais apenas uma “província de papel”: possuía órgãos, funcionários e uma narrativa oficial de progresso. Mas o cotidiano, feito de doenças endêmicas, precariedade de transportes, fragilidade fiscal e ausência de obras estruturantes, lembrava que o projeto provincial seguia incompleto. Entre a esperança de modernização e a dura realidade da floresta, a história avançava em ritmo lento, marcada pelo contraste entre promessas e limitações.

6.1. Contexto geral e saúde pública

O ano de 1856 apresentou à Província do Amazonas um quadro contrastante entre estabilidade social e graves ameaças sanitárias. O presidente Dr. João Pedro Dias Vieira, em sua fala à Assembleia, abriu o relatório destacando a extinção do cólera em boa parte do Império, mas alertou que, no Amazonas, a epidemia ainda persistira em focos importantes e fora seguida por um mal ainda mais devastador: a febre amarela.

Segundo os mapas anexos ao relatório, em 1855 a epidemia de cólera atingiu 188 pessoas em quatro localidades principais (Barra, Serpa, Vila Bela da Imperatriz e Andirá), resultando em apenas três mortes — o que foi interpretado como um sinal da “benignidade” da moléstia naquele momento. Contudo, já no início de 1856, o cenário mudou: o cólera recrudesceu em Serpa e Silves, ao mesmo tempo em que a febre amarela se espalhou pela capital, ceifando 142 vidas até junho, com maior intensidade nos meses de março e abril.

O impacto da febre amarela foi profundo. Estima-se que dois terços da população da capital tenham sido contaminados, com letalidade mais severa entre os “naturais do país” do que entre estrangeiros e migrantes de outras províncias. Essa inversão, relatada com preocupação, sugeria que a aclimação não era suficiente para proteger os habitantes locais. As mortes multiplicaram-se nas casas, nos quartéis e até entre tripulações militares, revelando a vulnerabilidade geral da sociedade manauara.

Diante da calamidade, o governo provincial tomou medidas emergenciais. Determinou-se o fechamento do cemitério provisório do bairro dos Remédios, considerado insalubre, e a abertura de um novo, na estrada da Cachoeira. Criou-se também uma enfermaria para indigentes em uma das salas do Hospital Militar de São Vicente, enquanto se insistia na necessidade urgente de fundar uma Casa de Caridade para acolher os pobres enfermos.

Essas iniciativas, embora importantes, evidenciavam a fragilidade da estrutura de saúde. Não havia hospitais civis permanentes, nem corpo médico organizado. O combate às epidemias dependia de medidas paliativas — interdições, improvisos hospitalares e envio de medicamentos pela Corte. A experiência de 1856 consolidou a percepção de que a saúde pública deveria ser encarada como prioridade administrativa, pois sem resposta adequada a epidemias, o projeto de povoamento e integração da Província ficaria seriamente comprometido.

Em síntese, o contexto geral de 1856 revela uma província em relativa paz social, mas sob a sombra de crises sanitárias que desafiaram o governo e expuseram os limites da administração provincial. O ano marcou, assim, um divisor: de um lado, a persistência de uma ordem social estável; de outro, a urgência em estruturar serviços de saúde que pudessem proteger a população contra os flagelos periódicos das doenças tropicais.

6.2. Administração pública e finanças

No balanço de 1856, a administração provincial do Amazonas revelava-se um corpo ainda frágil, em lenta construção. O presidente Dr. João Pedro Dias Vieira descreveu uma máquina burocrática marcada por improvisos: muitos cargos permaneciam vagos ou eram ocupados interinamente, e a circulação de papéis e despachos continuava prejudicada pelas distâncias e pela escassez de pessoal habilitado. Em vários municípios, a execução da justiça e da fazenda recaía sobre indivíduos sem formação adequada, mais sustentados pelo prestígio pessoal do que pela autoridade das leis.

Apesar das carências, havia um esforço em organizar a arrecadação. Os mapas anexos ao relatório mostram que a receita da Província, no exercício de 1855–1856, somou pouco mais de 38 contos de réis, enquanto a despesa chegou a aproximadamente 36 contos, deixando saldo favorável modesto. Essa aparente solidez, porém, escondia vulnerabilidades: quase toda a arrecadação vinha da Capital, sobretudo dos impostos sobre aguardente, fumo e pequenas taxas comerciais. As coletorias do interior arrecadavam quantias diminutas, insuficientes para cobrir sequer os custos de funcionamento.

A dependência da economia extrativista — pesca, tartaruga, piaçaba, cacau silvestre e borracha ainda em fase incipiente — comprometia a regularidade das rendas. Em anos de safra boa, os cofres provinciais respiravam; em períodos de estiagem ou de epidemias, a arrecadação caía drasticamente. O próprio presidente reconheceu que a produção irregular e a dificuldade de transportar gêneros tornavam instável a base fiscal, o que limitava investimentos mais duradouros em obras públicas, instrução e saúde.

No campo administrativo, o relatório mencionava avanços discretos. Consolidava-se a divisão da Província em quatro municípios — Barra, Barcelos, Ega e Vila Bela —, cada qual com câmaras municipais em funcionamento, ainda que sujeitas a frequentes substituições de oficiais. Em termos judiciais, persistiam apenas dois termos, o que concentrava as demandas em poucas mãos e aumentava os custos de deslocamento de réus e testemunhas.

O ponto de maior fragilidade, entretanto, era a falta de quadros técnicos. Faltavam escrivães experientes, contadores formados e juizes de direito residentes. Muitos processos eram paralisados ou demoravam meses para tramitar entre a Capital e as freguesias mais distantes. Essa deficiência reforçava a percepção de que a administração provincial, embora formalmente organizada, existia mais no papel do que na prática cotidiana.

Assim, a administração e as finanças de 1856 refletem o paradoxo da Província: uma receita que conseguia equilibrar-se em números, mas sustentada por bases instáveis e frágeis; uma estrutura administrativa formalmente instituída, mas carente de pessoal qualificado para fazê-la funcionar. O Amazonas seguia dependente do imprevisto e da paciência de seus habitantes, enquanto buscava, pouco a pouco, transformar relatórios e tabelas em prática efetiva de governo.

6.3. Infraestrutura e obras públicas

Em 1856, o quadro da infraestrutura provincial ainda era dominado pela precariedade, mas começavam a surgir iniciativas pontuais que demonstravam esforço de organização. O relatório do Dr. João Pedro Dias Vieira ressaltava que a Capital, apesar de concentrar os principais edifícios públicos, ainda dependia de construções improvisadas. Muitas repartições funcionavam em prédios adaptados, enquanto cadeias e quartéis apresentavam condições insatisfatórias para acolher a tropa ou garantir a custódia dos presos.

As obras mais visíveis concentravam-se na conclusão do novo cemitério da Barra, planejado para substituir sepultamentos em áreas centrais, e na reconstrução da Matriz, que avançava lentamente devido à falta de materiais adequados e de mão de obra especializada. O presidente insistia na necessidade de instalar olarias e fornos de cal, para reduzir a dependência de importação de tijolos e telhas, cujo transporte pelo rio encarecia sobremaneira os custos. O problema não era apenas financeiro: o tempo de viagem e o risco de perdas durante a navegação faziam com que cada remessa de materiais se tornasse uma aposta incerta.

No interior, algumas vilas recebiam pequenas melhorias em pontes de madeira e casas de destaque. Eram construções simples, pensadas mais para marcar presença da autoridade provincial do que para atender a padrões de durabilidade. O relatório também menciona tentativas de reativar obras militares antigas, como reparos nos fortes de Tabatinga e São Gabriel, considerados essenciais para a vigilância de fronteiras, embora as verbas raramente acompanhassem a necessidade.

As estradas continuavam praticamente inexistentes. Apenas picadas rudimentares serviam para o transporte de víveres em trechos curtos, e os esforços de abertura de caminhos para o Rio Branco e para áreas de colonização não ultrapassaram os estágios iniciais. O isolamento terrestre permanecia absoluto: toda a circulação relevante seguia pelos rios.

A precariedade da infraestrutura não se restringia ao aspecto material, mas carregava também um peso simbólico. Uma província que ainda não conseguia erguer edifícios sólidos para suas repartições transmitia a imagem de poder frágil, de administração pouco enraizada. O presidente tinha plena consciência disso e, em suas falas, reiterava que a construção de obras permanentes — igrejas, quartéis, escolas e estradas — seria a base para consolidar a autoridade provincial e garantir a confiança da população.

Em síntese, 1856 revela uma infraestrutura em estado inicial: obras pontuais, reparos demorados, ausência de estradas e dependência quase absoluta dos rios. Mais do que números de orçamento, o cenário traduzia a luta cotidiana entre as ambições de progresso da administração e os limites práticos impostos pela distância, pela falta de mão de obra e pelo peso da floresta.

6.4. Educação e cultura

Em 1856, a Província do Amazonas ainda enfrentava enormes desafios no campo educacional. A fala do presidente Dr. João Pedro Dias Vieira registrava que, apesar dos esforços dos anos anteriores, o número de escolas de primeiras letras permanecia reduzido e irregularmente distribuído. Algumas cadeiras criadas por lei não tinham sido providas, seja pela ausência de candidatos habilitados, seja pela dificuldade de fixar professores em freguesias distantes. O resultado era uma rede escolar descontínua, incapaz de atender uma população espalhada por vastos rios e povoados isolados.

As escolas em funcionamento contavam com poucos alunos, e a frequência era marcada por oscilações constantes, ligadas ao ritmo das cheias e vazantes. Nos períodos de safra ou de intensa atividade extrativista, muitos estudantes abandonavam temporariamente a sala de aula para auxiliar suas famílias. O governo reconhecia essa realidade e buscava soluções, como propor ordenados mais atraentes e fiscalizar o desempenho dos mestres, mas a precariedade estrutural permanecia.

O Seminário de Manaus, fundado em 1848, continuava sendo a principal instituição de ensino secundário e de formação clerical. Seu papel ia além da educação: funcionava como centro cultural, reunindo práticas de leitura, música e sociabilidade intelectual que a capital carecia em outros espaços.

Ainda assim, o número de alunos era pequeno, e cadeiras importantes, como a de Língua Francesa, permaneciam vagas, revelando a dificuldade em consolidar um ensino voltado para preparar quadros administrativos e profissionais.

No campo cultural mais amplo, o cenário era igualmente modesto. Manaus contava com uma topografia de funcionamento irregular, responsável por imprimir relatórios oficiais e algumas folhas noticiosas. A circulação de jornais era intermitente, e a produção literária quase inexistia, restrita a proclamações governamentais e sermões religiosos. As festas religiosas, procissões e missas solenes permaneciam como os principais eventos coletivos, funcionando como espaços de encontro social e de expressão cultural.

Em suma, a educação e a cultura no Amazonas em 1856 revelavam-se frágeis, sustentadas por iniciativas pontuais e pela forte presença da Igreja. Apesar da retórica oficial sobre progresso e instrução, o acesso ao ensino permanecia limitado, e a vida cultural ainda dependia de tradições orais, práticas religiosas e dos poucos instrumentos letrados disponíveis. O desafio de formar uma sociedade mais instruída e integrada à vida nacional seguia como uma das maiores tarefas da jovem província.

6.5. Desafios e perspectivas

Ao chegar a 1856, a Província do Amazonas acumulava avanços pontuais em sua organização, mas os relatórios deixam claro que os desafios estruturais permaneciam inalterados. A administração reconhecia a fragilidade das instituições locais, a dependência de recursos enviados pelo governo central e a incapacidade de atender de forma efetiva à população espalhada por um território de dimensões continentais.

Um dos principais entraves era a baixa capacidade de arrecadação. Apesar de algumas melhorias nas coletorias, a receita ainda não cobria com folga as despesas correntes, o que limitava qualquer investimento em obras de infraestrutura, educação ou saúde. Essa escassez financeira obrigava o governo a administrar prioridades de forma restritiva, muitas vezes deixando de lado projetos anunciados em discursos oficiais.

No campo social, os problemas eram igualmente visíveis. A educação permanecia restrita a poucas cadeiras de primeiras letras e ao Seminário, que não tinha condições de formar um corpo mais amplo de profissionais e funcionários públicos. A saúde seguia praticamente inexistente, com a ausência de

hospitais estruturados e a dependência de práticas tradicionais. A assistência pública, quando ocorria, era fragmentada e quase sempre associada à atuação da Igreja.

As fronteiras internacionais continuavam a representar preocupação permanente. Os relatórios destacavam a necessidade de guarnições mais sólidas no alto Rio Negro, no Solimões e no Rio Branco, regiões vulneráveis tanto a ataques de grupos indígenas não aldeados quanto a pressões externas. A precariedade das fortificações e a falta de tropas suficientes reforçavam o caráter simbólico da presença imperial nessas áreas.

Apesar dessas limitações, havia perspectivas que alimentavam certo otimismo. A continuidade da navegação a vapor surgia como promessa de integração, capaz de encurtar distâncias e aproximar a Província da Corte. Da mesma forma, a abundância de recursos naturais — borracha em ascensão, cacau, peixes e produtos da floresta — mantinha viva a esperança de um futuro econômico mais sólido. A expectativa era que, com o tempo, a exploração dessas riquezas pudesse sustentar um aparato administrativo mais robusto.

Assim, 1856 pode ser lido como um momento de transição. De um lado, a persistência de carências estruturais; de outro, a confiança de que a navegação, a exploração econômica e a fixação de guarnições e colônias militares criariam condições para consolidar a Província. Entre promessas e dificuldades, o Amazonas seguia construindo, passo a passo, sua presença dentro do Império.

6.6. Indicadores do ano (1856)

Os documentos oficiais de 1856 permitem traçar um quadro numérico que sintetiza a realidade administrativa e social da Província do Amazonas. Ainda que fragmentários, esses dados ajudam a dimensionar os limites da máquina pública e a escala reduzida da vida provincial.

População e demografia

- A população estimada continuava próxima a 30 mil habitantes.
- A presença de escravizados permanecia diminuta, em número inferior a mil, contrastando com a força de trabalho majoritariamente livre, formada por indígenas, caboclos e ribeirinhos.
- Parte expressiva da população indígena seguia invisível nas estatísticas oficiais, embora fosse registrada em relatórios missionários e militares.

Administração e justiça

- A Província mantinha apenas uma comarca, dividida em dois termos judiciários.

- As freguesias somavam mais de vinte, mas muitas permaneciam sem párocos ou juízes estáveis.
- As sessões de júri eram raras, concentradas na capital e em algumas vilas estratégicas.

Finanças públicas

- A receita provincial registrada no exercício de 1856 não ultrapassava alguns poucos contos de réis, insuficientes para cobrir despesas de maior porte.
- As coletorias do interior apresentavam arrecadações irrisórias, em alguns casos inferiores a 200\$000 réis, refletindo a fragilidade econômica da região.
- O equilíbrio orçamentário era alcançado mais por contenção de gastos do que por crescimento efetivo da arrecadação.

Educação e cultura

- Existiam pouco mais de uma dezena de escolas de instrução primária, com funcionamento irregular.
- O número de alunos matriculados não chegava a 300 em toda a Província.
- O Seminário de Manaus permanecia como núcleo de ensino secundário, com um corpo discente reduzido.

Saúde e assistência

- Não havia hospitais civis; o antigo Hospital Militar permanecia desativado como centro de saúde.
- A vacinação contra a varíola alcançava números limitados, insuficientes para a proteção geral da população.
- A assistência social era praticamente inexistente, restrita à atuação pontual de missionários e iniciativas locais.

Infraestrutura e transportes

- Manaus contava com poucos prédios administrativos adaptados para repartições, como tesouraria, quartel e correio.
- Estradas inexistiam; a circulação permanecia quase exclusivamente fluvial.
- A navegação era realizada majoritariamente em canoas e batelões, com presença esporádica de vapores.
- Fortificações de fronteira, como Tabatinga e São Joaquim, estavam em más condições de conservação.

Segurança

- A Guarda Policial mantinha pouco mais de mil praças, dispersos entre capital e vilas.
- Pequenos destacamentos garantiam presença simbólica nas fronteiras, mas sem força real de dissuasão.

Em suma, os indicadores de 1856 reafirmam a precariedade estrutural da Província: receitas modestas, justiça rarefeita, educação incipiente, saúde quase ausente e presença militar mais simbólica do que prática. Ao mesmo tempo, a navegação a vapor e a abundância de recursos naturais mantinham viva a expectativa de um futuro de integração e crescimento.

Capítulo 7

1857: Entre a retórica da civilização e a fragilidade das instituições

O Amazonas no Esforço de Consolidação

O ano de 1857 marcou uma etapa de maturação na trajetória da Província do Amazonas. Já não se tratava apenas de inaugurar instituições ou de improvisar uma administração mínima: o desafio era mostrar continuidade, consolidar práticas de governo e, sobretudo, traduzir em atos concretos as promessas que vinham sendo anunciadas desde a instalação da Província. Nesse sentido, o próprio fato de terem sido produzidas duas exposições oficiais no mesmo ano — a primeira, extensa e detalhada, apresentada pelo presidente João Pedro Dias Vieira em fevereiro, e a segunda, breve e protocolar, pelo 1º vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda em março, ao transmitir o cargo a Ângelo Thomaz do Amaral — evidencia tanto a tentativa de institucionalizar a rotina administrativa quanto a fragilidade de sua execução.

O discurso oficial insistia em projetar a imagem de ordem e tranquilidade, ressaltando a fidelidade da população e a ausência de revoltas de vulto. Entretanto, os documentos revelam que essa estabilidade era relativa, sustentada pela dispersão demográfica e pelo isolamento natural, mais do que pela força das instituições. A fragilidade da infraestrutura, as limitações da justiça, a carência de escolas e de médicos, bem como os conflitos recorrentes com povos indígenas, mostravam que a presença do Estado ainda era incipiente.

Ao mesmo tempo, 1857 expôs com nitidez a ambivalência do projeto imperial para a região. De um lado, reiteravam-se planos de colonização, aldeamentos e colônias militares; de outro, persistiam classificações de povos como “mansos”, “aldeados” ou “hostis”, revelando a tentativa de enquadrar a complexa diversidade indígena em categorias administrativas. A navegação fluvial seguia como o grande eixo de integração, mas dependia de improvisos, práticas indígenas e condições naturais que o governo não controlava.

Este capítulo busca, portanto, reconstruir o retrato de 1857 como um ano de continuidade e de contradições. Continuidade porque a Província apresentava balanços, quadros estatísticos e exposições administrativas que demonstravam alguma rotina governamental; contradições porque esses mesmos documentos revelam uma Província ainda rarefeita, de presença estatal tênue, sustentada mais pelo papel dos relatórios e pela retórica da civilização do que pela solidez das instituições. Era o Amazonas que seguia navegando entre promessas de progresso e os limites duros da realidade ribeirinha.

7.1. Contexto geral e saúde pública

O ano de 1857 encontrou a Província do Amazonas em uma fase de continuidade, marcada pela tentativa de consolidar instituições mínimas e responder a desafios persistentes. A fala presidencial

apresentada à Assembleia Legislativa destacou que a ordem pública permanecia sob controle, com relativa tranquilidade nas vilas e freguesias. Essa calma, no entanto, não se traduzia em ausência de problemas: tratava-se mais de uma estabilidade frágil, sustentada pela dispersão da população e pela ausência de movimentos coletivos organizados, do que pelo fortalecimento efetivo das estruturas estatais.

No campo da saúde, o quadro era de precariedade semelhante aos anos anteriores. O Hospital Militar da capital ainda não cumpria plenamente seu papel, funcionando de modo intermitente e com recursos escassos. A ausência de hospitais civis continuava a ser uma realidade, obrigando a população a depender de pequenos serviços de boticários e de facultativos eventuais. As medidas mais consistentes registradas em 1857 voltaram-se para a vacinação contra a varíola, doença que permanecia como uma das maiores ameaças à saúde pública da região. Apesar dos esforços, a cobertura vacinal era irregular: a distância entre povoados, a resistência de parte das famílias e a falta de pessoal habilitado reduziam o alcance das campanhas.

Além da varíola, doenças tropicais como malária e febres intermitentes continuavam a provocar altas taxas de mortalidade, especialmente em períodos de cheia e vazante. Nessas fases, a insalubridade dos povoados aumentava devido à contaminação das águas e à falta de medidas básicas de higiene urbana. A documentação de 1857 aponta para a necessidade urgente de melhorar o abastecimento de água e os sistemas de escoamento em Manaus, mas os recursos destinados à área eram limitados e frequentemente desviados para prioridades militares ou administrativas.

Nos interiores, a assistência médica era praticamente inexistente. Os relatos de viagem desse período descrevem a dependência quase absoluta de remédios naturais e conhecimentos tradicionais transmitidos por populações indígenas e caboclas. A presença de missionários, embora pontual, também contribuía para algum tipo de socorro, mas sem qualquer estrutura permanente. Esse recurso ao saber local, combinado à ausência de uma rede organizada, reforça a percepção de que a saúde no Amazonas, em 1857, era um campo sustentado por improvisos.

Assim, o balanço do contexto geral e da saúde pública mostra um paradoxo recorrente: de um lado, a imagem de tranquilidade e de governo estável, projetada nos relatórios oficiais; de outro, a realidade de uma província marcada pela vulnerabilidade sanitária e pela incapacidade de prover cuidados básicos a sua população dispersa. A promessa de integração ao corpo do Império contrastava com a persistência de práticas rudimentares, num território em que a vida seguia mais condicionada aos ciclos da natureza do que às políticas públicas emanadas de Manaus.

7.2. Administração pública e finanças

Em 1857, a administração da Província do Amazonas buscava afirmar-se como estrutura efetiva, mas ainda enfrentava grandes limitações materiais e humanas. A fala presidencial à Assembleia Legislativa ressaltava a necessidade de preencher cargos vagos e de dar continuidade ao processo de organização das repartições, iniciado nos anos anteriores. Persistia, entretanto, a dificuldade em fixar juízes, delegados e párocos em freguesias distantes, o que mantinha amplas áreas do território praticamente fora do alcance direto do governo provincial. A máquina administrativa existia formalmente, mas funcionava de modo fragmentado, dependendo da atuação improvisada de autoridades locais.

No campo fiscal, os dados de arrecadação de 1857 mantinham-se modestos, refletindo a fragilidade da economia provincial. As coletorias do interior, espalhadas por rios longínquos, continuavam a registrar resultados insignificantes, enquanto a maior parte da receita concentrava-se na Coletoria da Capital. Essa concentração expunha a dependência de Manaus como centro arrecadador e o peso reduzido da produção das freguesias interiores. Além disso, as distâncias elevavam os custos de transporte e dificultavam a fiscalização, fazendo com que parte do comércio escapasse ao controle tributário, sobretudo nas rotas dos regatões.

As despesas consumiam praticamente toda a receita. A manutenção da força policial, os pequenos destacamentos militares e os salários de funcionários absorviam a maior parte dos recursos. Restava pouco espaço para investimentos em infraestrutura, educação ou saúde. Essa rigidez do orçamento era agravada por atrasos frequentes nos repasses imperiais, que deixavam a administração local sem condições de cumprir compromissos básicos. O saldo de caixa, quando existia, era mais produto de contenção forçada de despesas do que resultado de superávit planejado.

Outro problema recorrente era a irregularidade das contas. Relatórios de 1857 apontam que muitas vezes as despesas não eram registradas a tempo, ou ficavam sem comprovação documental, revelando fragilidade nos mecanismos de controle. Essa situação, somada à carência de pessoal habilitado nas tesourarias e coletorias, tornava o sistema fiscal vulnerável a desvios e ineficiências.

Apesar desse quadro, a presidência insistia em reforçar a esperança de progresso. A expectativa estava no fortalecimento da navegação a vapor e na ampliação do comércio fluvial, que, ao dinamizar a circulação de produtos, poderia aumentar a arrecadação. Também se defendia o estímulo à pequena agricultura e ao extrativismo, vistos como formas de ampliar a base produtiva da Província. No entanto, tratava-se mais de uma projeção de futuro do que de uma realidade presente.

Em síntese, a administração pública e as finanças em 1857 revelam a tensão entre a necessidade de consolidar um aparato estatal e a escassez de meios para fazê-lo. A Província apresentava-se organizada em papéis, relatórios e leis, mas carecia de recursos financeiros e de pessoal para transformar essa formalidade em ação concreta. O resultado era uma administração que existia mais como promessa do que como prática, sustentada pela esperança de integração ao projeto imperial, mas limitada por sua base fiscal estreita e por sua estrutura precária.

7.3. Infraestrutura e obras públicas

No ano de 1857, o tema das obras públicas esteve menos ligado à execução material e mais à redefinição do próprio mapa de povoações e guarnições da Província. A decisão de criar uma nova povoação em Chibarú, entre Thomar e Santa Izabel, sintetiza essa mudança de rumo. Não se tratava apenas de fundar mais um núcleo de habitação, mas de projetar um ponto de apoio capaz de articular os rios e servir como elo entre a capital e o alto Rio Negro. Para tanto, ordenou-se a construção de uma igreja e de um quartel do destacamento, com a autorização de empregar, na nova capela, os materiais que haviam sido enviados para o reparo do templo em ruínas de Thomar. Assim, a nova povoação nascia da transferência de recursos de uma freguesia decadente para um sítio considerado mais promissor.

A escolha de Chibarú foi amparada em argumentos práticos: a fertilidade do terreno, a abundância de peixe e caça e, sobretudo, a salubridade do local. Essa última característica ganhava peso num momento em que se reconhecia, cada vez mais, o impacto do ambiente sobre a sobrevivência das povoações. O contraponto era dado por Barcelos, antiga sede colonial, que minguara a “pouco mais de uma dúzia de casas” e era apontada como um dos lugares mais insalubres do Rio Negro. A proposta, portanto, era transferir sua centralidade para outros pontos, como Moura ou Itarendáua, situados em posições mais estratégicas para as comunicações com o Rio Branco. A decadência de Barcelos era simbólica: a antiga capital do Rio Negro, outrora centro de administração missionária, tornara-se um aglomerado quase deserto, incapaz de sustentar o papel de polo regional.

Essa percepção era reforçada pelo próprio estado das guarnições. O relatório registra que, em Santa Izabel, todas as praças do destacamento foram acometidas de febres, obrigando à retirada geral para tratamento em Manaus. O episódio demonstrava que a escolha de sedes militares não podia desconsiderar os riscos sanitários, sob pena de transformar fortalezas em focos de enfermidades. A presença militar, pensada como instrumento de vigilância das fronteiras, acabava subordinada às condições do ambiente — a salubridade passava a ser critério tão importante quanto a posição estratégica.

No campo administrativo, a mesma lógica de concentração levou à sugestão de fundir freguesias: Santa Isabel, Thomar e Moreira; Barcelos, Moura e Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco. A medida visava não apenas reduzir os custos de manutenção de paróquias e repartições, mas também concentrar população, clero e serviços civis em núcleos mais sustentáveis. Com a dispersão demográfica extrema, a fusão de freguesias surgia como um recurso para racionalizar o governo e dar materialidade à presença do Estado.

Em síntese, o ano de 1857 foi menos de “pedra e cal” do que de cartografia política. A Província redefiniu seus pontos de apoio, redefiniu prioridades de povoamento e buscou adequar o traçado das freguesias às exigências da saúde e da circulação. A política de obras não se resumia a levantar muros ou reparar igrejas: consistia em escolher lugares, transferir sedes e planejar núcleos capazes de resistir às doenças, sustentar guarnições e servir como alicerce para a futura integração do território.

7.4. Educação e cultura

No balanço de 1857, a educação na Província do Amazonas ainda se apresentava como um campo em construção, repleto de lacunas e improvisos. O relatório presidencial destacava a existência de apenas onze escolas de instrução primária, distribuídas de forma desigual entre a capital e algumas freguesias do interior. Dessas, poucas funcionavam regularmente, pois a falta de professores habilitados e as dificuldades de deslocamento tornavam instável o calendário letivo. Muitas vezes, a cadeira existia “no papel”, sem mestre que a ocupasse.

Os dados de matrícula revelavam um ensino limitado: cerca de duas centenas de alunos, a maioria meninos, assistidos em turmas pequenas e intermitentes. A instrução feminina era quase inexistente, reduzida a uma escola na capital, o que reforçava a exclusão de grande parte da população das oportunidades de alfabetização. Os salários baixos e pagos com atraso explicam em parte essa precariedade: poucos se dispunham a aceitar o magistério em locais remotos, onde a vida era marcada pelo isolamento e pela escassez de recursos básicos.

No ensino secundário, o Seminário de Manaus mantinha-se como principal referência. Fundado em 1848, continuava reunindo um pequeno grupo de internos, instruídos em gramática latina, francês, música e canto. Embora modesto, o seminário funcionava como núcleo cultural, com sua disciplina regular e sua pequena biblioteca. Na ausência de liceus ou academias, ele cumpria papel de centro letrado, responsável não apenas por formar futuros clérigos, mas também por oferecer uma base de instrução para jovens que almejavam posições públicas. Ainda assim, várias cadeiras criadas por lei

— como a de Língua Francesa — permaneciam vagas, reflexo da dificuldade em atrair mestres com formação adequada.

No plano mais amplo da vida cultural, Manaus ainda era uma vila com poucos instrumentos de difusão intelectual. Havia uma tipografia em atividade, responsável por imprimir relatórios oficiais, proclamações e, ocasionalmente, folhas noticiosas. A circulação desses impressos era intermitente e limitada quase sempre às elites locais. As igrejas continuavam a ser os espaços de maior sociabilidade: nelas se organizavam festas de padroeiro, procissões e cerimônias que combinavam devoção religiosa com expressão cultural. O calendário litúrgico era, de fato, o grande motor da vida coletiva, funcionando como palco de música sacra, representações teatrais rudimentares e momentos de encontro comunitário.

Relatos de viagem do período acrescentam uma dimensão menos oficial: descrevem povoados em que o ensino se dava de modo informal, “à sombra do alpendre” ou no interior das sacristias, onde um letrado ensinava rudimentos de leitura e escrita a um punhado de rapazes. Esse modelo, irregular e dependente da boa vontade de indivíduos isolados, evidencia como a transmissão de saberes ainda estava fortemente vinculada ao improviso e à oralidade.

A diversidade linguística da província também aparecia como desafio silencioso. Essa realidade contrastava com o currículo oficial, inteiramente voltado para o português e para o latim, o que significava, na prática, a exclusão da maioria indígena do acesso à educação formal. A escola, quando existia, não dialogava com os idiomas da floresta.

Portanto, em 1857, a educação e a cultura no Amazonas configuravam um quadro desigual: poucas escolas e mestres insuficientes, um seminário que tentava se firmar como referência e uma vida cultural marcada pela centralidade da Igreja e pelo improviso das comunidades. A Província buscava afirmar uma rede de instrução regular, mas o que se tinha, de fato, era uma educação rarefeita, sustentada mais pela persistência de alguns indivíduos e pelo calendário religioso do que por políticas públicas consistentes.

7.5. Segurança e justiça

No ano de 1857, a Província do Amazonas apresentava um quadro de aparente estabilidade, mas sustentado por uma estrutura de segurança e justiça ainda frágil e incompleta. A fala presidencial dirigida à Assembleia Legislativa enfatizava a tranquilidade pública e a lealdade dos habitantes à

ordem imperial, porém os documentos oficiais deixam claro que essa calma derivava menos da eficácia das instituições do que da baixa densidade demográfica e da dispersão geográfica, que inibia a ocorrência de conflitos coletivos de maior vulto.

A Guarda Policial Provincial, composta por batalhões de infantaria ligeira, continuava sendo a principal força de contenção interna. Embora o número de praças fosse razoável em relação à população, a dispersão por freguesias e a falta de disciplina efetiva reduziam sua eficiência. Em muitos postos do interior, soldados eram designados para funções que iam além da segurança — desde o transporte de presos até a condução de ofícios administrativos —, o que diluía o caráter militar do corpo. Essa multiplicidade de atribuições, somada aos atrasos salariais e às dificuldades de fardamento e armamento, comprometia o moral da tropa.

A situação das fortificações militares permanecia crítica. As guarnições instaladas em pontos estratégicos — como Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Marabitanas — resistiam mais como símbolos de soberania nacional do que como verdadeiras barreiras defensivas. Os relatórios mencionam destacamentos reduzidos, com edifícios em ruínas e falta de recursos para manutenção. O simples hasteamento da bandeira imperial nessas localidades tinha valor político, mas pouco peso prático diante das ameaças externas e da movimentação de povos indígenas autônomos.

No campo da justiça, a Província mantinha uma única comarca, dividida em dois termos judiciários, abrangendo quatro municípios e cerca de vinte freguesias. O sistema era notoriamente insuficiente para um território tão vasto. Muitos cargos de juízes, escrivães e promotores permaneciam vagos, preenchidos apenas de forma interina, o que fazia com que processos se acumulassem e demorassem meses — por vezes anos — para serem concluídos. As sessões de júri, quando realizadas, sofriam com o mesmo problema: longas distâncias inviabilizavam a formação de corpos de jurados completos, e não raramente os julgamentos eram suspensos por falta de quórum ou pela ausência de testemunhas.

As próprias autoridades locais — juízes de paz, delegados e párocos — atuavam de maneira sobreposta em vilas e freguesias remotas, dividindo responsabilidades de ordem pública e justiça. Essa multiplicidade de papéis resultava em atritos e em interpretações divergentes da lei. Em muitas localidades, prevalecia a autoridade daquele que reunia maior prestígio ou influência, em detrimento da aplicação uniforme das normas imperiais.

Também persistiam tensões ligadas às relações com povos indígenas. Embora 1857 não tenha registrado grandes confrontos, o governo mantinha portarias em vigor para prevenir ataques em regiões de fronteira, sobretudo nos rios Madeira e Negro, onde grupos como os Mura e os Macús eram classificados como “hostis” nos relatórios oficiais. Nessas áreas, a justiça formal cedia espaço à prática militar ou policial: expedições punitivas e capturas eram frequentemente relatadas como forma de “repressão e defesa”, ainda que a execução fosse irregular pela falta de efetivos.

Assim, em 1857, a segurança e a justiça do Amazonas estavam assentadas em bases frágeis: guarnições simbólicas nas fronteiras, guardas dispersos e mal providos, cargos jurídicos vagos e tribunais de júri que funcionavam de maneira intermitente. A paz celebrada nos relatórios existia, mas mais pela dispersão da população e pela ausência de movimentos coletivos organizados do que pela presença de instituições sólidas. Nesse aspecto, a Província permanecia em um estado de ordem precária, em que a distância e a improvisação eram os verdadeiros mecanismos de controle.

7.6. Comunicações e transporte

Em 1857, o quadro das comunicações e dos transportes na Província do Amazonas manteve-se como um dos pontos mais frágeis da administração, embora já se notassem sinais de organização e de tentativa de consolidação do serviço público. A fala do presidente à Assembleia e os documentos anexos revelam tanto o esforço do governo provincial em manter a circulação de ordens, mercadorias e pessoas, quanto as enormes limitações impostas pela distância, pela ausência de vias terrestres e pela precariedade dos meios náuticos.

A navegação fluvial seguia sendo a espinha dorsal da integração interna. Canoas e batelões dominavam os rios, transportando gêneros, correspondências e passageiros, mas sujeitos ao ritmo das águas: cheias e vazantes definiam o calendário da vida provincial. Ainda que o governo imperial tivesse contratado a Companhia de Navegação do Amazonas, a presença efetiva de vapores continuava irregular, incapaz de atender de modo constante as necessidades de correio, transporte de tropas e abastecimento de vilas. Os relatórios de viagem daquele ano descrevem atrasos, paradas forçadas em barrancas para reabastecimento e encalhes que prolongavam jornadas já longas.

No campo dos Correios, a província dispunha de agências em algumas freguesias estratégicas, mas o serviço era irregular. Os mapas anexos ao relatório de 1857 mostram o número reduzido de correspondências expedidas e recebidas, evidenciando a dificuldade de alcançar vilas remotas. Muitas vezes, as cartas seguiam em canoas de particulares, reboque de comboios ou mesmo confiadas a

regatões, o que comprometia tanto a segurança quanto a rapidez da comunicação. O presidente insistia na necessidade de ampliar os quadros, criar linhas mais frequentes e organizar melhor as escalas dos vapores para que Manaus não permanecesse isolada durante meses.

Quanto às vias terrestres, a situação permanecia quase inexistente. As referências oficiais de 1857 mencionam apenas pequenos atalhos e picadas abertas localmente, úteis apenas ao transporte de curta distância, sem qualquer continuidade que garantisse ligações seguras entre povoados. Projetos de estradas para o Rio Branco e outras regiões ainda figuravam como intenções, sem execução prática, pela ausência de engenheiros e de recursos.

Assim, o quadro de 1857 revela uma província em que os rios eram, ao mesmo tempo, estradas e fronteiras, sustentáculo e limite. O discurso oficial celebrava a promessa de integração pela navegação a vapor, mas os documentos mostram que, na prática, prevaleciam improviso, lentidão e dependência das forças naturais. As comunicações, embora organizadas no papel, continuavam sendo um dos maiores entraves para o exercício efetivo da autoridade e para o desenvolvimento econômico e social do Amazonas.

7.7. Relações indígenas e colonização

Os documentos de 1857 trazem um retrato significativo das relações entre a Província do Amazonas e suas populações indígenas. No plano prático, a política indigenista daquele ano mantinha-se marcada pela precariedade. Os aldeamentos continuavam sendo o eixo da estratégia imperial: núcleos em áreas como o Japurá, o Içá/Tonantins e o Rio Branco estavam em funcionamento, ainda que de maneira irregular. Faltavam missionários fixos, recursos estáveis e instrumentos pedagógicos adequados para sustentar a catequese e a integração. Relatórios mencionam que a presença de religiosos era descontínua, muitas vezes restrita a visitas ocasionais, o que deixava aldeias sem acompanhamento permanente. Onde a missão falhava, as comunidades retomavam seu ritmo próprio, com roças, festas e redes de troca que escapavam ao controle provincial.

Os conflitos também não desapareceram. O presidente relatava ocorrências de ataques e roubos em áreas do Madeira e do Negro, atribuídos a grupos Mura e Macús, frequentemente classificados como hostis nos registros oficiais. Foram expedidas portarias para capturar salteadores e reforçar destacamentos, mas a execução dessas medidas era limitada pela escassez de tropas e pelas grandes distâncias. Em muitos casos, quando a ordem chegava ao interior, os incidentes já haviam se dissipado ou migrado para outros pontos do rio.

Em várias passagens, expedições dependiam de guias nativos para atravessar igapós, recebiam víveres de malocas ribeirinhas ou encontravam pouso em aldeias, revelando que, para além dos conflitos, havia práticas de cooperação que garantiam a circulação pela província. Essas interações, embora pouco valorizadas pela documentação oficial, eram fundamentais para a sobrevivência e para o funcionamento das rotas fluviais.

No campo da colonização, reapareciam projetos de criação de colônias militares, sobretudo no Alto Rio Branco, próximo ao Forte de São Joaquim. Essas colônias seriam, ao mesmo tempo, instrumentos de defesa fronteira e de fixação de populações, unindo destacamentos militares a pequenas plantações e oficinas. No entanto, como nos anos anteriores, a falta de recursos humanos e financeiros limitava sua execução. Muitas dessas propostas permaneciam no papel, expressando mais a intenção de ocupar e disciplinar do que a capacidade real de fazê-lo.

O limite internacional, por exemplo, raramente representava barreira para esses povos, que circulavam entre Brasil, Peru, Colômbia e Venezuela com base em laços muito anteriores à presença imperial.

Assim, em 1857, a política indígena e de colonização da Província do Amazonas oscilava entre planos de aldeamento, projetos de colônias militares e a realidade de negociações cotidianas nos rios. Enquanto os relatórios registravam conflitos e classificações oficiais, a prática revelava uma convivência marcada tanto por tensões quanto por cooperação. O governo escrevia mapas e listas; os povos, por sua vez, redesenhavam a província a partir de seus caminhos, trocas e resistências.

7.8. Desafios e perspectivas

O balanço de 1857 mostra uma Província que já havia superado a fase inaugural, mas que ainda carregava enormes fragilidades em suas estruturas administrativas, sociais e econômicas. Os relatórios da presidência deixam claro que os maiores desafios eram de ordem estrutural, exigindo soluções que iam além das possibilidades imediatas do governo provincial.

O primeiro grande obstáculo permanecia sendo o isolamento geográfico. A comunicação com a Corte e mesmo com Belém seguia lenta, dependente da navegação irregular de vapores ou da precariedade das canoas de correio. Ordens administrativas demoravam semanas, às vezes meses, para chegar ao interior, o que mantinha extensas áreas do território em relativa autonomia. A expectativa em torno da navegação a vapor como eixo de integração era grande, mas em 1857 o serviço ainda não se mostrava capaz de oferecer regularidade e alcance suficientes.

O segundo desafio estava nas finanças e na economia. A arrecadação continuava modesta, sustentada quase exclusivamente pela Coletoria da Capital, enquanto as do interior permaneciam com rendimentos mínimos. A dependência do extrativismo — peixe-boi, pirarucu, tartarugas, castanhas, cacau e borracha ainda incipiente — revelava uma base econômica sazonal e vulnerável, incapaz de garantir crescimento estável. O comércio dos regatões seguia como engrenagem fundamental, mas sua informalidade dificultava o controle fiscal. A escassez de recursos impedia investimentos duradouros em obras, saúde ou educação, perpetuando o ciclo de carência.

No campo institucional, a falta de quadros administrativos e técnicos era recorrente. Muitas freguesias seguiam sem juízes, párocos ou professores estáveis, e cargos eram preenchidos interinamente. A própria presidência reconhecia que a Província funcionava em ritmo precário, mais sustentada por relatórios e intenções do que por ações concretas. A justiça, em particular, sofria com a ausência de magistrados e com a impossibilidade de realizar júris regulares em áreas distantes.

As relações com os povos indígenas configuravam outro ponto sensível. O desafio era integrar essas populações, mas os recursos para missões e aldeamentos continuavam escassos. A política oficial insistia em classificar e disciplinar, mas na prática prevaleciam as negociações informais, os conflitos pontuais e a dependência de guias e roças indígenas para a circulação nos rios. O projeto de colônias militares reaparecia como solução, mas ainda sem execução concreta.

Outro desafio central era a infraestrutura. Os relatórios destacavam a precariedade dos prédios públicos, a ruína dos fortes coloniais e a falta de estradas ou pontes que conectassem povoados. A ausência de engenheiros e de artesãos qualificados impedia a realização de obras mais ambiciosas. As vilas do interior permaneciam sustentadas por estruturas improvisadas, e a capital ainda carecia de prédios que simbolizassem efetivamente a presença do Estado.

Apesar dessas limitações, havia também perspectivas de futuro. O discurso presidencial insistia em que a abundância de recursos naturais, a posição estratégica do Amazonas nas fronteiras internacionais e o avanço gradual da navegação a vapor criavam as condições para um progresso vindouro. O investimento em educação, embora tímido, era apontado como prioridade, e a expectativa era que o fortalecimento da instrução pública e da catequese ajudasse a fixar populações e a criar uma base mais estável de trabalhadores e cidadãos.

Em síntese, os desafios de 1857 eram múltiplos: isolamento, pobreza fiscal, carência de quadros, fragilidade institucional, conflitos indígenas e falta de infraestrutura. As perspectivas, por outro lado,

giravam em torno da promessa de integração fluvial, da exploração da floresta e da lenta expansão de escolas e aldeamentos. A Província se encontrava, portanto, num momento de transição: havia sobrevivido aos primeiros anos de instalação, mas ainda precisava transformar projetos e relatórios em presença efetiva, capaz de dar consistência ao governo imperial no coração da Amazônia.

7.9. Indicadores do ano (1857)

A documentação oficial de 1857, reunida nos relatórios da presidência e nos quadros anexos, permite traçar um panorama quantitativo do funcionamento da Província, ainda que fragmentário e marcado por lacunas. Esses números, embora modestos, revelam tanto a precariedade das estruturas administrativas quanto os esforços iniciais para consolidar uma rotina de governo.

População

- A população estimada girava em torno de 30 mil habitantes, com forte predominância de homens e mulheres livres e menos de mil escravizados em todo o território.

Administração e Justiça

- Estrutura administrativa: 1 comarca, 2 termos judiciais, 4 municípios e cerca de 20 freguesias.
- Muitas freguesias estavam vagas, sem juízes ou párocos fixos, e a justiça criminal seguia marcada por júris raros e baixa efetividade.

Receitas e despesas

- A arrecadação provincial manteve-se modesta, concentrada na Coletoria da Capital, enquanto as coletorias do interior registraram valores irrisórios, em alguns casos inferiores a 200\$000 réis anuais.
- As despesas absorviam praticamente toda a receita, voltadas sobretudo para o pagamento de funcionários, manutenção de destacamentos e custeio das repartições.

Forças de segurança

- A Guarda Policial mantinha efetivo superior a mil praças, distribuídos em dois batalhões, embora dispersos e mal equipados.
- Destacamentos de fronteira permaneciam ativos em Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Marabitanas, mas em condições precárias e com valor mais simbólico que militar.

Educação

- Existiam cerca de 10 escolas públicas de primeiras letras, frequentadas por pouco mais de 200

alunos.

- O Seminário de Manaus seguia como principal instituição de ensino secundário, reunindo um número reduzido de internos e funcionando também como espaço de formação religiosa e cultural.

Saúde e assistência

- Não havia hospitais civis estruturados; o antigo Hospital Militar continuava sem condições adequadas.
- A vacinação contra a varíola era irregular, limitada pelo atraso no envio de material e pela resistência das famílias.
- A assistência aos pobres e doentes dependia de iniciativas esparsas da Igreja e de práticas tradicionais baseadas em remédios de origem indígena.

Infraestrutura

- Manaus contava com prédios administrativos adaptados, como tesouraria, recebedoria, quartel e correio, mas carecia de obras sólidas e planejadas.
- Os fortes coloniais estavam em ruínas, sem reformas significativas em andamento.
- Não havia estradas ou pontes regulares; a circulação seguia exclusivamente fluvial.

Comunicações e transporte

- O correio fluvial funcionava de maneira irregular, com canoas e batelões transportando correspondências.
- A navegação a vapor aparecia de forma esporádica, ainda sem linhas regulares consolidadas.

Colonização indígena

- Persistiam projetos de colônias militares no Alto Rio Branco e em outros pontos estratégicos, mas sem execução concreta.
- Os aldeamentos existentes funcionavam de maneira precária, sem missionários ou recursos suficientes para sustentar atividades contínuas.

Capítulo 8

*1858: O Amazonas
entre expectativas de
progresso e persistentes
fragilidades*

O ano de 1858, sob a presidência de Francisco José Furtado, representou para a Província do Amazonas um momento de redefinição de prioridades diante das dificuldades persistentes. A distância da Corte, a fragilidade da infraestrutura administrativa e a precariedade dos serviços básicos ainda marcavam profundamente o cotidiano provincial. Contudo, as falas e relatórios presidenciais daquele ano revelam um esforço crescente de organização: tabelas de receita e despesa mais detalhadas, registros de movimentação populacional e relatórios sobre saúde, comunicações e relações com os povos indígenas buscavam demonstrar que a Província, embora pobre em recursos, estava aprendendo a se administrar

O discurso político insistia na imagem de ordem e tranquilidade, apontando a ausência de grandes distúrbios como sinal de progresso. No entanto, as entrelinhas dos documentos expunham outra realidade: a vulnerabilidade da saúde pública diante das epidemias, a irregularidade da arrecadação fiscal, a lentidão da justiça e a fragilidade das guarnições de fronteira. A administração continuava dependente da improvisação, e a navegação fluvial, embora vital, permanecia sujeita às limitações impostas pelo regime das águas e pela carência de embarcações adequadas.

Assim, 1858 aparece como um ano de contrastes: de um lado, a formalização crescente de relatórios, leis e regulamentos que buscavam consolidar a Província como parte do Império; de outro, a permanência de problemas estruturais que limitavam a eficácia dessas iniciativas. Entre registros de progresso e a dura realidade de um território rarefeito em população e recursos, o Amazonas reafirmava sua condição de espaço estratégico e, ao mesmo tempo, periférico.

8.1. Contexto geral e saúde pública

O ano de 1858 tem como presidente da Província Francisco José Furtado, empossado em novembro de 1857. Em sua fala à Assembleia Legislativa, destacou logo de início o estado de ‘tranquilidade pública’ que, segundo o discurso oficial, predominava na região havia dezoito anos, ainda que com registros de tensões pontuais, especialmente no alto Rio Negro. Ali, movimentos de caráter religioso, liderados por falsos “Cristos”, reuniam indígenas em práticas que mesclavam rituais católicos e elementos proféticos. Esses ajuntamentos — como os do rio Içana, capitaneados por um indígena venezuelano, e os do Uaupés, conduzidos por Alexandre — geraram preocupação sobre possível desordem e evasão de populações inteiras de suas roças. A repressão, entretanto, foi conduzida com cautela, privilegiando a persuasão missionária e ações moderadas, sem o emprego generalizado da força. O quadro sanitário, porém, continuava precário. Epidemias de febre catarral, biliosa e intermitente atingiram diferentes pontos da Província: Manaus, Vila Bela, Tefé, Fonte Boa e Purus. Em alguns

locais, como Fonte Boa, os óbitos ultrapassaram vinte pessoas em um curto intervalo, revelando vulnerabilidade generalizada. As medidas oficiais restringiam-se à remessa de remédios e instruções médicas pelo provedor de saúde, único facultativo da Província. A carência de médicos e de hospitais era dramática: havia apenas uma enfermaria militar em Manaus, responsável também por atender pobres. Entre agosto de 1857 e julho de 1858, foram internados 33 indigentes e 151 militares, com taxas de mortalidade relativamente baixas — mas insuficientes diante da realidade não registrada nos relatórios oficiais.

O presidente lamentava abertamente que “dúzias” de doentes morressem sem qualquer assistência nos rios Purus e Negro, vítimas da ausência de infraestrutura sanitária. A dependência de improvisos — como a contratação de um comerciante, Henrique Strauss, para tratar doentes no Purus — ilustra o abismo entre o discurso estatal e a prática cotidiana. A análise de Furtado deixava claro que, salvo exceções, os lugares da Província eram salubres, mas a ausência de meios, médicos e missionários tornava inevitável a elevada mortalidade.

Assim, o contexto de 1858 revela uma Província duplamente frágil: de um lado, mantinha estabilidade política e ausência de conflitos de grande escala; de outro, enfrentava graves carências no campo da saúde, em que epidemias e mortalidade alta conviviam com recursos mínimos. A paz política, portanto, contrastava com o quadro sanitário, evidenciando que o desafio do Amazonas estava menos na ordem pública e mais na sobrevivência de sua população dispersa e vulnerável.

8.2. Administração pública e finanças

A administração provincial em 1858 apresentava avanços tímidos, mas ainda marcada pela precariedade estrutural. O relatório de Francisco José Furtado descrevia uma máquina administrativa com funcionamento desigual, sustentada por poucos funcionários efetivos e numerosos interinos. Muitas freguesias continuavam sem autoridades fixas — juízes, delegados e párocos —, o que tornava irregular a aplicação das leis e reforçava a autonomia prática das localidades.

No campo financeiro, os dados revelam uma realidade paradoxal. O exercício de 1857 havia encerrado com receita arrecadada de pouco mais de 21:000\$000 e despesa de aproximadamente 20:000\$000, resultando em um saldo aparente de 1:000\$000. Apesar disso, o presidente foi enfático em ressaltar que o equilíbrio era apenas formal, pois se baseava em despesas adiadas e cobranças incompletas. A arrecadação, concentrada na capital, seguia limitada pela fragilidade das coletorias do interior, que careciam de pessoal habilitado e estrutura mínima para fiscalizar o comércio e cobrar tributos.

As principais rubricas de receita provinham de impostos sobre aguardente, tabaco, patentes comerciais, armazéns e direitos de entrada e saída de gêneros. No entanto, o peso do extrativismo permanecia central. Produtos como pirarucu, manteiga de peixe-boi, ovos de tartaruga, cacau silvestre, cravo, piaçaba, castanhas, guaraná e salsa-parrilha abasteciam tanto o consumo interno quanto as exportações. O comércio de regatões, embora vital para integrar vilas e povoados, era visto pelas autoridades como fator de evasão fiscal, já que grande parte das trocas se fazia pelo escambo, sem registro nas coletorias.

Furtado insistia na necessidade de reformar o sistema tributário, tornando-o mais justo e estimulando a produção agrícola. Havia queixas constantes de que certos impostos desestimulavam os lavradores e artesãos, comprometendo o crescimento da base produtiva. O presidente defendia a simplificação da cobrança e a valorização de novos cultivos, como algodão e milho, que podiam diversificar a economia além do extrativismo florestal.

O quadro geral, portanto, era de uma província que conseguia manter suas contas “em ordem” apenas no papel, mas que permanecia dependente da benevolência da Corte. As finanças locais não sustentavam projetos de maior envergadura, e a administração carecia de recursos humanos e técnicos para alcançar as margens da Província. Assim, em 1858, o Amazonas vivia entre o discurso de estabilidade e a prática de improviso, com finanças frágeis que revelavam mais a sobrevivência imediata do que um caminho sólido de desenvolvimento.

8.3. Infraestrutura e obras públicas

No balanço de 1858, a questão das obras públicas ocupava lugar central nos relatórios da presidência. A capital, Manaus, ainda carecia de edificações adequadas para o funcionamento das repartições e serviços básicos, de modo que muitos órgãos continuavam instalados em prédios alugados ou adaptados às pressas. A situação dos quartéis e do hospital era especialmente crítica: as instalações militares sofriam com infiltrações e más condições de higiene, enquanto o hospital provincial permanecia com estrutura insuficiente para atender à população civil e militar.

Entre os projetos em execução, destacava-se a reconstrução da Igreja Matriz de Manaus, obra que avançava lentamente devido à falta de materiais e mão de obra qualificada. O presidente Francisco José Furtado insistia na urgência de erguer fornos e olarias locais para suprir a escassez de tijolos e telhas, problema recorrente que encarecia e atrasava todas as construções provinciais. Do mesmo

modo, defendia a capacitação de carpinteiros e pedreiros, pois a abundância de madeira e pedra na região contrastava com a ausência de profissionais habilitados para transformá-las em prédios duradouros.

No campo da infraestrutura urbana, o relatório mencionava a abertura e reparo de algumas estradas vicinais, especialmente em torno da capital e nas freguesias mais povoadas. Embora os trechos fossem curtos e de manutenção difícil devido às chuvas e ao terreno alagadiço, havia expectativa de ligar povoados vizinhos por caminhos que facilitassem o transporte de víveres e produtos agrícolas. Também se discutia a viabilidade de uma estrada para o Rio Branco, considerada estratégica tanto para a defesa das fronteiras quanto para o estímulo de colônias agrícolas naquela região.

Os cemitérios públicos, cuja construção vinha sendo discutida desde anos anteriores, avançaram em 1858 com a delimitação de terrenos em Manaus e em algumas vilas do interior. Essa medida respondia a preocupações sanitárias, uma vez que os sepultamentos em igrejas e adros eram vistos como insalubres. O investimento, embora modesto, representava um passo na tentativa de modernizar práticas urbanas e adequá-las às orientações médicas da época.

Outro ponto recorrente era a precariedade das fortificações coloniais herdadas: Tabatinga, São Gabriel, Marabitanas e São Joaquim. Em 1858, continuavam em condições ruins, com guarnições instaladas em prédios de madeira ou casas adaptadas. O governo provincial insistia junto ao Império pela necessidade de engenheiros militares e verbas para reparos, mas o tema permanecia mais como reivindicação do que como realização concreta.

Por fim, a cidade de Manaus começava a experimentar um lento crescimento de seu espaço urbano. A existência de repartições como tipografia provincial, recebedoria, tesouraria e quartel demonstrava certa consolidação administrativa. Ainda assim, a capital estava longe de possuir infraestrutura compatível com sua condição de centro político: ruas esburacadas, ausência de iluminação pública, esgoto improvisado e prédios oficiais em ruínas ou adaptações precárias compunham a paisagem.

Em resumo, a infraestrutura da Província em 1858 refletia o contraste entre ambição e carência. Projetos eram concebidos, mas faltavam materiais, engenheiros e recursos humanos para executá-los. O resultado era um espaço público sustentado por improvisos: igrejas em reparo, quartéis malconservados, hospitais insuficientes e estradas apenas esboçadas. A promessa de modernização urbana e de fortalecimento das fronteiras existia, mas seguia condicionada à chegada de verbas externas e ao lento amadurecimento da capacidade técnica local.

8.4. Educação e cultura

No campo da educação, o ano de 1858 confirmou a fragilidade já diagnosticada nos anos anteriores. As escolas públicas de instrução primária eram poucas e funcionavam de forma irregular, tanto pela falta de professores habilitados quanto pela descontinuidade do calendário letivo. Em várias freguesias, as cadeiras existiam apenas no papel, e quando providas, os mestres enfrentavam salários baixos, atrasos no pagamento e, sobretudo, a resistência em permanecer em localidades isoladas. Essa realidade fazia com que o ensino fosse restrito às áreas mais próximas da capital, deixando vastas regiões do interior completamente à margem do processo educativo .

O relatório provincial apontava um total de pouco mais de uma dezena de escolas, algumas recém-criadas, mas com baixa frequência de alunos. O número de matriculados permanecia reduzido frente à população total da província, o que indica uma taxa de acesso extremamente limitada. Além disso, persistia o desequilíbrio de gênero: meninos eram priorizados nas aulas de primeiras letras, enquanto meninas tinham acesso quase inexistente à educação formal, restrito a algumas iniciativas isoladas em Manaus.

O Seminário Episcopal de Manaus mantinha-se como principal instituição de ensino secundário, funcionando não apenas como espaço de formação de clérigos, mas também como núcleo cultural. Seu currículo incluía gramática latina, francês, música e canto, disciplinas que refletiam tanto a inspiração humanista quanto as demandas clericais da época. Contudo, a abrangência era pequena: menos de duas dezenas de estudantes frequentavam a instituição, quase todos internos, o que reforça a exclusividade do ensino.

No âmbito cultural, a vida intelectual da capital continuava limitada. A tipografia provincial, instalada em prédio adaptado, imprimia leis, relatórios e avisos oficiais, sendo também responsável pela publicação de jornais de circulação irregular. Esses periódicos, embora escassos e efêmeros, constituíam um espaço de sociabilidade letrada e permitiam algum debate público. Fora desse círculo, a cultura cotidiana era sustentada pelas festas religiosas, procissões, novenas e celebrações de padroeiros, que funcionavam como momentos de reunião comunitária e de expressão artística popular.

A Igreja Matriz de Manaus, em reconstrução, tinha papel central nesse universo cultural e espiritual. Além de ser o principal templo da capital, representava a convergência entre religião, educação e vida social, já que suas instalações serviam tanto para práticas devocionais quanto para encontros cívicos e comunitários.

No interior, a realidade era ainda mais precária. Relatos oficiais e descrições de viagem apontavam para a ausência quase total de bibliotecas, liceus ou espaços de leitura. Em muitas vilas, a catequese continuava a ser a única forma de educação, transmitida por párocos ou missionários que conciliavam instrução religiosa com noções rudimentares de leitura e escrita.

Assim, em 1858, a educação e a cultura no Amazonas revelavam o contraste entre discurso e realidade. Embora a legislação provincial previsse reformas e ampliações, a prática se resumia a poucas escolas, um seminário exclusivo e uma vida cultural sustentada pela Igreja e por jornais frágeis. O que se tinha era menos um sistema educacional do que um conjunto disperso de iniciativas, incapazes de alterar de forma significativa o quadro de analfabetismo quase generalizado que caracterizava a população.

8.5. Segurança e justiça

Em 1858, a segurança pública na Província do Amazonas mantinha-se como um dos maiores desafios da administração. A extensão territorial, somada à baixa densidade populacional e à dispersão das freguesias, dificultava a presença efetiva de forças policiais e militares em todo o território. A Guarda Policial, composta por pouco mais de um batalhão ativo, permanecia como o principal instrumento de manutenção da ordem, mas sua atuação era marcada pela carência de disciplina, pela irregularidade do efetivo e pela má distribuição entre capital e interior.

O relatório provincial destacava que, em Manaus, os conflitos de maior vulto se restringiam a desordens pessoais: brigas, espancamentos e pequenos delitos, facilmente contidos pelas autoridades locais. No entanto, nas regiões de fronteira interna, a situação era mais delicada. Povos indígenas classificados como “hostis” continuavam a protagonizar ataques a povoados e viajantes, especialmente nos rios Madeira e Negro. Em tais casos, o governo autorizava expedições punitivas e expedidia portarias de captura, mas a execução esbarrava na falta de tropa regular e nas distâncias que isolavam os núcleos urbanos.

No campo judicial, a estrutura permanecia incipiente. A província possuía apenas uma comarca, subdividida em termos e municípios, mas a falta de juízes, escrivães e promotores comprometia o funcionamento da justiça. Muitas freguesias estavam sem autoridades estáveis, e os processos acumulavam-se, sobretudo em razão da lentidão das comunicações. Sessões de júri continuavam raras e pouco produtivas: em várias ocasiões não se conseguia reunir jurados suficientes, ou os julgamentos eram adiados indefinidamente.

A precariedade das cadeias completava o quadro. As prisões funcionavam em prédios improvisados, sem condições adequadas de higiene ou segurança, o que facilitava fugas e alimentava críticas da população. Em Manaus, o governo insistia na necessidade de ampliar e melhorar o edifício destinado ao cárcere, mas os recursos permaneciam insuficientes. No interior, destacamentos militares serviam também como cadeias provisórias, reforçando a sobreposição entre funções militares e policiais.

A relação entre autoridades civis e militares era igualmente problemática. Relatos mencionam conflitos de competência entre comandantes de destacamentos e delegados de polícia, especialmente em áreas isoladas, onde a ausência de instruções claras deixava margem para disputas de autoridade. Essa confusão institucional prejudicava tanto a aplicação da lei quanto a confiança da população nas instituições.

Em síntese, a segurança e a justiça em 1858 revelavam uma Província que ainda se apoiava mais na dispersão geográfica da população e na ausência de movimentos coletivos organizados do que na eficácia de suas forças e instituições. O discurso oficial insistia em retratar a ordem pública como sólida, mas a realidade dos relatórios mostrava um quadro de fragilidade, em que a justiça era lenta, a polícia pouco disciplinada e a defesa dependente de improvisos. O poder provincial existia, mas sua capacidade de impor lei e ordem permanecia limitada.

8.6. Comunicações e transporte

Em 1858, a vida da Província do Amazonas continuava a ser regida pelo compasso dos rios. As comunicações oficiais, os fluxos comerciais e os deslocamentos de pessoas dependiam quase exclusivamente da navegação fluvial, uma vez que estradas terrestres praticáveis ainda não existiam. Pequenos atalhos e picadas ligavam povoados vizinhos, mas não passavam de trilhas rústicas, incapazes de sustentar um trânsito regular ou de integrar economicamente as freguesias distantes.

O serviço postal permanecia irregular e de alcance limitado. A correspondência partia de Manaus em canoas de correio ou era transportada por regatões e comboios de comerciantes, demorando semanas, por vezes meses, para alcançar destinos no interior. O relatório de 1858 registrava a preocupação com a criação de novas agências e a necessidade de regularizar o envio e recebimento de cartas, mas a ausência de pessoal e a precariedade de meios de transporte restringiam a efetividade desse esforço. As gratificações pagas aos condutores de correio mal compensavam os riscos da viagem: encalhes, ataques, febres e longas esperas em barrancos à margem dos rios.

A navegação a vapor, celebrada desde 1851 como promessa de integração, ainda não se consolidara em 1858. Os relatórios mencionam viagens esparsas de vapores, mas sem a regularidade necessária para transformar o transporte em rotina administrativa ou comercial. Faltavam cais estruturados, trapiches e armazéns para embarque e desembarque de mercadorias, o que obrigava os navios a ancorar em praias ou barrancos improvisados. Assim, mesmo quando os vapores alcançavam Manaus ou vilas maiores, sua presença tinha mais valor simbólico do que prático.

No interior, prevalecia o transporte em canoas de casco leve, batelões à vela e pequenas montarias utilizadas no dia a dia das comunidades ribeirinhas. Esse transporte miúdo sustentava a circulação de gêneros básicos — farinha, peixe seco, manteiga de tartaruga — e abastecia tanto os povoados quanto expedições oficiais. Muitas vezes, viajantes e autoridades provinciais dependiam das roças de beira-rio para adquirir víveres e prosseguir viagem, revelando a importância da economia local como sustentáculo do próprio sistema de comunicações.

A precariedade das rotas e da infraestrutura refletia-se também na percepção política. O isolamento dificultava a circulação de ordens imperiais e relatórios administrativos, fazendo com que a distância não fosse apenas física, mas também institucional. Entre a emissão de uma portaria em Manaus e sua execução em vilas distantes, semanas se passavam — quando não meses —, abrindo espaço para improvisos e soluções locais.

Em síntese, em 1858 as comunicações e transportes do Amazonas permaneciam frágeis, assentados em rios abundantes, mas carentes de obras e serviços permanentes. O correio era lento, a navegação a vapor irregular, as estradas inexistentes e o transporte cotidiano dependia do esforço humano e da solidariedade comunitária. Mais do que integrar, o sistema ainda isolava: cada viagem era uma empreitada, cada carta um esforço, cada conexão uma promessa interrompida pela distância.

8.7. Relações indígenas e colonização

O ano de 1858 reforçou um dos pontos mais sensíveis da administração da Província: as relações com os povos indígenas. A documentação oficial desse período, embora marcada por uma linguagem de “civilização” e integração, revela um quadro de precariedade missionária, tensões localizadas e ausência de meios eficazes para dar continuidade a projetos de aldeamento e colonização.

As missões religiosas, principais instrumentos da política indigenista, continuavam escassas e frágeis. A carência de missionários estáveis e de recursos financeiros impedia que aldeamentos fossem estru-

turados de maneira duradoura. Em muitos casos, a ação se limitava a batismos e pequenas roças comunitárias, logo abandonadas pela falta de mantimentos e de apoio contínuo. O resultado era um processo intermitente, em que os indígenas retornavam à vida autônoma logo após a partida dos religiosos.

Os relatórios de 1858 também registram episódios de hostilidade. Persistiam ataques de grupos classificados como “bravos” em rios como o Madeira e o Negro, onde Muras e Macús, entre outros, eram apontados como responsáveis por assaltos a canoas, invasões de roças e conflitos com colonos. A resposta provincial oscilava entre ordens de repressão — envio de destacamentos para capturar e punir — e tentativas de aproximação pacífica, por meio de distribuição de mantimentos, convites para aldeamentos e promessas de proteção. Essa dualidade traduzia a dificuldade em conciliar o ideal de pacificação com a realidade de uma fronteira extensa e pouco controlada.

A política de colonização militar também ganhou destaque. Projetava-se a criação de colônias em pontos estratégicos, sobretudo no rio Branco e no Solimões, onde guarnições armadas se combinariam com pequenas plantações e oficinas, com o duplo objetivo de vigiar fronteiras e fixar populações. Contudo, a escassez de soldados, engenheiros e recursos financeiros fazia com que tais iniciativas permanecessem, em grande parte, no papel. O projeto refletia mais a preocupação geopolítica do Império — garantir presença em áreas de fronteira internacional — do que uma política efetiva de integração social.

Os relatórios ressaltavam ainda um problema recorrente: a ação de “indivíduos mal-intencionados”, apontados como responsáveis por incitar desordens e resistências entre os indígenas. Embora pouco detalhados, esses registros sugerem que havia tensões internas, tanto por disputas de terra quanto pelo comércio irregular mantido por regatões e colonos com comunidades não aldeadas. Nesse jogo, a Província via-se constantemente obrigada a intervir, mas quase sempre sem forças suficientes para impor autoridade.

Em síntese, em 1858 a política indigenista e de colonização do Amazonas manteve-se marcada pelo paradoxo: de um lado, relatórios oficiais insistiam na missão civilizatória, projetando aldeamentos, colônias militares e catequese; de outro, a realidade mostrava missões frágeis, conflitos localizados e populações indígenas que seguiam majoritariamente autônomas, fora do alcance efetivo do Estado provincial.

8.8. Desafios e perspectivas

O balanço de 1858 evidencia uma Província que avançava lentamente em alguns pontos, mas permanecia aprisionada a dilemas estruturais. Os relatórios oficiais apresentavam números e medidas que buscavam transmitir ordem e progresso, mas, por trás da retórica, os desafios eram profundos e de difícil superação.

O primeiro desafio continuava sendo o isolamento. A comunicação entre Manaus e as vilas do interior permanecia dependente das longas viagens fluviais, sujeitas a cheias, vazantes e encalhes. A navegação a vapor, já introduzida como promessa de integração, ainda carecia de regularidade, de portos estruturados e de tarifas acessíveis, o que reduzia seu alcance. Nesse contexto, ordens administrativas e decisões judiciais demoravam semanas para circular, e a própria presença do governo parecia mais frágil quanto mais distante da capital.

No campo financeiro, o quadro era igualmente delicado. A arrecadação não acompanhava as necessidades da Província: faltavam funcionários habilitados nas coletorias, os custos de transporte e frete elevavam-se e os tributos sobre gêneros locais eram alvo de críticas, por desestimular a produção. Sem uma base fiscal sólida, a Província seguia dependente do auxílio da Corte e da improvisação de receitas temporárias.

Outro ponto central era a carência de obras públicas duradouras. A falta de engenheiros, pedreiros e carpinteiros impedia que as verbas destinadas a edifícios oficiais, cadeias, quartéis ou igrejas se traduzissem em empreendimentos consistentes. Muitas construções ficavam apenas no projeto ou eram concluídas de forma precária, reforçando a imagem de uma administração mais presente no papel do que no espaço urbano.

Na área social, a precariedade de escolas e hospitais indicava que boa parte da população seguia fora do alcance de políticas públicas. O ensino primário avançava timidamente, mas não cobria o território; o ensino secundário limitava-se ao Seminário de Manaus. Na saúde, a vacinação era irregular e os recursos hospitalares praticamente inexistentes, obrigando famílias e aldeias a depender do conhecimento popular e indígena.

As relações indígenas configuravam outro desafio decisivo. Os relatórios apontavam para uma diversidade imensa de povos, mas os mecanismos de integração continuavam frágeis. As missões eram poucas e mal providas; os aldeamentos, instáveis; e os conflitos, recorrentes. A proposta de colônias

militares buscava garantir presença nas fronteiras, mas esbarrava na falta de efetivos e de recursos. O risco era transformar a política indigenista em uma sequência de promessas não cumpridas, incapazes de alterar a realidade das populações locais.

Apesar dessas dificuldades, as perspectivas também eram apontadas. O governo provincial depositava esperança no fortalecimento da navegação a vapor, vista como chave para reduzir o isolamento, dinamizar o comércio e ampliar a arrecadação. A abundância de recursos naturais — borracha, cacau, castanha, pescado, madeiras — continuava a alimentar a expectativa de que o Amazonas se tornaria, no futuro, uma das regiões mais prósperas do Império.

Assim, o ano de 1858 reafirmava o paradoxo da Província: entre carências materiais e horizontes de abundância, o Amazonas permanecia numa fronteira entre o possível e o imaginado. Os relatórios expressavam confiança na Providência e no braço do Império, mas o cotidiano revelava que a consolidação da Província ainda dependia de tempo, recursos e da difícil tarefa de transformar promessas em presença efetiva.

8.9. Indicadores do ano (1858)

A documentação oficial de 1858 oferece um conjunto de dados que, embora fragmentários, permite dimensionar o estágio da Província em seu oitavo ano de existência. Esses indicadores revelam tanto os avanços obtidos quanto as limitações persistentes.

População

- A população estimada girava em torno de 30 mil habitantes, com grande dispersão ao longo dos rios.
- O número de escravizados permanecia reduzido, inferior a 1.000, mantendo a característica do trabalho livre e indígena como base da economia.

Administração e Justiça

- Estrutura mantida: 1 comarca, 2 termos judiciários, municípios em expansão e cerca de 20 freguesias, parte delas ainda sem juízes ou párocos estáveis.
- Sessões de júri continuavam escassas, concentradas em Manaus e em poucas vilas de maior porte, com baixo número de julgamentos efetivos.

Finanças

- Receita anual registrada em cerca de 12:000\$000 (valores aproximados para 1858).
- Despesa provincial próxima desse patamar, indicando equilíbrio frágil entre receita e gasto, sem margem significativa para investimentos.
- Coletorias do interior arrecadavam quantias mínimas, insuficientes para sustentar suas próprias despesas.

Forças de segurança

- A Guarda Policial continuava sendo a principal força da Província, com pouco mais de 1.200 praças em serviço, divididas em dois batalhões.
- Pequenos destacamentos militares permaneciam em Tabatinga, São Gabriel, Marabitanas e outras localidades, em condições precárias.
- O Corpo de Trabalhadores seguia em atividade, com cerca de 12 companhias, desempenhando funções de polícia e apoio administrativo.

Educação

- Existiam 12 escolas de primeiras letras, mas várias cadeiras seguiam vagas ou funcionando de forma irregular.
- O número de alunos matriculados não ultrapassava 250 estudantes em toda a Província.
- O Seminário de Manaus mantinha-se como principal instituição de ensino secundário, com currículo voltado à formação clerical.

Saúde

- A vacinação contra a varíola seguia irregular, com comissários vacinadores em algumas freguesias, mas sem cobertura ampla.
- Não havia hospitais civis estruturados; o Hospital Militar da capital seguia com funções limitadas.
- A assistência médica no interior permanecia restrita a boticários e práticos de cirurgia, complementada por saberes tradicionais.

Infraestrutura e Obras Públicas

- As verbas para obras concentravam-se em igrejas, quartéis, cadeias e pontes, mas muitas construções não saíam do papel.
- Faltavam engenheiros e oficiais de ofício, o que prolongava prazos e elevava custos.

- A capital possuía prédios oficiais adaptados, mas o interior permanecia carente de instalações públicas.

Comunicações e Transporte

- As comunicações dependiam quase exclusivamente da navegação fluvial.
- O serviço de correios registrava movimento crescente, mas ainda irregular.
- A navegação a vapor era utilizada em algumas rotas, mas não havia linhas estáveis; canoas e batelões continuavam predominantes.

Colonização indígena

- O governo reiterava a política de aldeamentos, embora com resultados tímidos.
- Projetos de colônias militares no Rio Branco e em áreas estratégicas permaneciam no plano, com execução lenta e recursos escassos.
- A integração dos povos indígenas seguia mais como promessa do que como realidade efetiva.

Capítulo 9

1859: Consolidação administrativa e persistência das fragilidades amazônicas

O ano de 1859 marcou uma etapa de continuidade e contraste na trajetória da Província do Amazonas, sob a presidência de Francisco José Furtado. Se, por um lado, o seu relatório à Assembleia Legislativa insistia em reforçar a imagem de estabilidade e progresso, por outro, a leitura atenta dos documentos oficiais revela a persistência de velhas fragilidades: arrecadação instável, obras inacabadas, carência de quadros administrativos e dificuldades constantes no trato com as populações indígenas. A fala presidencial desse ano, acompanhada de quadros de receita, despesas e mapas de forças, buscava legitimar a ação governamental e mostrar que a Província avançava em sua organização institucional. Ao mesmo tempo, evidenciava-se o peso das limitações materiais: as comunicações ainda dependiam do ritmo dos rios, a saúde permanecia entregue a poucos recursos e o ensino se mantinha restrito a núcleos dispersos.

No pano de fundo, a política imperial para a Amazônia continuava a orientar os rumos da Província. O incentivo à navegação a vapor, o estímulo a colônias militares e a busca por maior integração fiscal eram estratégias de reforço da soberania em uma fronteira vasta e permeável. Contudo, a distância da Corte, a escassez de recursos e a dispersão populacional impunham um cotidiano de improvisos, em que a presença do Estado se fazia sentir mais nos relatórios do que nas práticas diárias da população.

Assim, 1859 aparece como um ano de reafirmações e contradições. O Amazonas já possuía Assembleia funcionando, relatórios regulares e uma retórica de progresso, mas seguia cativo das mesmas limitações que o acompanharam desde a instalação: isolamento geográfico, economia de base extrativista, precariedade de serviços públicos e tensões constantes com povos indígenas. Era, ao mesmo tempo, a consolidação de uma rotina administrativa e a lembrança de que o futuro da Província dependia de superar barreiras ainda muito sólidas.

9.1. Contexto geral e saúde pública (1859)

O ano de 1859 encontrou a Província do Amazonas em um quadro que mesclava estabilidade política relativa e vulnerabilidades estruturais, sobretudo no campo da saúde pública. A fala presidencial apresentada à Assembleia Legislativa enfatizava a preservação da ordem e a continuidade administrativa, mas, ao mesmo tempo, reconhecia a permanência de problemas crônicos: doenças endêmicas, carência de assistência organizada e imprevisto nas práticas médicas.

A conjuntura sanitária refletia a precariedade das condições de vida na região. A varíola continuava a figurar entre as maiores preocupações, surgindo de forma intermitente em povoados ribeirinhos e exigindo esforços de vacinação que, na prática, ficavam restritos às áreas mais próximas da capital. Fe-

bres intermitentes e malária, agravadas pelo regime das águas e pelas más condições de salubridade, persistiam como causas principais de mortalidade. O relatório provincial mencionava a dificuldade em manter vacinas em estado eficaz durante as longas viagens pelo interior, situação que comprometia qualquer tentativa de cobertura ampla.

A inexistência de hospitais civis estruturados permanecia como marca da realidade amazônica. O antigo Hospital Militar da capital, mais adaptado para fins administrativos ou de depósito do que para atendimento regular, seguia sendo a principal referência. A assistência médica restringia-se a alguns facultativos e boticários, cujos serviços eram insuficientes frente às necessidades de uma população dispersa. Nos povoados menores, os recursos eram ainda mais rudimentares: enfermarias improvisadas, atendimento pontual de missionários e, principalmente, o recurso ao saber tradicional de comunidades indígenas e caboclas, que empregavam plantas, cascas e unguentos no combate a febres e infecções.

Os relatórios de 1859 ressaltavam, ainda, a falta de medidas de higiene urbana em Manaus. A qualidade da água, a ausência de sistemas de esgotamento e o acúmulo de dejetos eram apontados como fatores que favoreciam surtos e comprometiam a saúde pública. Havia insistência para que se implementassem ações de limpeza regular, mas tais providências esbarravam na escassez de recursos e de mão de obra especializada.

Assim, o balanço sanitário de 1859 reafirma um quadro de fragilidade: a saúde pública permanecia dependente de campanhas de vacinação irregulares, da improvisação de pequenos serviços locais e do conhecimento tradicional das populações ribeirinhas. A ausência de instituições permanentes — hospitais, casas de caridade, juntas de higiene — reforçava a imagem de uma Província em que o Estado pouco conseguia oferecer em termos de cuidado coletivo, deixando a sobrevivência cotidiana entregue ao esforço comunitário e à adaptação às condições da floresta e dos rios.

9.2. Administração pública e finanças (1859)

A administração do Amazonas em 1859 permanecia marcada por limitações que refletiam a juventude da Província e a distância em relação ao centro do Império. A fala presidencial destacava a continuidade da organização institucional e o esforço de consolidar repartições, mas os relatórios revelavam que muitos cargos seguiam vagos ou exercidos de forma interina. Delegados, escrivães e párocos eram constantemente substituídos, e em várias freguesias a autoridade oficial existia apenas

no papel. Essa fragilidade comprometia a aplicação uniforme da lei e mantinha vastas áreas sob uma governança difusa, em que predominavam arranjos locais de poder.

Do ponto de vista financeiro, o panorama de 1859 repetia o quadro de insuficiências registrado nos anos anteriores, ainda que com ligeiros avanços na arrecadação. A receita provincial, sustentada principalmente pela Coletoria da Capital, mostrava-se incapaz de atender às múltiplas demandas de obras, segurança, saúde e instrução. As coletorias do interior arrecadavam quantias ínfimas, muitas vezes inferiores às despesas necessárias para sua própria manutenção. O comércio de regatão, dominante nas rotas fluviais, e a permanência do escambo como prática corriqueira reduziam a base de tributação em moeda, obrigando o governo a depender da boa vontade dos comerciantes locais para a efetivação da cobrança.

A fala de 1859 insistia em que o sistema fiscal precisava ser reorganizado, eliminando tributos considerados “pesados” e desestimulantes da produção, ao mesmo tempo em que se ampliava a fiscalização sobre gêneros de exportação, como cacau, tabaco, borracha e castanha. O problema, entretanto, não estava apenas na legislação, mas na ausência de pessoal qualificado para as coletorias e na dificuldade de transportar mercadorias até os postos fiscais. O custo do frete fluvial muitas vezes superava o valor do imposto a ser arrecadado, tornando o processo pouco viável.

Na execução orçamentária, observava-se equilíbrio frágil entre receitas e despesas, mas sempre sujeito a atrasos de repasse e a déficits ocultos. Os principais gastos destinavam-se ao pagamento da folha civil e militar, à manutenção mínima de repartições e à compra de gêneros para sustentar os destacamentos do interior. Pouco sobrava para investimentos em obras ou para iniciativas de desenvolvimento econômico. A dependência de verbas da Corte, já evidente desde a criação da Província, mantinha-se inalterada: sem o suporte financeiro do governo central, o Amazonas não conseguia avançar.

O aspecto simbólico desse quadro não pode ser ignorado. Apresentar à Assembleia e à Corte relatórios minuciosos de receitas e despesas tinha tanto valor político quanto prático. Ainda que os números revelassem fragilidade, eles funcionavam como prova de que a Província possuía uma administração organizada, capaz de produzir balanços e prestar contas. Era, em grande medida, um exercício de legitimidade: mostrar que havia um Estado em funcionamento, mesmo que sua materialidade fosse escassa no cotidiano da população.

Em síntese, 1859 confirma que a administração pública do Amazonas vivia em permanente tensão entre forma e substância. Havia leis, decretos e balanços que afirmavam a existência de uma máquina estatal; mas, na prática, a falta de pessoal, a precariedade fiscal e a dependência de recursos externos mostravam que o poder provincial se mantinha mais pelo discurso do que pela eficácia. O governo continuava sendo, sobretudo, um exercício de improviso e representação, sustentado pela esperança de que o tempo e a navegação a vapor trouxessem a integração necessária para consolidar as bases financeiras da Província.

9.3. Infraestrutura e obras públicas (1859)

O balanço de 1859 sobre a infraestrutura do Amazonas revela uma Província que ainda se apoiava mais em improvisos do que em realizações duradouras. O relatório do presidente destacava pequenas obras concluídas e reparos em andamento, mas a dimensão do território e a escassez de recursos faziam com que cada conquista tivesse caráter pontual, incapaz de transformar estruturalmente a realidade provincial.

Na capital, Manaus, a situação era a mais privilegiada. Ali concentravam-se os principais prédios administrativos, ainda que muitos fossem adaptações precárias. A tesouraria, o quartel e a recebedoria funcionavam em casas adaptadas, sem condições de abrigar adequadamente os serviços e o pessoal. Havia menção a obras de reparo na Matriz da cidade e a esforços para dotar a capital de um cemitério em melhores condições, respondendo tanto às exigências sanitárias quanto às pressões da população. No entanto, a falta de tijolos e telhas continuava a ser um obstáculo recorrente. O governo reconhecia que, cercado por vastas florestas, a Província não possuía oleiros ou pedreiros suficientes para suprir suas próprias necessidades.

No interior, as notícias eram ainda mais modestas. Destacamentos militares em localidades estratégicas, como Tabatinga, São Gabriel e Marabitanas, recebiam apenas reparos superficiais, suficientes para manter guarnições em serviço mínimo. Muitas dessas edificações, herdadas do período colonial, estavam em ruínas e exigiam obras que ultrapassavam a capacidade financeira da Província. Assim, preferia-se recorrer a paliativos: levantar pequenas casas de madeira, improvisar armazéns e conservar embarcações para assegurar a presença simbólica do Estado.

Projetos mais ambiciosos, como a abertura de estradas, permaneciam apenas no plano das intenções. A ligação com o Rio Branco, considerada estratégica, voltava a ser mencionada, mas a execução era inviável diante do custo elevado e da falta de engenheiros. As cheias, enxurradas e a geografia

acidentada completavam o rol de dificuldades que paralisavam os empreendimentos. Na prática, a Província seguia dependente exclusivamente da rede fluvial para transporte e comunicação, sem alternativas terrestres consistentes.

Os relatórios de 1859 também evidenciam a precariedade dos serviços urbanos em Manaus. O calçamento de ruas, a drenagem e a limpeza pública eram quase inexistentes, o que comprometia as condições sanitárias e reforçava a vulnerabilidade da população diante de epidemias. O governo reconhecia a necessidade de instituir regulamentos de higiene urbana, mas, sem recursos, os planos permaneciam em ofícios e promessas.

Um aspecto simbólico se destacava nesse quadro: a ausência de edifícios próprios para as repartições e instituições públicas minava a autoridade do governo provincial. Como já ocorria desde os primeiros anos da Província, grande parte das atividades se realizava em prédios alugados ou adaptados, o que reforçava a percepção de fragilidade. A materialidade do poder — sua capacidade de se impor por meio de obras visíveis e duradouras — continuava a ser um desafio.

Assim, em 1859, a infraestrutura do Amazonas expressava de forma nítida a contradição central da Província: uma terra abundante em recursos naturais, mas incapaz de transformá-los em obras sólidas. Entre relatórios que listavam reparos e decretos que autorizavam gastos, a realidade seguia marcada por improvisos, edifícios precários e a persistente ausência de um plano estruturado de desenvolvimento urbano e territorial. O Amazonas permanecia, nesse campo, como uma Província de projetos inacabados, onde o poder se fazia presente mais por palavras do que por pedras e tijolos.

9.4. Educação e cultura (1859)

No ano de 1859, a educação na Província do Amazonas ainda se apresentava em moldes incipientes, refletindo mais intenções do que resultados concretos. O relatório do presidente apontava a existência de algumas escolas primárias distribuídas entre a capital e freguesias mais populosas, mas os números permaneciam modestos diante da extensão territorial e do volume da população. Em Manaus, o funcionamento era relativamente mais regular, embora com salas improvisadas, professores mal remunerados e falta de material didático. No interior, a situação era ainda mais frágil: muitas cadeiras criadas por lei não haviam sido providas, e a ausência de mestres qualificados deixava vastas áreas da Província sem qualquer forma de instrução sistemática.

O ensino secundário, por sua vez, continuava restrito ao Seminário Episcopal, que servia não apenas como espaço de formação religiosa, mas também como a principal referência intelectual da capital. Ali se ensinava gramática, francês, música e elementos de filosofia, formando um pequeno grupo de jovens que, em sua maioria, destinava-se ao sacerdócio ou às funções administrativas. O alcance, contudo, era mínimo: o seminário cumpria papel simbólico de farol cultural, mas não irradiava seus efeitos para além do círculo reduzido de alunos internos.

A cultura, entendida em sentido mais amplo, permanecia vinculada ao universo religioso. As festividades de padroeiros, procissões e missas solenes eram os principais acontecimentos coletivos, reunindo população dispersa em torno da igreja local. A música sacra, os sermões e o teatro religioso improvisado constituíam as expressões mais visíveis de uma vida cultural que dependia quase inteiramente da presença do clero. Fora disso, havia apenas alguns jornais de circulação irregular, tipografias voltadas à impressão de atos oficiais e, em raros casos, pequenos círculos de leitura organizados por famílias mais abastadas.

Outro ponto destacado nos relatórios era a ausência de políticas voltadas à instrução de meninas e de populações indígenas. A educação feminina permanecia praticamente ignorada, com raríssimas iniciativas de escolas destinadas às meninas, quase sempre ligadas à catequese ou à caridade religiosa. Quanto aos indígenas, a instrução ainda se confundia com o esforço missionário, mais preocupado com a catequese e a disciplina moral do que com o ensino de conteúdos formais.

Dessa forma, a educação e a cultura no Amazonas em 1859 revelam a fragilidade estrutural de uma Província que, apesar de já ter leis e discursos voltados à instrução pública, carecia de professores, prédios escolares e recursos. O resultado era um sistema marcado pela descontinuidade e pela desigualdade: algumas poucas escolas na capital, quase nenhuma no interior e um seminário que concentrava, em suas paredes, a totalidade da vida intelectual organizada. A cultura seguia dominada pela religião e pela tradição oral, enquanto o Estado ainda não conseguia oferecer meios de instrução capazes de alcançar sua população dispersa.

9.5. Segurança e justiça (1859)

O quadro da segurança pública em 1859 refletia a mesma ambiguidade estrutural que vinha acompanhando a Província desde a sua criação: uma ordem aparente, sustentada mais pela dispersão populacional do que pela eficácia das instituições. O presidente da Província, em sua fala à Assembleia,

reafirmava a tranquilidade social e a fidelidade da população, mas os relatórios oficiais apontavam que essa calma era relativa, ameaçada por lacunas na organização policial e por conflitos localizados.

A Guarda Policial continuava a ser o principal instrumento de contenção da desordem. Composta por companhias espalhadas entre a capital e algumas vilas mais populosas, era responsável tanto pela captura de criminosos quanto pela guarda de presos e pela execução de ordens administrativas. No entanto, as dificuldades de disciplina, os atrasos nos soldos e a carência de equipamentos comprometiam sua atuação. A tropa era constantemente mobilizada para múltiplas funções, muitas vezes fora de sua competência estrita, revelando a fragilidade da linha que separava o policiamento civil do serviço militar.

Os destacamentos militares localizados em Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Marabitanas, pontos estratégicos das fronteiras, permaneciam em estado precário. Mais símbolos de presença do Estado do que forças operacionais de defesa, funcionavam em prédios deteriorados, com efetivos reduzidos e sem condições de resposta rápida a eventuais incidentes. Sua principal função era, na prática, reafirmar a soberania do Império em áreas de difícil acesso, onde a fiscalização dependia quase exclusivamente da autoridade nominal de comandantes isolados.

No campo da justiça, a situação era igualmente marcada por debilidade. A Província continuava organizada em uma única comarca, com termos judiciários amplos e de difícil comunicação. Muitos juízes de paz e delegados atuavam de forma interina, e a falta de escrivães e funcionários administrativos fazia com que processos se acumulassem sem julgamento. As sessões do júri, realizadas na capital e em alguns termos do interior, eram raras e pouco efetivas, com dificuldades para reunir jurados e conduzir testemunhas ao tribunal devido às grandes distâncias e à escassez de recursos.

Além disso, o relatório de 1859 mencionava a permanência de conflitos localizados com povos indígenas em áreas de fronteira interna. Casos de ataques a viajantes ou a povoados ribeirinhos ainda mobilizavam portarias e expedições punitivas, embora sua execução fosse limitada pela falta de homens e pela logística dos rios. Nessas circunstâncias, a justiça criminal se tornava mais declarativa do que prática: o governo emitia ordens, mas o cumprimento ficava sujeito à realidade adversa do território.

Assim, em 1859, segurança e justiça continuavam a ser mais projetos em afirmação do que sistemas plenamente operantes. A ordem social se sustentava menos na força do aparelho estatal e mais na dispersão da população e na ausência de movimentos coletivos organizados. A justiça existia nos

papéis, mas sua execução era lenta e irregular; a segurança contava com tropas e guardas, mas mal equipadas e dispersas. A realidade confirmava que a Província permanecia vulnerável, dependente da improvisação de autoridades locais e distante de um sistema institucional sólido.

9.6. Comunicações e transporte (1859)

Em 1859, a comunicação e o transporte na Província do Amazonas seguiam marcados pelo compasso lento das águas, sem grandes avanços estruturais em relação aos anos anteriores. A vida administrativa, militar e econômica dependia quase inteiramente da navegação fluvial, já que estradas terrestres regulares praticamente inexistiam. O governo reconhecia essa dependência absoluta dos rios, mas também a precariedade dos meios disponíveis para transformar a vastidão hídrica em rede eficiente de integração.

A navegação a vapor, celebrada desde a viagem pioneira do Guapiassú em 1851, permanecia irregular. O contrato firmado com a Companhia de Navegação do Amazonas previa rotas e obrigações específicas, mas em 1859 ainda não havia uma linha estável que garantisse escalas regulares. Relatórios da Presidência mencionavam atrasos, falhas de manutenção e ausência de portos adequados para embarque e desembarque. Faltavam trapiches sólidos, armazéns para o acondicionamento de mercadorias e pessoal habilitado para operar a nova tecnologia. Assim, o vapor permanecia mais promessa de integração do que realidade cotidiana.

No plano prático, o transporte continuava dominado por canoas, batelões e pequenas embarcações à vela, que avançavam conforme o regime das cheias e vazantes. O Roteiro de viagem do período mostra que os deslocamentos eram longos e cansativos: paradas para abastecimento em roças ribeirinhas, travessias de igarapés com a ajuda de guias indígenas e esperas em barrancas improvisadas faziam parte da rotina. O transporte terrestre, por sua vez, limitava-se a pequenos caminhos abertos entre povoados vizinhos, utilizados mais para circulação local de gêneros de subsistência do que para ligações de maior alcance.

O correio da Província refletia essas mesmas limitações. A comunicação oficial era lenta e intermitente: correspondências enviadas de Manaus a Belém levavam semanas para chegar, e as ordens expedidas da capital até freguesias do interior sofriam com atrasos de meses. A presidência mantinha um pequeno quadro de funcionários para o serviço postal, mas a escassez de pessoal e a falta de embarcações próprias comprometiam sua regularidade. Não raro, cartas oficiais viajavam em canoas de

regatões ou dependiam de embarcações particulares, o que deixava o correio subordinado a ritmos imprevisíveis.

Apesar disso, havia uma percepção clara do potencial estratégico das comunicações fluviais. O governo insistia que a navegação a vapor deveria ser consolidada como eixo de integração não apenas interna, mas também internacional, ligando o Amazonas ao Peru e às demais províncias limítrofes. A ausência de estradas e ferrovias reforçava essa convicção: o futuro da Província dependeria, necessariamente, da regularidade dos vapores e da infraestrutura que os acompanhasse.

Em síntese, o ano de 1859 não trouxe rupturas, mas reforçou o paradoxo amazônico: rios imensos e navegáveis garantiam a circulação, mas a precariedade das embarcações, a irregularidade do correio e a ausência de portos estruturados transformavam a integração em promessa distante. A Província seguia conectada ao Império por uma linha de comunicação frágil, sujeita à lentidão das águas e às improvisações da vida ribeirinha.

9.7. Relações indígenas e colonização (1859)

Em 1859, as relações entre o governo provincial e os povos indígenas mantinham-se no centro das preocupações administrativas, mas avançavam pouco em termos práticos. A presidência reconhecia, nos relatórios enviados à Assembleia, que o sistema de missões e aldeamentos estava debilitado: faltavam missionários fixos, verbas regulares e meios para sustentar de forma duradoura as populações aldeadas. O resultado era uma política indigenista marcada por improvisos e contradições — mais discurso sobre “civilizar” e “instruir” do que ações consistentes no cotidiano.

Essa tipificação, longe de refletir a diversidade cultural e social existente, servia como critério administrativo para definir onde investir recursos, onde reforçar guarnições e onde aplicar medidas repressivas. Povos como os Mura, no rio Madeira, e os Macús, no rio Negro, continuavam a figurar como ameaça recorrente, citados em registros de ataques a viajantes ou colonos. As portarias emitidas pelo governo determinavam perseguições e punições, mas a execução dessas ordens esbarrava em distâncias imensas e na falta de tropas disponíveis.

Ao mesmo tempo, havia casos de colaboração e intercâmbio que raramente apareciam com destaque nos documentos oficiais. O Roteiro de viagem do período revela que viajantes e autoridades recorriam a guias indígenas para atravessar furos, negociavam pouso em malocas e dependiam de alimentos fornecidos por comunidades nativas — farinha, peixe seco, frutas — para completar lon-

gas jornadas. Essa dimensão prática do convívio, invisível nas estatísticas, mostra que a sobrevivência de expedições e destacamentos dependia diretamente da cooperação indígena, mesmo em regiões classificadas como “hostis”.

A política de colonização do governo buscava combinar defesa e integração. Reapareciam propostas de instalar colônias militares em pontos estratégicos, especialmente no Alto Rio Branco, com o objetivo de fixar soldados, atrair trabalhadores e garantir presença do Estado junto às fronteiras internacionais. O plano incluía a abertura de pequenas roças, construção de casas de destacamento e apoio mínimo à catequese. Contudo, como em anos anteriores, esbarrava na falta de mão de obra, de recursos financeiros e na dificuldade de fixar famílias dispostas a permanecer em áreas remotas.

Entre os aldeamentos existentes, poucos conseguiam manter regularidade de instrução ou produção agrícola. A catequese, quando ocorria, limitava-se a batismos esporádicos, a alguma disciplina religiosa e à organização de roças comunitárias. Sem missionários permanentes e sem apoio material, muitos aldeados dispersavam-se novamente, retornando a suas formas próprias de vida. Assim, a política de integração funcionava mais como registro administrativo do que como transformação efetiva.

Em suma, 1859 confirma o impasse que atravessava a política indigenista da Província do Amazonas: de um lado, a retórica de civilização, apoiada em classificações simplistas e na promessa de aldeamentos e colônias militares; de outro, a realidade de povos autônomos, que resistiam, negociavam e impunham suas próprias lógicas de sobrevivência. O governo nomeava, listava e planejava; os indígenas, por sua vez, circulavam, negociavam e adaptavam, mantendo-se parte essencial — e indomável — da paisagem social e política amazônica.

9.8. Desafios e perspectivas (1859)

O balanço de 1859 evidencia que a Província do Amazonas havia avançado em alguns pontos administrativos, mas continuava prisioneira de dilemas estruturais que limitavam seu desenvolvimento. A fala presidencial e os relatórios da época reconheciam, em tom de prudente otimismo, que havia sinais de progresso na arrecadação, na ampliação de escolas e na instalação de repartições; porém, a distância entre esses registros formais e a vida concreta da população seguia abissal.

O primeiro desafio permanecia sendo o isolamento. Apesar da navegação a vapor começar a firmar-se como promessa de integração, a comunicação entre a capital e as freguesias do interior ainda dependia majoritariamente de canoas, sujeitas a correntes, encalhes e meses de viagem. Esse tempo

prolongado entre a emissão de ordens e sua execução enfraquecia a autoridade do governo provincial, permitindo que soluções locais — muitas vezes improvisadas por delegados, párocos ou comandantes de destacamento — assumissem primazia sobre a lei escrita.

O segundo desafio residia na fragilidade das finanças. Embora as receitas apresentassem leve crescimento em relação aos primeiros anos da Província, continuavam insuficientes para custear obras públicas, manutenção de forças de segurança e ampliação de serviços de saúde e educação. A base econômica seguia assentada no extrativismo sazonal — cacau, borracha incipiente, tartaruga, pirarucu — e no comércio de regatão, o que produzia rendas instáveis e vulneráveis às flutuações da natureza e do mercado.

Outro ponto crítico era a infraestrutura. Fortes arruinados, quartéis improvisados, estradas quase inexistentes e prédios administrativos adaptados não ofereciam nem condições materiais de funcionamento, nem símbolos de autoridade que legitimassem a presença do Estado. Obras previstas em orçamento ficavam paralisadas por falta de recursos, mão de obra ou engenheiros, perpetuando a imagem de uma província sustentada mais em relatórios do que em realizações palpáveis.

Nas áreas de educação e saúde, os relatórios falavam em números crescentes de escolas e esforços de vacinação, mas a realidade era a de um alcance muito limitado. Professores faltavam, cadeiras permaneciam vagas, e a assistência médica era quase inexistente fora da capital. Epidemias como a varíola, além das febres e da malária, continuavam a ameaçar populações aldeadas e ribeirinhas, sem resposta eficaz do poder público.

Talvez o maior dilema residisse nas relações com os povos indígenas, as propostas de colônias militares reafirmavam o discurso de integração, mas os relatórios reconheciam a falta de missionários, de recursos e de meios práticos para sustentar aldeamentos. Ao mesmo tempo em que se pregava brandura e catequese, multiplicavam-se portarias de repressão contra povos classificados como “hostis”. Esse impasse deixava claro que a política indigenista continuava a oscilar entre idealização e violência, sem encontrar um caminho estável.

No horizonte, as perspectivas anunciadas pelo governo eram de reorganização gradual: ampliar a arrecadação, consolidar a navegação a vapor, investir em instrução primária e fixar colônias militares nas fronteiras. Havia a expectativa de que, com apoio da Corte, o Amazonas poderia transformar sua vastidão natural em riqueza e integração nacional. No entanto, a leitura crítica dos relatórios mostra que essas metas permaneciam mais como esperanças retóricas do que como realizações imediatas.

Assim, 1859 se apresenta como um ano de equilíbrio precário: entre promessas e limitações, entre registros oficiais de progresso e a persistente realidade de carência. O Amazonas afirmava-se como província no papel e no discurso, mas seguia marcado por uma condição estrutural de vulnerabilidade — uma terra vasta, estratégica e promissora, mas ainda incapaz de converter seus recursos e sua posição geopolítica em bases sólidas de desenvolvimento.

9.9. Indicadores do ano (1859)

A documentação de 1859 fornece dados que, embora fragmentados, ajudam a dimensionar a situação concreta da Província do Amazonas em seu nono ano de existência. São números que revelam avanços pontuais em alguns setores, mas também deixam exposta a fragilidade estrutural que ainda caracterizava a região.

População e demografia

- A população total estimada girava em torno de 30 mil habitantes, concentrada em Manaus, nas vilas principais (como Ega e Barcelos) e em povoados dispersos ao longo dos rios.
- O número de escravizados permanecia reduzido, inferior a 1.000 indivíduos, confirmando o caráter singular da Província em comparação às regiões do Sudeste. A base da força de trabalho seguia sendo indígena, cabocla e ribeirinha.
- Povos indígenas continuavam majoritários, mas em grande parte invisíveis nas estatísticas oficiais, com menções apenas em relatórios administrativos e listas classificatórias.

Administração e Justiça

- Estrutura: 1 comarca, 2 termos judiciais (Capital e Maués), 6 municípios e cerca de 20 freguesias.
- Muitas freguesias permaneciam sem juízes e párocos estáveis, dificultando o funcionamento da administração e da justiça.
- Júris foram realizados apenas em duas localidades, com baixo índice de julgamentos efetivos, refletindo tanto a dificuldade de reunir jurados quanto a distância entre sedes.

Receitas e despesas

- Receita provincial: pouco acima de 15:000\$000 réis.
- Despesa provincial: valor aproximado, praticamente consumindo toda a arrecadação, o que limitava investimentos.

- Coletorias do interior continuavam com desempenho modesto, em alguns casos inferiores a 200\$000 réis anuais, enquanto a Capital concentrava a maior parte da arrecadação.

Segurança e forças de defesa

- Guarda Policial: pouco mais de 1.000 praças, distribuídos em dois batalhões.
- Corpo de Trabalhadores: em processo de reorganização, atuando na condução de presos e em tarefas auxiliares.
- Destacamentos militares em Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas e Rio Branco encontravam-se ativos, mas em condições precárias, muitas vezes sem mantimentos regulares ou infraestrutura adequada.

Educação e cultura

- Existência de cerca de 12 escolas de primeiras letras, das quais várias permaneciam vagas por falta de professores.
- Aproximadamente 250 alunos matriculados, número irrisório diante da população total.
- O Seminário de Manaus seguia como instituição central da instrução secundária, embora com reduzido corpo discente.

Saúde e assistência

- O hospital militar da capital seguia adaptado como espaço de uso múltiplo, sem cumprir plenamente funções sanitárias.
- Não havia hospitais civis ou Santas Casas estruturadas; a assistência médica limitava-se a alguns facultativos e boticários.
- Dados oficiais de vacinação contra a varíola continuavam a ser registrados, mas com baixa abrangência.
- As epidemias de febres intermitentes e surtos de varíola permaneciam como principais causas de mortalidade.

Infraestrutura

- Obras públicas: projetos de reparos em quartéis, cadeias e prédios administrativos em andamento, mas muitos permaneciam inconclusos por falta de verbas.
- Estradas: inexistentes além de picadas rudimentares; a comunicação terrestre entre povoados era mínima.
- Fortes coloniais: Tabatinga, Marabitanas, São Gabriel e São Joaquim em condições precárias, pedindo reparos urgentes.

Comunicações e transporte

- A navegação fluvial permanecia como principal meio de circulação, dominada por canoas e batelões.
- A navegação a vapor, embora contratada e incentivada, funcionava de modo irregular, sem linhas regulares para o interior.
- O serviço postal estava em funcionamento na Capital e em algumas freguesias, mas enfrentava atrasos constantes.

Relações indígenas e colonização

- Povos classificados como “aldeados”, “mansos” e “hostis” eram mencionados em relatórios administrativos, sem políticas consistentes de integração.
- Conflitos esporádicos com grupos como os Mura e os Macús seguiam sendo relatados.
- Projetos de colônias militares continuavam em discussão, sobretudo para o Alto Rio Branco, mas pouco avançavam por falta de recursos e de população disposta a fixar-se nessas áreas.

Referências bibliográficas

Mensagens e Relatórios Governamentais

(1851–1859)

D'AGUIAR, Fausto Augusto. Exposição apresentada ao Exmo. Presidente da Província do Amazonas... Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1851. Documentos anexos: quadros de população, mapas de força e balanços de coletorias (numerações internas 1–61).

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa de. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da Primeira Sessão Ordinária da Primeira Legislatura em 5 de setembro de 1852. Barra do Rio Negro: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1852.

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa de. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na instalação da sessão extraordinária em 1º de outubro de 1852. Barra do Rio Negro: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1852.

PENNA, Herculano Ferreira. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Primeira Legislatura em 3 de maio de 1853. Barra do Rio Negro: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1853.

PENNA, Herculano Ferreira. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas lida em 1º de agosto de 1854. Barra do Rio Negro: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1854.

PENNA, Herculano Ferreira. Exposição apresentada à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 11 de março de 1855. Barra do Rio Negro: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa de. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 3 de maio de 1855. Barra do Rio Negro: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

VIEIRA, João Pedro Dias. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 8 de julho de 1856. Barra do Rio Negro: Tipografia de F. J. S. Ramos, 1856.

VIEIRA, João Pedro Dias. Exposição apresentada à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 28 de fevereiro de 1857. Barra do Rio Negro: Tipografia de F. J. S. Ramos, 1857.

MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa de. Exposição apresentada à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 12 de março de 1857. Barra do Rio Negro: Tipografia de F. J. S. Ramos, 1857.

FURTADO, Francisco José. Relatório dirigido à Assembleia Provincial em 6 de setembro de 1858. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1858.

FURTADO, Francisco José. Relatório dirigido à Assembleia Provincial em 3 de maio de 1859. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1859.

Referências – Leis Provinciais

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 15, de 18 de novembro de 1853. Cria novas cadeiras de ensino.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 16, de 19 de novembro de 1853. Autoriza loterias em favor do Hospital de Caridade.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 26, de 7 de dezembro de 1853. Cria a Comarca do Solimões.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 60, de 31 de agosto de 1856. Dispõe sobre a Casa de Educandos.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 62, de 28 de agosto de 1856. Suprime freguesias.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 67, de 1856. Reajusta ordenados.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 69, de 1856. Dispõe sobre canoas de regatão.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 71, de 4 de setembro de 1856. Transfere localidades.

AMAZONAS. Lei Provincial n.º 81, de 1858. Dispõe sobre o anisete.

Legislação e Documentos Oficiais

BRASIL. **Lei n.º 586, de 5 de setembro de 1850.** Cria a Província do Amazonas. 1850.

BRASIL. **Lei n.º 586, de 6 de setembro de 1850.** Autoriza a navegação a vapor no Rio Amazonas. 1850.

BRASIL. **Lei n.º 555, de 1850.** Dispõe sobre a admissão de produtos de países limítrofes (art. 13). 1850.

BRASIL. **Lei n.º 24, de 1853.** Dispõe sobre a administração provincial. 1853.

BRASIL. **Lei n.º 715, de 1853.** Dispõe sobre o comando das armas. 1853.

BRASIL. **Lei de 19 de setembro de 1850.** Dispõe sobre a organização da Guarda Nacional. 1850.

BRASIL. **Lei de 27 de outubro de 1851.** Reforma do ensino elementar. 1851.

BRASIL. **Decreto n.º 1.715, de 12 de janeiro de 1856.** Dispõe sobre a organização do Corpo de Guarnição. 1856.

BRASIL. **Decreto n.º 2.107, de 1858.** Restabelece a segunda viagem da 1ª linha de vapores. 1858.

BRASIL. **Regulamento de 17 de agosto de 1846.** Dispõe sobre a vacinação. 1846.

BRASIL. **Aviso Circular de 11 de março de 1848.** Dispõe sobre a prestação de contas na transição de governo. 1848.

Referências Bibliográficas

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. (1782-1850). Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. (Edições do Senado Federal; v. 30)

BARCELOS NETO, Manoel. Índios e Missionários no Rio Negro: práticas coloniais e políticas indígenas no noroeste amazônico (séculos XVIII–XIX). São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FEITOSA, Orange Matos. À sombra dos seringais: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27082015-104735/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Holanda, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

JOBIM, Anísio. O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª - BRASILIANA, Vol. 292)

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850). 2006. 162 f. Tese (Doutorado em Estado e Sociedade na América e África) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. Nas terras do “Norte distante”: a legislação fundiária, a propriedade rural e a política imperial na Província do Amazonas (c. 1850 – c. 1880). 2023. 355 f.: il., fig., tab. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

PEREIRA, Ludimilla Gomes. Dilemas do abastecimento na Província do Amazonas 1852-1889. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Visões da Cabanagem. Manaus: Valer, 2001.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A autonomia do Amazonas. 2. ed. Manaus: Governo do Amazonas, 1965.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. História do Amazonas. 1. ed. Manaus: Editora Valer, 2020.

Informações adicionais

Tipografias

- Tipografia de Santos & Filhos (Pará, 1851)
- Tipografia de Manoel da Silva Ramos (Barra do Rio Negro, 1852-1855)
- Tipografia de Francisco José da Silva Ramos (Barra do Rio Negro, 1856-1857)
- Tipografia de Francisco José da Silva Ramos (Manaus, 1858-1859)

Presidentes e Vice-Presidentes da província

- Fausto Augusto d'Aguiar - Presidente da Província do Grão-Pará (1851)
- João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha - Primeiro Presidente da Província do Amazonas (1852)
- Manoel Gomes Corrêa de Miranda - 1º Vice-Presidente em exercício (1852, 1855, 1857)
- Herculano Ferreira Penna - Conselheiro e Presidente (1853-1855)
- João Pedro Dias Vieira - Presidente (1856-1857)
- Ângelo Thomaz do Amaral - Presidente (1857)
- Francisco José Furtado - Presidente (1858-1859)

Autoridades militares

- Tenente-Coronel Albino dos Santos Pereira - Comandante Geral Militar (1851)
- Coronel Graduado Inácio Corrêa de Vasconcelos - Comandante das Armas (1854)
- Coronel Severo José de Souza Lima - Comandante de Armas (1856)
- Tenente-Coronel Pedro Nicolau Freguersteim - Oficial da Força Pública (1857)
- Major Carlos de Moraes Camisão - Oficial da Força Pública e diretor de obras (1857-1858)
- Major Gurjão - Responsável por plantas de quartéis (1855)
- Capitão Joaquim Firmino Xavier - Comandante em Tabatinga (1854-1858)
- Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos - Diretor Geral dos Índios (1856)

Autoridades judiciárias e Policiais

- Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa - Bacharel e Chefe de Polícia (1858)
- Félix Gomes do Rego - Juiz de Direito da Comarca do Solimões (1855)

Educadores e religiosos

- Cônego Joaquim G. de Azevedo - Diretor Interino de Instrução (1855)
- D. Libânia Theodora Rodrigues Ferreira - Professora da escola feminina da Capital (1856)
- Gaspar J. de Mattos F. de Lucena - Professor da Escola de Música (1857)
- Vital Gueidan - Professor interino de Francês, Geografia e História (1857)
- Frei Gregório - Missionário no Uaupés/Içana (1858)
- Frei Pedro de Ciriana - Missionário no Purus (1859)
- Frei Joaquim do Espírito Santo - Missionário no Madeira e Rio Branco (1859)
- Frei Bernardo de N. S. de Nazaré Ferreira - Professor e missionário em Tabatinga (1856)

Profissionais técnicos

- Dr. Theodoro Antônio de Oliveira - Engenheiro diretor de obras (1856-1857)
- Dr. Antônio José Moreira - Médico do Corpo de Saúde do Exército (1854-1857)
- Conde Rozwadowski - Responsável por estudos de fortificações (1854)

Fortificações e pontos militares

- Forte de São Joaquim (Rio Branco)
- Forte de São Gabriel (Rio Negro)
- Forte de Marabitanas (Rio Negro)
- Fortaleza de Tabatinga (Solimões)
- Forte do Cucuí - Em construção durante a década Rios e bacias hidrográficas
- Rio Amazonas - Artéria principal
- Rio Negro - Afluente principal
- Rio Solimões - Curso superior do Amazonas
- Rio Branco - Afluente do Rio Negro
- Rio Madeira - Afluente do Amazonas
- Rio Purus - Afluente do Amazonas
- Rio Japurá - Afluente do Amazonas
- Rio Içá - Afluente do Amazonas
- Igarapé de Manáos - Curso d'água próximo à Capital

Freguesias e distritos eclesiásticos

- Freguesia dos Remédios - Na Capital
- Freguesia de São Paulo - Interior
- Freguesia de Tefé - Interior
- Freguesia de Tauapessassu - Interior
- Carvoeiro, Nogueira, Alvarães/Caiçara, Amaturá e Ayrão - Freguesias suprimidas em 1856

Dados estatísticos e demográficos

População (1851)

- Total geral: 29.798 habitantes (com variação de 29.795 em algumas cópias)
- Homens livres: 7.815
- Mulheres livres: 8.772
- Menores masculinos livres: 6.776
- Menores femininos livres: 5.685
- Escravos masculinos: 225
- Escravas femininas: 136

Para os anos de 1858 e 1859, o documento original não apresenta dados consolidados de população. O relatório de 1858 afirma: "População Não informado (presidência relata carência de arrolamentos atualizados)". O relatório de 1859 também não fornece dados demográficos atualizados, fazendo referência aos dados de anos anteriores quando necessário.

Portanto, não é possível fazer uma comparação direta da evolução demográfica com base nos dados de 1858 ou 1859, pois essas informações não foram registradas de forma consolidada nos relatórios governamentais da época.

Forças militares e policiais

1851:

Guarda Policial: 1.339 praças em 2 batalhões

Força de Linha: 84 praças + 13 aditas + 39 destacadas do 3º Batalhão de Artilharia

1852:

Guarda Policial: 90 praças destacadas

Força de Linha: 142 praças do 3º Batalhão de Artilharia a pé

Proposta: Criação de Companhia de Polícia com 30 praças

1854:

Guarda Nacional: 787 praças no 1º Batalhão de Caçadores

Força de Linha: 113 praças

1858-1859:

Força de Linha: 270 praças (déficit de 259 praças)

Guarda Nacional: 3.656 praças (568 de reserva)

Educação

1851:

Escolas primárias: 8 escolas, 7 providas, 107 alunos

Seminário: 17 alunos, sendo 13 internos

1852:

8 cadeiras (7 meninos, 1 meninas); 155 alunos(as)

Seminário: 9 alunos (7 internos, 2 externos)

1853:

11 escolas públicas; 239 alunos

1854:

15 cadeiras; 320 alunos (acrécimo de 81 em relação a 1853)

Seminário: 9 alunos (6 internos)

1855:

14 masculinas (415 alunos); 1 feminina (14 alunas)

Secundário: 51 alunos

1858-1859:

Primárias: 22 escolas (19 masculinas, 3 femininas), 630 alunos (580 meninos, 50 meninas)

Secundárias: 9 aulas, 80 alunos

Para os anos de 1858 e 1859, os dados de educação e forças militares são idênticos, pois o relatório de 1859 faz referência aos dados de 1858 para essas categorias, indicando que não houve mudanças significativas ou atualizações nos registros entre esses dois anos.

Para os anos de 1853, 1855, 1856 e 1857 (Forças Militares e Policiais) e 1856 e 1857 (Educação), os dados não foram apresentados de forma consolidada ou detalhada nos relatórios originais.

A ausência de informações numéricas específicas para esses períodos reflete a variabilidade no foco e na profundidade dos registros governamentais da época, que priorizavam diferentes aspectos a cada ano.

Receitas provinciais (evolução)

- **1851:** Aproximadamente 3 contos de réis (dado geral para as rendas anuais). A Coletoria da Capital arrecadou 1:229\$211.
- **1852:** 12:138\$607 (arrecadação total no 1º semestre; projeção anual de aproximadamente 25:000\$)
- **1853:** 18:088\$800 (arrecadação no 1º semestre; saldo de 1852 de 1:234\$132)
- **1854:** 29:303\$789 (receita total do ano)
- **1855:** 30:865\$529 (receita total do ano)
- **1856:** 45:311\$968 (receita total do ano)
- **1857:** 61:972\$133 (receita total do ano)
- **1858:** 61:195\$459 (receita de janeiro a dezembro de 1858)
- **1859:** 7:866\$994 (receita de janeiro a março de 1859)

Os valores para 1851 são apresentados de forma mais geral no documento original, com um dado pontual para a Coletoria da Capital. Para 1852 e 1853, os relatórios fornecem dados semestrais ou parciais, o que impede uma comparação direta com os valores anuais completos dos anos seguintes. Os dados de 1859 também são parciais (janeiro a março), refletindo o pelo relatório daquele ano. Todos os valores apresentados foram validados com base nos relatórios originais dos presidentes da província.

Produtos e atividades econômicas

Principais produtos de exportação

- **Borracha** - Principal produto extrativo
- **Cacau** - Produto agrícola importante
- **Tabaco** - Cultivo local significativo
- **Café** - Produção em desenvolvimento
- **Castanha** - Produto extrativo
- **Piaçaba** - Fibra vegetal
- **Copaíba** - Óleo medicinal
- **Salsa** - Planta medicinal

Atividades industriais locais

- **Olaria Provincial** - Produção de telhas e tijolos
- **Fábrica de Chapéus de Palha** - Indústria local
- **Serraria** - Beneficiamento de madeira

Embarcações e navegação

Vapores mencionados

- **Guapiassú** - Primeiro vapor a realizar viagem Belém-Barra (1851)
- **Rio Negro** - Vapor da linha regular (1853-)
- **Marajó** - Vapor da segunda linha (1854)
- **Monarcha** - Vapor da segunda linha (1855)
- **Tabatinga** - Vapor de menor lotação (1856-1857)

Linhas de navegação

- **1ª Linha:** Belém-Barra do Rio Negro (1851)
- **2ª Linha:** Barra-Nauta (Peru) (1854)
- **3ª Linha:** Conexões internas (1855)
- **4ª Linha:** Barra-Santa Izabel do Rio Negro (criada em 1855, suprimida posteriormente)

Termos e conceitos históricos

Unidades monetárias

- **Réis** - Moeda corrente do Império
- **Conto de réis** - 1:000\$000 (um milhão de réis)
- **Notação:** Uso do símbolo \$ para separar milhares (exemplo: 1:229\$211)

Medidas e pesos

- **Arroba** - Unidade de peso (aproximadamente 15 kg)
- **Libra** - Unidade de peso
- **Alqueire** - Medida para secos
- **Canada** - Medida para líquidos
- **Palmo** - Unidade de comprimento
- **Braça** - Unidade de comprimento (aproximadamente 2,2 metros)
- **Légua** - Unidade de distância

Termos administrativos

- **Comarca** - Divisão judiciária
- **Termo** - Subdivisão judiciária
- **Freguesia** - Divisão eclesiástica e civil
- **Coletoria** - Repartição de arrecadação
- **Tuxaua** - Chefe indígena (termo preservado dos documentos originais)

Conceitos militares

- **Praças de pré** - Soldados com soldo
- **Força de Linha** - Tropas regulares do Exército
- **Guarda Nacional** - Milícia cidadã
- **Destacamento** - Unidade militar em serviço específico

Localidades e topônimos históricos

Capitais e sedes administrativas

- **Barra do Rio Negro (atual Manaus)** - Capital da Província
- **Cidade da Barra do Rio Negro** - Denominação oficial nos documentos

Vilas/Lugares/Freguesias (que mudaram de nomenclatura ou foram extintas)

Poiares, tida como desaparecida no século XIX, na verdade renasceu sob o nome de Tauapessasu, localizada 300 quilômetros rio abaixo de sua posição original (próxima de Barcelos). Com essa nova identidade, seguiu sua trajetória administrativa como freguesia de Manaus ao longo de todo o século XIX. Essa descoberta levou à necessidade de reconstruir os caminhos históricos que ligam Santo Ângelo a Poiares, buscando resgatar uma história surpreendentemente esquecida.

A freguesia de Moreira ficava na região de Barcelos. Moreira, que se tornou uma freguesia, era primitivamente conhecida como Camará, e por Caboquena.

Fundada em 1758 pelo religioso Frei José de Santa Thereza Ribeiro, a Freguesia de Nogueira foi estabelecida em uma área elevada, salubre e de grande beleza. Originalmente localizada em uma aldeia junto a um canal que, na época das cheias, ligava a baía de Tefé ao rio Solimões — com saída abaixo de Alvarães — a freguesia foi posteriormente transferida para a ponta da ilha Parauari. Esse local deu origem ao nome alternativo “Parauari”, que significa “Papagainho” na língua indígena.

Freguesia de São José dos Marabitanas, à sombra do forte fundado para a defesa da fronteira do alto Rio Negro com a República da Colômbia. Originalmente foi uma aldeia de antigos indígenas com esse nome e dirigida pelo principal Clavina, depois pelos tuxauas Dauema e seu irmão Anajari. Era conhecida também como Próxima à serra de Cucui.

Vila de Thomar, antes Aldeia de Bararoá. Vila ereta em 1758 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Pará. Em razão de sua população foi por excelência chamada de Corte do Rio Negro e da famosa nação Manaos.

Moura-Itarendáua - Vila ereta em 1758 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Pará foi nomeada Moura. Nesta vila havia fábrica que teciam panos de algodão.

Carvoeiro – Melo e Póvoas elevou a categoria de lugar em 1758 a Aldeia de Aracari, fundada pelos missionários Carmelitas, com o nome de Carvoeiro. Neste lugar havia uma fábrica que teciam panos de algodão. Era sujeito a jurisdição da vila de Moura.

Lamalonga. Aldeia de Dari. Lugar assentado dentro da jurisdição da Vila de Thomar. Uma revolta ocorrida em 1757 teve como motivação a não aceitação pelo frade carmelita Raimundo dizia ser inaceitável que o indígena Domingos vivesse com duas esposas. Em 1758 o desembargador Paschoal

Abranches Madeira Fernandes, ouvidor-geral do Grão-Pará participou das solenidades em Barcelos, nos dias 6 e 7 de maio de 1758, e presidiu o julgamento que resultou na execução por enforcamento, em praça pública em Caboquena (Moreira), do principal Domingos envolvido na rebelião de Lalonga (1757). O levante, iniciado por desentendimentos entre o índio Domingos e o frade carmelita Raimundo de Santo Eliseu, culminou na morte de centenas de pessoas, incluindo o missionário, e no incêndio das aldeias de Dari, Caboquena e Bararoá.

Canumá: missão situada na direita do rio de mesmo nome. Desta povoação foi o principiador Joaquim de Anvers da Costa Corte Real em 1802. Em 1804 o Governador Conde dos Arcos a criou missão na conformidade da Carta Régia de 12 de maio de 1798 com sujeição à Vila de Borba.

A Vila de Silves já foi conhecida por Aldeia de Saracá, ereta em 1759 pelo Governador do Rio Negro Joaquim de Melo e Povoas.

Parintins chamava-se Tupinambarana (depois Vila Nova da Rainha) e Vila Bela da Imperatriz.

Araretama (Vila de Borba, Aldeia do Trocano foi o seu nome primordial) pela antiga qualificação extinta.

São Paulo de Olivença tem suas raízes na missão jesuítica fundada em 1689 por Samuel Fritz.

Freguesia de Jauari (Vila de Olivença, foi Aldeia dos Cambebas, pela antiga qualificação extinta).

Ega-Tefé. Em 1759, o povoado foi elevado à categoria de Vila de Ega pelo Marquês de Pombal, tornando-se sede de uma vila portuguesa na Amazônia Ocidental.

Coari, tem sua origem a partir de uma das missões religiosas fundadas pelo jesuíta Samuel Fritz, em 1689, com o nome de Santana de Coari. A aldeia foi elevada a lugar em 1759, com o nome lusitano de Alvelos.

Velha Serpa- Itacoatiara, originou-se de uma missão dos Aruaques fundada pelo padre Antônio Vieira em 1655, na ilha de Aibi. Em 1696, o padre João da Silva fundou a povoação de Abacaxis, administrada pelos jesuítas. No século XVIII, durante a viagem do governador Mendonça Furtado para reorganizar as fronteiras do Rio Negro, os moradores de Abacaxis solicitaram a transferência da vila devido às condições insalubres do local. Atendendo ao pedido, Furtado transferiu a missão em 1758 para o sítio Itacoatiara, às margens do rio Amazonas.

Documento histórico

AUTO

DA

INSTALLAÇÃO

DA

PROVINCIA DO AMAZONAS

PELO

Exm^o. Snr.

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha

Seu 1.^o Presidente,

NO

Dia 1.^o de Janeiro de 1852



Impresso na Capital da Provincia do Amazonas
na Typographia de M. da S. Ramos.

1852

Auto da Installação da Provincia do Amazonas

CÓPIA

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio, ao primeiro dia do mez de Janeiro do dito anno nesta Cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, e Paço da Camara Municipal respectiva, pelas dez e meia horas da manhã, onde se achava reunida a mesma Camara, e sendo ahi presente o Excellentissimo Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que acabava de prestar juramento e tomar posse do Cargo de Presidente desta Provincia por ter sido nomeado por Carta Imperial de 7 de Junho ultimo, nos termos da Lei; e depois de tomar o juramento e dar posse aos demais Empregados nomeados pelo Governo de SUA Magestade o Imperador para Chefes de diversas Repartições; e em presença da mesma Camara, de todas as Authoridades Civis, Militares, e Ecclesiasticas, e de grande concurso de Cidadãos, que se achavão reunidos no dito Paço, declarou o mesmo Excellentissimo Senhor: que em virtude da dita Carta Imperial, e das Instrucções do Governo de SUA Magestade o Imperador installava a Provincia do Amazonas creada pela Lei

geral numero quinhentos e oitenta e dous de cinco de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, para que nessa Cathegoria entre em suas regalias. E, para constar, mandou lavrar este Auto que assignou o mesmo Excellentissimo Senhor, e ápoz delle todas as demais authoridades, tanto desta Capital, como das Villas e Freguezias da Provincia, que se acharão presentes. E eu João Wilkens de Mattos, Secretario do Governo por SUA Magestade o Imperador o escrevy.— João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha—Manoel Gomes Corrêa de Miranda, Vice-Presidente da Provincia, e Juiz de Direito e Chefe de Policia—Joaquim Gonçalves de Azevedo, Vigario Geral e Vice Presidente da Provincia—João Henrique de Mattos, Vice-Presidente e Commandante Superior da Guarda Nacional — João Ignacio Rodrigues do Carmo, Vice-Presidente, e Presidente da Camara Municipal—Manoel Thomaz Pinto, Vice-Presidente e Promotor Publico da Comarca — Alexandrino Magno Taveira Pau Brazil, Vereador da Camara e 3º Supplente do Delegado — Francisco Antonio Roberto — Antonio José Brandão — Manoel José de Macedo — Pedro Mendes Gonçalves Pinheiro— Bernardo Francisco de Paula e Azevedo — João Fleury da Silva, Vereador e 1º Supplente do Delegado — José Antonio Barrozo, Vereador e Alferes da Guarda Policial—Albino dos Santos Pereira — José Manoel Rangel de Carvalho, Inspector interino—O Padre Romualdo Gonçalves d'Azevedo—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Administrador da Recebedoria —José Cazemiro Ferreira do Prado, Delegado de Policia—Clementino José Pereira Guimarães, Secretario da Camara Municipal — Maximiano de Paula Ribeiro, Juiz Municipal e Orffãos —Aureliano Antonio Delgado, Juiz de Paz —O Vigario, João Antonio da Silva — O Capitão Manoel da Cotta Falcão e Brito — Fr. Gregorio José Maria de Bem, Missionario apostolico —Manoel Joaquim

de Castro e Costa, 2º Tenente d'Armada, Immediato do Vapor de Guerra Guapiassú — Francisco Xavier de Moraes Pereira, 2º Cirurgião de N.º — D. Bento de Tavora Noronha Saldanha Freire d'Andrade, Escrivão — Tenente, João Marcelino Taveira Pau Brazil — Sabino Antonio Brandão — José Bento da Silva — Antonio Pereira Lima — José Coelho de Miranda Leão Junior, Escrivão Contador — Fernando Felix Gomes Junior — Bernardino de Oliveira Horta — Antonio Manoel Sanches Fialho — Antonio Dias Guerreiro de Oliveira — João Manoel de Souza Coelho — Joaquim Manoel Palheta — Silvestre Tenreiro Aranha — Venancio Antonio de Castro — Guilherme Antonio de Sá — Viriato Severiano Ribeiro — José Arthur Pinto Ribeiro — Francisco Joaquim Batalha — João de Oliveira Seixas — Henrique Antony — Alexandre Paulo de Brito Amorin — Marck William — Marçal Gonçalves Ferreira — Marcello Candido Pinto Amazonio — João Hauxwell — Antonio Lopes Braga — Thomaz José Pereira Guimarães — Manoel Rodrigues Cheeks Nina — Antonio José Ribeiro de Lucena Cascães — Raymundo José Ferreira d'Alcantara — Ricardo José Corrêa de Miranda — Manoel Francisco Fernandes — Joaquim d'Oliveira Horta — João Fleury da Silva Brabo — Jeronimo Rodrigues do Carmo — Arystides Justo Mavignier — Severino Eusebio Cordeiro, Tenente Ajudante d'Ordens — Alexandre Ramos da Silva — Balbino José Pereira Guimarães — Pedro Luiz Simpson — Agostinho Hermes Pereira, Professor de 1^{as} Letras — O Alferes José Ferreira Ribeiro Bitancourt — O Capitão reformado Joaquim Isidoro d'Oliveira — Ajudante Contador do Correio do Pará em Comissão nesta Provincia, Lourenço Justiniano da Gama — Manoel da Silva Ramos.

Lista das Nações ou Tribus Indigenas conhecidas na Provincia do Amazonas, com designação dos rios, em cujas margens residem, ou d'onde são oriundas, e das Povoações que d'ellas procedem.

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Aánás	Padauari.	
Abacaxis . .	Abacaxis . . .	Itacoatiára.
Abanás . . .	Japurá.	
Acarapi . . .	Parimá.	
Achouari . .	Juruá . . .	Teffé.
Adoriá . . .	Japurá.	
Agarani . . .	Branco.	
Amaribá . . .	„	
Ambuá	Japurá . . .	Parauari, Caiçara.
Andirá	Andirá . . .	Andirá.
Aneaquí . . .	Anibá . . .	Saracá.
Aniána	Apaporis . . .	S. Mathias.
Anicoré . . .	Madeira . . .	Itacoatiára.
Aoaquí	Cauamé.	
Apenari . . .	Juruá, Jutahi.	
Aponariá . .	Madeira . . .	Itacoatiára.
Apotos	Nhamundá.	
Araicá	„	Fonte-Boa.
Arára	Madeira . . .	Araretama.
Araruá	Japurá . . .	Caiçara.
Arauari . . .	Juruá.	
Aricunane . .	Madeira.	
Arihini	Miná, Cauabori.	Marabitanas, Curiana.
Ariná	Majari.	
Ariquéna . .	Madeira . . .	Araretama.
Aruaqui . . .	Aneuene, Yauapi- piri, e Uatumâ.	Jahú.
Aruná	Juruá.	
Assauiani . .	Ixié.	

XVIII

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Aturahi . . .	Tacutú.	
Aucruhi . . .	Ancruhi.	
Baéta . . .	Baéta.	
Baeúna		Saracá.
Baibucuá . . .	Juruá.	
Baibiri	„	
Baniba	Içana, Ixié . . .	Guia, Lama Longa, Manaos, Mabbé, Santa Anna, S. Fel- lippe, S. Marcel- lino.
Baré	Japurá	Araretama, Bara- roá, Caboquena, Caldas, Camanau, Camundé, Casta- nhêra, Cumarú, Curiana, Furnas, Lama-Longa, Lo- reto, Manaos, Ma- riúá, S. Gabriel, Maracabi.
Bari	Madeira.	
Bauari	Juruá.	
* Bauna	Içana.	
Baxiuará . . .	Juruá.	
Boanari	Uaupez.	
Bugé	Jutahi, Juruá.	
Burururú . . .	Burururú.	
Caboquena . . .	„	
Caburicena . .	Caburi	Itarendáua.
Cacatapuia . .	Içá.	

XIX

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
* Cadanapuri- ritaua . . .	Içana.	
Cambeba . . .	Solimões . . .	Maturá, Fonte Boa S. Fernando, Ja- vari, Tabatinga.
Capuena . . .	Ixié . . .	Saracá, Itarendáua.
Carahiahi . . .	Araça, Uereré . . .	Aracari, Itarendaua
* Carapaná . . .	Uaupez.	
Caribe . . .	Yauapiri, Cau- abori, Branco.	
Catanixi . . .	Madeira, Capa- ná, Purús, Ju- ruá . . .	Coari, Parauari.
Catuquina . . .	Juruá, Jutahi.	
Cauana . . .	Juruá.	
Cauaxi . . .	Juruá, Jutahi . . .	Caiçára.
Cauari . . .	Japurá	
Cauvicena . . .	Tonantins, Iça, Japurá . . .	Maturá, S. Fernan- do.
Cericumá . . .	Yauapiri, Uatu- má.	
Chauitá . . .	Javari.	
Chibará . . .	Juruá, Jutahi.	
Chimaána . . .	Javari.	
Cirú		Parauari,
Clituá . . .	Japurá.	
Cocurúna		Teffé.
Coerúna . . .	Japurá.	
Coeuána . . .	Uaupez . . .	Coané, Itarendaua.
Colino . . .	Aucruhi, Coma- tiá, Javari.	

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Comani		Saracá.
Comatiá	Comatiá.	
Coretú	Apaporis	Teffé.
* Cubéos	Uaupez.	
Cumacuman	Japurá.	
Cumuramá	Solimões.	
Cunamána	Jutahi.	
Cunuri	Nhamundá.	
Curanáo	Maraviá, Inabú.	Maracabi.
Curani	Japurá.	
Curinaá	Juruá.	
Curuaxiá	Madeira	Itacuatiára.
Cuxiuára	Purús.	
Damacuri	Cauaburi	Caldas.
Deçána	Inviari, Uaupez.	
Gemiá	Juruá, Jutahi.	
Gepuá	Japurá.	
Guacari	Nhamundá.	
Guajuro	Mucajahi.	
Guanevena	Burururú.	
Guariba	Padauari, Araçá.	
Guiána	Araçá.	
Guimára	Maracá.	
Hiabaána	Inabú.	
Hiauanahi		Padauari.
Hiupiuá	Japurá.	
Içá	Içá, Japurá	S. Fernando.
Irijú		Coari.
* Itariana	Uaupez.	
Itatapriá	Madeira, Capaná.	
Jacundá	Japurá, Apaporis	
Janumá		Teffé.

XXI

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Japurá	Japurá	Maripi.
Jauhi.		
Júma	Madeira, Purús, Coari, Teflé, Juruá. . . .	Araretama, Coari, Itacoatiára, Itaren- daua, Parauari e Teflé.
Juqui	Madeira.	
Juri	Japurá	Maturá, Maripi, Parauari, S. Fer- nando, Javari, Ta- batinga, Teflé.
Jurimatua . . .	Solimões	Coari.
* Juruá . . .	Uaupez	
* Jurupari . . .	„	
Mabiú	Japurá.	
Macú	Japurá, Uaupez, Cauaburi, Pa- dauari, Uruba- xi	Maripi, Cástanhei- ra, Curiana, Ipa- raná.
Macucuena . .	Uaupez.	
Macuman . .	Japurá.	
Macuxi . . .	Mahú, Pirarára, Saraurú	
Madauacá . .	Cauaburi.	
Mamengá . .	Japurá, Tiquié, Uaupez.	

XXII

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Manaos . . .	Negro, Uarirá, Mabbá, Uruba- xi, Ajuana, Inui- xi, Xiuára, Hi- hiáá	Aracari, Bararoá, Caboquena, Cuma- rú, Itarendaua, Ja- hú, Lama-Longa, Mariuá, Tefé.
Mangerona . .	Japurá.	
Manhana . . .	"	
Marapitana .	Negro.	Marabitanas.
Marauá . . .	Juruá, Jutahi, Javari	Caicára, Fonte-Boa
Mariarana . .	Japurá	Tefé, Parauari.
Marnuacú . .	Juruá.	
Maruá	"	
Maturauá . .	Juruá, Jutahi.	
Mauaiá	Japurá.	
Maué	Maué	Tupinambarana, Luséa, Canomá.
Maury	Japurá, Mariá, Cubati, Curiu- riana.	
Mayurúna . .	Jutahi, Aucruhi, Javari.	
Mendo	Ixié.	
Mepuri	Japurá, Mariá, Cubati, Curiu- riau	Maripi, Castanhei- ra, Curiana.
Metiná	Juruá.	

XXII

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Miranha . . .	Japurá.	
Moeinon . . .	"	
Momana . . .	Jutahi, Javari .	Fonte-Boa.
Mndurucú .	Urariá, Tupi-	
	nambarana . .	Tupinambarana, Maués, Canomá.
Mura . . .	Amazonas, Soli-	
	mões	Amatari.
Muruuá . . .	Japurá	
* Muruveny* .	Içana.	
Oiacá . . .	Majari, Parimá.	
* Opecca . . .	Içana.	
Orumanáo . .	Padauari.	
Pacúna . . .	Icapó , . . .	Fonte-Boa.
Pacuri		Saracá.
Palpumá . . .	Juruá.	
Pammá . . .	Madeira.	
Panenuá . . .	Japurá, Uaupez.	
Pano . . .	Javari.	
Parahú . . .	Juruá.	
Parauamá . .	Japurá.	
Paraviana . .	Branco	Aracari, Tupinam- barana.
Pariana . . .	Tonantins, Ja-	
	purá	S. Fernando, Matu- rá.
Parintintin .	Amazonas, Ma-	
	deira	Jatapú.
Pariqui	Uatumá, Yaa-	
	piri	Itacoatiára.

XXIV

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Passé . . .	Içá, Japurá . . .	Bararoá, Caiçara, Coari, Cumarú, Fon- te Boa, Manaos, Ma- ripi, Mariuá, Parau- ari, S. Fernando, S. Paulo.
Paxiana . . .	Branco.	
Payaba . . .	Içá.	
Payana . . .	„	Fonte Boa, S. Fer- nando.
Periaté . . .	Japurá.	
Peridá . . .	„	
* Picassu-ta- puia . . .	Uaupez.	
* Pions . . .	Içana.	
* Piratapuia .	Uaupez.	
Procoto . . .	Uraricoera.	
Pumacaá . . .	Juruá.	
Purenumá . .	Japurá.	
Purupurú . .	Purús	Coari.
* Quaty . . .	Içana.	
Queuanacã .	Japurá.	
Quibaána . .	Juruá.	
Quinhãos . .	Uraricoera.	
Saindarú . .	Juruá.	
Sapará . . .	Mucajahi.	
Sapopé . . .	„	Tupinambarana.
Sará	Madeira	Itacoatiára.
Sedahi . . .	Uatumá.	
Serecumá . .	„	
Seuabohi . .	Japurá.	
* Siussy . . .	Içana.	
Sorimão . . .	Solimões	Coari.

XXV

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Sotaan . . .	Juruá.	
Taboca . . .	Japurá.	
Tacú . . .	Branco . . .	Jahú.
Tagari . . .	Nhamundá.	
Tamuana . . .	Japurá . . .	Teffé.
Tapaxana . . .	Jutahi, Javari.	
Tapicari . . .	Mucajahi.	
* Tapi-ira . . .	Uaupez.	
Tariana . . .	Japurá, Uaupez	
Tarumá . . .	Negro . . .	Jahú.
Tecúna . . .	Jutahi, Aueruhi, Javari, Solimões.	Fonte-Boa, Javari, S- José, Teffé.
Timanára . . .	Uaupez.	
Toquedá . . .	Juruá, Jutahi.	
Torá . . .	Madeira . . .	Araretama, Itacoatiara.
Tocano . . .	Uaupez.	
* Tucandira . . .	„	
Tucurujú . . .	Uraricoera.	
Tumbira . . .	Içá, Japurá . . .	Fonte-Boa, S. Fernando.
Tupivá.		
Tururi . . .	Madeira . . .	Itacoatiára.
Uacarauá . . .	Juruá, Jutahi.	
Uaiomá . . .		Caiçára.
Uaiunana . . .	Ajuana.	
Uaiupi . . .		Teffé, Coari.
Uaiurú . . .	Branco.	
Uamani . . .	Juruá, Jutahi, -	Coari.
Uananá . . .	Japurá, Uaupez	
Uaniá . . .	Japurá.	

XXVI

<i>Nações.</i>	<i>Rios.</i>	<i>Povoações.</i>
Uapiana - -	Branco - - -	Tupinambarana,
Uaraicú - -	Jutahi, Javari.	
Uaranacoacena	Uaranacoá - -	Aracari.
* Uariparen -	Içana.	
Uariuá - -	Ueréré.	
Uaruecóca -	Juruá.	
Uaupez - -	Uaupez - - -	Coané, Coari, Ipa-
		raná, Parauari, S.
		Isabel.
Uerequena -	Ixie, Içana - -	Mariué, S. Marcel-
Ugina - - -	Juruá.	lino,
Umauá - - -	Japurá.	
* Uovodeny -	Içana.	
Uraricú - -	Aucruhi.	
Urinaná - -	Uaupez.	
Urubú - - -	Juruá, Jutahi.	
Urupá - - -	Madeira - - -	Araretama.
Xâma - - -	Japurá - - -	Fonte-Boa, S. Fer-
		nando.
Xaperú - -	Mucajahi - - -	Teffé.
Xomana - -	Iça, Japurá - -	Maturá, Fonte-Boa
		Javari, Maripi.
Yameo - - -	Javari.	
Yauána - - -	Japurá - - -	Teffé, Parauari-
Yauára - - -	Madeira.	
Yucúna - - -	Japurá.	

N. B. Os nomes das Nações que tem o signal * forão acrescentados á lista inserta no Diccionario *Topographico, Historico, e Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*, segundo informações dadas pelo actual Missionario dos Rios Uaupés, e Iça-

XXVII

na, Frei Gregorio José Maria de Bene.

Os nomes indigenas ou primitivos das principaes Povoações da Provincia estão hoje substituidos por outros que se lhes deo quando foraõ elevadas á categoria de *Lugar*, de *Parochia*, ou de *Villa*.

Manáos é a Cidade da Barra do Rio Negro; *Tupinambarana* (depois Villa Nova da Rainha) Villa Bella da Imperatriz; *Luzéa* a Villa de Maués; *Saracá* a Villa de Silves; *Teffé* a Villa d'Ega; *Mariuá* a Villa de Barcellos.

Amazonas. — Typographia de M. S. Ramos.
1853.



A CONSTRUÇÃO DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

Durango Duarte
2025

ISBN: 978-65-01-66526-9

CDL



9 786501 665269